



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA – PPGLL

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

**AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA TRANSMASCULINIDADE DE UM
PROFESSOR DE ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ-AL:
UM ESTUDO INTERPRETATIVO**

MACEIÓ-AL
2021

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

**AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA TRANSMASCULINIDADE DE UM
PROFESSOR DE ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ-AL:
UM ESTUDO INTERPRETATIVO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área: Linguística

Linha de pesquisa: Linguística Aplicada e Processos Textual-Enunciativos

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior

**MACEIÓ-AL
2021**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732c Lima, Humberto Soares da Silva.

As constituições identitárias da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL : um estudo interpretativo / Humberto Soares da Silva Lima. – 2021.

138 f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Souto Maior.

Dissertação (mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 114-119.

Apêndice: f. 121.

Anexos: f. 123-138.

1. Pessoas transgênero - Identidade. 2. Identidade de gênero. 3. Interação social. 4. Escolas públicas. 5. Análise do discurso. I. Título.

CDU: 81'42:613.885



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

Título do trabalho: “AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA TRANSMASCULINIDADE DE UM PROFESSOR DE ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ-AL: UM ESTUDO INTERPRETATIVO”

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (UFRRJ)

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho (UFAL)

Prof. Dr. Walter Matias Lima (UFAL)

Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos (PPGLL/Ufal)

Maceió, 08 de janeiro de 2021.

Dedico esta pesquisa aos meus pais, **Janete Soares da Silva Lima** e **Edvaldo da Silva Lima**, mestres incansáveis na arte da vida, a quem devo muito; aos meus avós maternos (em memória): Josefa Albertina e José Soares e avós paternos: Maria José e José Eduardo (em memória); ao meu companheiro e amado **Amaro Tobias**; à minha irmã **Roberta Soares** e, por último não menos importante, ao meu sobrinho-filho **Neytan Wallace**.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção/produção de um trabalho acadêmico, independentemente do nível que seja, é, sem dúvida, muito árduo, pois abdicar de momentos com pessoas queridas tem sido um exercício bastante corriqueiro, porém necessário quando se visa ao crescimento pessoal e intelectual. A produção acadêmica, embora seja solitária (entendo o processo de escrita como um ato solitário), permite um encontro pessoal, cujo diálogo com as propostas epistemológicas tem sempre contribuído para um ato misto de alegria e tristeza. Desse modo, à **alegria** e à **tristeza**, meus agradecimentos sinceros.

A **Deus**, minha força maior. Como religioso e fervoroso que sou – católico da Paróquia São Judas Tadeu – do Bairro do Feitosa, agradeço, acima de tudo, à Trindade Santa: **Pai, Filho e Espírito Santo**, quem sempre me sustentou e sustenta em todas as situações.

À **Nossa Senhora**, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, por toda sua intercessão junto ao seu Filho amado.

Aos meus pais – amados e queridos – **Janete Soares da Silva Lima e Edvaldo da Silva Lima**, pela força e por sempre acreditarem em mim, porém eu, às vezes, não acreditava. Em alguns momentos, minha Mãe dizia “*Meu filho, eu acho tão bonito ver você falando o seu trabalho, mas eu não entendo nada*”¹. Gratidão infinita.

À **Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**, em nome da **Faculdade de Letras (FALE)**, através do **Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)**, pelo hiato de 7 anos desde o término da graduação, ao retorno à academia. Relação de gratidão constante pela (des)construção das minhas diversas identidades.

À **Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior**, minha orientadora e professora. Pessoa incrível: mulher, mãe, vó, amiga, filha, feminista, profissional, nordestina, professora, mestra, doutora, pós-doutora. Agradecer desde o momento em que se propôs a “cuidar” de mim academicamente e, acima de tudo, a entender (o humano) os meus momentos pessoais e de produção, bem como por ver em mim um pesquisador principiante, cuja preocupação e reflexão sempre estiveram envolvidas à luz das problematizações oriundas do campo multi/pluri/inter/TRANSdisciplinar da Linguística Aplicada.

¹ A situação aconteceu numa noite de quinta-feira (Outubro de 2019), em uma conversa e situação informais, quando apresentei a minha pesquisa a ela.

Às **professoras** e aos **professores** do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), aos quais devo as intermináveis reflexões teórico-práticas à luz da minha linha de pesquisa: Linguística Aplicada. Foram aulas inquietantes e leituras (des)consertantes.

À **Linguística Aplicada** (LA), não por eu ter a encontrado em meio às discussões nas aulas ou pelos livros e textos adquiridos, mas por ela me entender e conceber a minha prática, como professor da rede pública, enquanto pesquisador e protagonista de novas realidades a serem administradas. Sempre serei um pesquisador inconformado e intrigante da LA.

Ao meu professor querido, **Walter Matias Lima**, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a quem agradeço imensamente tanto pelas aulas inquietantes com vistas às temáticas sobre Corpo, Educação e Subjetividade, nome da disciplina que ministrou a qual cursei, quanto pelos variados materiais em PDF que sempre mandava a todos e todas da turma.

À professora, **Jaqueline Gomes de Jesus** (UFRRJ), pelos olhares tão aguçados e atentos nos estudos de gênero e principalmente na perspectiva da TRANSgeneridade (perspectivas insurgentes), pois como uma TRANSfeminista trouxe inúmeras contribuições para a construção deste trabalho; à professora, **Maria Francisca Oliveira Santos** (UFAL/PPGLL) pelo seu “olhar” dedicado à construção textual, dedicando seu tempo a colaborar na elaboração textual-enunciativa em questão e, por fim, meus agradecimentos ao professor **Ismar Inácio dos Santos Filho** (UFAL) por um conjunto de elucidações/associações linguístico-enunciativas à luz das discussões que marcam os estudos de gênero.

Aos amigos e às amigas que construí ao longo do curso, todos e todas foram maravilhosos/as, pelas conversas e posicionamentos tão acalorados. Foram momentos para além do universo acadêmico, momentos esses que me constituíram para a vida.

De modo especial, agradeço ao meu amigo e poeta **Magno Almeida**, pois lá atrás no Ensino Médio que fizemos juntos no Centro Educacional Antônio Gomes de Barros (CEABG), que foi o maior Centro Educacional da América Latina, sempre me acompanhou. Obrigado pelas dicas, lições de vida, referências textuais e de vida! Amo muito.

A **Geison Araujo**, meu amigo-irmão, como costume falar, pelo seu companheirismo, pela sua sensibilidade e pelo seu coração, sem tamanho. A você, toda minha gratidão pelos momentos de aprendizagem, regados de tantos sorrisos: pessoa maravilhosa e incrível.

À minha amiga querida e amada, **Rosane Correia**. Em pensar que tudo começou através dos seus incentivos, desde a ideia para prestar o concurso federal à participação do processo seletivo na pós. Gratidão tem tamanho e preço?

Aos/às funcionários/as da Secretaria do PPGLL, por sempre atenderem e esclarecerem as necessidades iniciais dos/as alunos/as do Programa.

À Escola, em nome da Direção e Coordenação, que prontamente consentiu a minha participação no espaço educacional sem titubear uma única vez, assim como agradecer ao professor colaborador/participante da pesquisa, cuja importância foi bastante significativa para o progresso do estudo e entendimento acerca das discussões sobre a **TRANSGENERIDADE**.

A toda população considerada como minorias sexuais e de gênero, popularmente a população **LGBTQIA+²** e, em especial, à população **TRANSGÊNERA**, todas, todos e todes que se foram³, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e também todas, todos e todes que me acolheram muito bem em meio à temática tão necessária de ser exposta e marcada por lutas de sobrevivência e de (re)sistência.

A todas, a todos e a todes que estiveram comigo durante todo o processo de ida e vinda, chegada e partida, início e fim, cujas marcas e cicatrizes serão lembradas e levadas para a eternidade. Foram momentos de construção e, acima de tudo, de desconstrução, porque os apontamentos construídos a respeito dos estudos de gêneros garantiram um novo olhar social e político para as questões que permeiam a linguagem.

2 A sigla corresponde a: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuados e o sinal de (+) designa toda as outras possibilidades de expressão de gênero e sexualidade.

3 Informo, com muito pesar, que no processo da produção desta pesquisa, somado ao caos provocado pela Pandemia do Coronavírus, a ANTRA divulga na suas redes sociais o número de mortes das pessoas TRANS no Brasil, no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020, com o quantitativo de 175 mortes, um aumento de 39% em relação ao ano passado. Ver o site: www.antrabrasil.org

*Nós, transmasculinos, habitamos um “entre lugar”:
reivindicamos e ressignificamos as masculinidades,
somos entendidos como aspirantes a privilégios
machistas; por outro lado, não temos nossas
masculinidades reconhecidas. Nossos corpos são
lidos como estupráveis e seguem marcados pela
tutela e controle, que caracterizam a opressão da
sociedade com os corpos das mulheres.*

(JOÃO W. NERY, 2018)

RESUMO

Com esta pesquisa, situo-me no campo de investigação transdisciplinar da Linguística Aplicada, a qual entende e concebe o sujeito envolvido no processo de interação social e política, como “ideológico e heterogêneo” (MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), como “fluido” (BAUMAN, 2001) e com “identidades abertas, contraditórias e inacabadas” (HALL, 2006). Diante desse processo de construção e constituição das identidades do sujeito, através das perspectivas pós-modernas, dadas as condições de reflexão ao reconhecimento das diferenças culturais e políticas (COLLING, 2016; VERGUEIRO, 2015), considero a “transgeneridade” como um conjunto de várias identidades que constituem a identidade de gênero do sujeito (JESUS, 2010; 2012; 2018; BENTO, 2006; 2010; 2012). Desse modo, minhas reflexões aqui desenvolvidas estão atreladas à visão socioconstrucionista do discurso (MOITA LOPES, 2002; 2003), aliando-se à concepção dialógica discursiva, a partir da compreensão da interação entre os sujeitos (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 1997), no caso de (cinco) estudantes e (um) professor. Em meio a esse contexto teórico-conceitual, tenho como objetivo principal refletir sobre as constituições identitárias de gênero que transpassam a vivência, ora profissional ora pessoal, da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL. Em relação à metodologia, desenvolvo um estudo qualitativo de base interpretativista (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), no qual foram utilizados: questionário, entrevista e observação, a fim de haver redimensionamentos para a contextualização das práticas observadas e para entendimento acerca do problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). As questões da pesquisa, que deram suporte à análise, foram: Como se dá a relação do professor com a comunidade escolar? Como o professor analisa a sua trajetória na escola, de acordo com as constituições identitárias, no tocante à sua identidade de gênero? Quais são as políticas públicas relacionadas à população TRANS e como essas se articulam nos discursos proferidos pelo professor? Nesse sentido, através das discussões levantadas pelas autoras e pelos autores no que diz respeito às implicações teórico-metodológicas quanto às questões de gênero e de identidade, concluo que as constituições identitárias da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL, apesar do seu silenciamento sobre algumas questões relacionadas à população TRANS e das suas questões acerca de uma visão biologizante, ele descreve vários processos de identificação ora pela dimensão da alteridade, refletidos e refratados pelo seu discurso, ora pelos pactos sociais que ele vai estabelecendo com seus pares. As identidades em fluxo vão sendo constituídas/construídas em meio a um universo social e político, a partir da noção de “sujeito pós-moderno” (HALL, 2006), cuja visibilidade está ganhando mais espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Constituições identitárias. Transgeneridade. Identidade de gênero. Interação. Escola pública.

ABSTRACT

With this research, I place myself in the field of transdisciplinary investigation of Applied Linguistics, which understands and conceives the subject involved in the process of social and political interaction, as “ideological and heterogeneous” (MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), as “Fluid” (BAUMAN, 2001) and with “open, contradictory and unfinished identities” (HALL, 2006). Faced with this process of construction and constitution of the subject's identities, through postmodern perspectives, given the conditions for reflection on the recognition of cultural and political differences (COLLING, 2016; VERGUEIRO, 2015), I consider “transgender” as a set of several identities that constitute the subject's gender identity (JESUS, 2010; 2012; 2018; BENTO, 2006; 2010; 2012). Thus, my reflections developed here are linked to the socioconstructionist view of the discourse (MOITA LOPES, 2002; 2003), allying with the discursive dialogical conception, from the understanding of the interaction between the subjects (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 1997), in the case of (five) students and (one) teacher. In the midst of this theoretical-conceptual context, my main objective is to reflect on the gender identity constitutions that permeate the experience, sometimes professional or personal, of the transmasculinity of a public school teacher in Maceió-AL. In relation to the methodology, I developed a qualitative study with an interpretive basis (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), in which were used: questionnaire, interview and observation, in order to have dimensions for the contextualization of the observed practices and for understanding about the problem (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). The research questions, which supported the analysis, were: How does the teacher relate to the school community? How does the teacher analyze his trajectory at school, according to the identity constitutions, regarding his gender identity? What are the public policies related to the TRANS population and how are they articulated in the speeches given by the teacher? In this sense, through the discussions raised by the authors and by the authors regarding the theoretical-methodological implications regarding gender and identity issues, I conclude that the identity constitutions of the transmasculinity of a public school teacher in Maceió-AL, despite the his silence on some issues related to the TRANS population and his questions about a biologizing vision, he describes various processes of identification, sometimes due to the dimension of otherness, reflected and refracted by his speech, and sometimes by the social pacts that he establishes with his peers. Flowing identities are being constituted / constructed in the midst of a social and political universe, based on the notion of “postmodern subject” (HALL, 2006), whose visibility is gaining more space.

KEYWORDS: Identity constitutions. Transgeneration. Gender identity. Interaction. Public school.

RESUMEN

Con esta investigación, me ubico en el campo de la investigación transdisciplinaria de la Lingüística Aplicada, que entiende y concibe al sujeto involucrado en el proceso de interacción social y política, como “ideológico y heterogéneo” (MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), como “Fluidos” (BAUMAN, 2001) y con “identidades abiertas, contradictorias e inacabadas” (HALL, 2006). Frente a este proceso de construcción y constitución de las identidades del sujeto, a través de perspectivas posmodernas, dadas las condiciones para la reflexión sobre el reconocimiento de las diferencias culturales y políticas (COLLING, 2016; VERGUEIRO, 2015), considero “transgénero” como un conjunto de varias identidades que constituyen la identidad de género del sujeto (JESUS, 2010; 2012; 2018; BENTO, 2006; 2010; 2012). Así, mis reflexiones desarrolladas aquí están vinculadas a la visión socioconstruccionista del discurso (MOITA LOPES, 2002; 2003), aliando con la concepción dialógica discursiva, desde la comprensión de la interacción entre los sujetos (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 1997), en el caso de (cinco) alumnos y (un) profesor. En medio de este contexto teórico-conceptual, mi principal objetivo es reflexionar sobre las constituciones de identidad de género que impregnan la experiencia, a veces profesional o personal, de la transmascullidad de un docente de escuela pública en Maceió-AL. En relación a la metodología, desarrollé un estudio cualitativo con base interpretativa (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), en el cual se utilizaron: cuestionario, entrevista y observación, con el fin de tener dimensiones para la contextualización de las prácticas observadas y para comprender el problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Las preguntas de investigación que apoyaron el análisis fueron: ¿Cómo se relaciona el docente con la comunidad escolar? ¿Cómo analiza el docente su trayectoria en la escuela, de acuerdo con las constituciones identitarias, en cuanto a su identidad de género? ¿Cuáles son las políticas públicas relacionadas con la población TRANS y cómo se articulan en los discursos del docente? En este sentido, a través de las discusiones planteadas por los autores y por los autores sobre las implicaciones teórico-metodológicas en materia de género e identidad, concluyo que las constituciones identitarias de la transmascullidad de un docente de escuela pública en Maceió-AL, a pesar de su silencio sobre algunos temas relacionados con la población TRANS y sus preguntas sobre una visión biologizante, describe diversos procesos de identificación, a veces por la dimensión de la alteridad, reflejada y refractada por su discurso, y otras por los pactos sociales que establece con sus pares. Se están constituyendo / construyendo identidades fluidas en medio de un universo social y político, partiendo de la noción de “sujeto posmoderno” (HALL, 2006), cuya visibilidad va ganando más espacio.

PALABRAS CLAVE: Constituciones de identidad. Transgeneración. Identidad de género. Interacción. Escuela pública.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ANTRA | Associação Nacional de Travestis e Transexuais |
| ECO | Estágio Curricular Obrigatório |
| IFAL | Instituto Federal de Alagoas |
| IBRAT | Instituto Brasileiro de Transmasculinidades |
| GEDEALL | Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas |
| LA | Linguística Aplicada |
| PPGLL | Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura |
| SEMUDH | Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|--------------------|---|-----|
| QUADRO I | Repositório da UFAL..... | 20 |
| QUADRO II | Catálogo Capes..... | 21 |
| QUADRO III | Estudos <i>Queer</i> | 50 |
| QUADRO IV | Algumas produções de Bento (2008 a 2015)..... | 66 |
| QUADRO V | Nomes dos/as estudantes..... | 79 |
| QUADRO VI | Constituição identitária da transgeneridade do professor..... | 86 |
| QUADRO VII | Processo de hormonização e retorno à escola..... | 90 |
| QUADRO VIII | Pós-trânsito na escola..... | 92 |
| QUADRO IX | Cirurgia de transgenitalização..... | 94 |
| QUADRO X | Transgeneridades masculinas..... | 97 |
| QUADRO XI | Políticas de exclusão vs. Demandas de inclusão..... | 101 |
| QUADRO XII | Resistência das tecnologias de gênero..... | 104 |

LISTA DE IMAGENS

| | | |
|--------------------|---------------------------------|----|
| IMAGEM I | Bandeira do orgulho TRANS..... | 38 |
| IMAGEM II | Site da Antra..... | 61 |
| IMAGEM III | Entrada da Escola 1..... | 82 |
| IMAGEM IV | Entrada da Escola 2..... | 82 |
| IMAGEM V | Sala dos/as professores/as..... | 82 |
| IMAGEM VI | Sala dos/as professores/as..... | 82 |
| IMAGEM VII | Pátio da Escola 1..... | 83 |
| IMAGEM VIII | Pátio da Escola 2 | 83 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| 1 TRAJETÓRIA: UM OLHAR PARA A QUESTÃO TRANS | 188 |
| 1.1 Entendendo o escopo da pesquisa: TRANSitando pelas seções | 244 |
| 2 LÍNGUA / LINGUAGEM E DISCURSO: CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE | 288 |
| 2.1 Língua / linguagem: a perspectiva do discurso | 288 |
| 2.2 Discurso e sentido..... | 344 |
| 2.3 Discurso e a perspectiva da alteridade..... | 366 |
| 3 IDENTIDADES E ESTUDOS DE GÊNERO | 40 |
| 3.1 As identidades como processo de TRÂNSito | 41 |
| 3.2 Os estudos de gêneros: um olhar TRANS/PLURIdisciplinar | 477 |
| 3.3 TRANSgeneridade: uma questão de identidade? | 53 |
| 3.4 Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)..... | 622 |
| 3.5 Os decretos: Municipal e Estadual | 655 |
| 3.6 TRANSgeneridades e Berenice Bento..... | 677 |
| 4 METODOLOGIA | 73 |
| 4.1 Abordagem Qualitativa e os Estudos no campo da Linguística Aplicada..... | 73 |
| 4.2 Instrumentos de Pesquisa..... | 80 |
| 4.3 Contexto de Pesquisa..... | 82 |
| 5 ANÁLISE: TRANSGREDINDO AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS..... | 877 |
| 5.1 “ <i>Você fisicamente nem é homem nem é mulher</i> ”: as constituições identitárias da transmasculinidade do professor | 877 |
| 5.2 “ <i>Essa coisa, essa aberração</i> ”: a produção das TRANSexualidades masculinas..... | 988 |
| 5.3 “ <i>Eu não participo de nenhum grupo. O máximo que eu tenho é um grupo que eu acompanho há muitos anos no WhatsApp</i> ”: políticas de exclusão vs. demandas de inclusão | 101 |
| 5.4 “ <i>Aparentemente falando (passando as mãos na barba), onde é que existem traços femininos?</i> ”: a resistência das tecnologias de gênero | 1055 |
| 6 CONSIDERAÇÕES EM TRANSFORMAÇÃO..... | 111 |
| REFERÊNCIAS..... | 1155 |

| | |
|---|--------------|
| APÊNDICES | 121 |
| APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA – Professor | 12222 |
| ANEXOS | 12323 |
| ANEXO A - DECRETO ESTADUAL – Nº 58.187 DE 21 DE MARÇO DE 2018..... | 12424 |
| ANEXO B - DECRETO MUNICIPAL – Nº 8.547 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018. | 1277 |
| ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO PELO CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA | 1299 |
| ANEXO D - RESOLUÇÃO Nº Nº 84/2019 – CONSUNI/UFAL | 13434 |

1 TRAJETÓRIA: UM OLHAR PARA A QUESTÃO TRANS

Os nomes surgem como algo que nos dão, que a nós atribuem, e que se tornados, com a construção que cada pessoa faz de si, a partir de quem se considera ser e da realidade que o cerca, aquilo que acatamos como nosso ou que mudamos, para o que melhor entendemos nos representar. Assim se dá com as pessoas, mas também com os povos e os grupos sociais. (JESUS, 2018, p. 380)

Antes de adentrar especificamente no assunto dos estudos de gênero e de sexualidade, refletidos e problematizados segundo Beauvoir (1981), Butler (2004, 2010, 2015), Colling (2016, 2018), Preciado (2013), Vergueiro (2015), Jesus (2010; 2012), Santos Filho (2017; 2019), Silva Lima e Souto Maior (2020) e outros/as, é importante mencionar que, num passado muito recente, entre 2017 e 2018, o meu projeto para ingressar no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL) foi sobre Formação Inicial de Professores de Letras, voltando um olhar acurado para a disciplina de (ECO), porém foram os estudos de gênero, mais precisamente as TRANSGenericidades⁴, que me atravessam(ram) e, sobretudo, levantam(ram) infinitos olhares decorrentes à população TRANS.

O período, de 2017 e 2018, foi um momento em que as ideias ainda estavam sendo iniciadas ou começando a caminhar nas leituras sobre a temática, buscando as melhores referências e alguns questionamentos para construir um projeto no nível do curso de mestrado acadêmico. Como bem ressalta Borba (2014, p. 5), “pesquisa alguma é feita em um vácuo social”. Assim, entendo que houve várias “redes de apoio” que colaboraram para construção de ideias e posicionamentos possíveis para discussão, os quais possibilitaram várias referências e várias abordagens tanto individuais quanto coletivas.

Entre as diversas “redes de apoio” que me constituíram e atravessaram, durante o mestrado, pontuo uma, anteriormente ao curso, muito importante que se desenvolveu em 2018, quando à época cursei a disciplina “Tópicos Especiais de Linguística Aplicada”, no PPGLL/UFAL, como aluno especial. Período esse, cuja relevância foi muito significativa na construção de um laço acadêmico-afetivo com a professora que ministrava a disciplina, hoje minha orientadora, Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior, que me encaminhou aos (des)caminhos e (des)aprendizagens da área inter/pluri/transdisciplinar que é a LA.

4 Acredito que, de acordo com as transfeministas Jaqueline Gomes de Jesus (2010, 2012, 2016, 2018), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Beatriz Pagliarini Bagagli (2016, 2019) e outras, não haja apenas uma forma de expressão das Transgenericidades, mas sim múltiplas representações às identidades de gênero.

Retornando à Formação Inicial de Professores de Letras, mencionada no início deste texto, o projeto, que submeti, foi um desdobramento do que desenvolvi em um curso de Especialização⁵. Para tanto, o curso de especialização foi um verdadeiro divisor de águas: entre teorias diversas e *práxis* social, pois foi nele, agora com um nível de experiência docente e acadêmica, que pude me deter, profundamente, em conhecimentos das áreas da Linguística que outrora não havia, à época da graduação (2006-2011), iniciante nas discussões, tido aprofundamento por infinitas questões acerca das concepções e problematizações nos estudos da linguagem⁶.

Retomo agora a questão dos estudos de gênero e sexualidade, quando tudo começou. Em Abril de 2019, aconteceu meu primeiro contato com a temática das TRANSgeneridades através da participação de uma Formação de Professores da Rede Estadual de Alagoas, em uma escola pública federal⁷, onde integrei uma mesa-redonda, intitulada “Gênero e Educação”.

Na ocasião, abordei que as identidades TRANS são configuradas como dissidentes e dissonantes⁸, desenvolvendo a “performatividade de gênero” (BUTLER, 2015; 2016), que TRANSgride, TRANSpassa e TRANSforma, de modo que dentro da visão estruturalista à luz da forma binária de gênero (homem *vs.* mulher) impute suas inteligibilidades, chocando a tradição heteronormativa⁹.

Diante das temáticas abordadas, ressaltei os Estudos *Queer*¹⁰, por se tratar no entendimento de Miskolci (2017, p. 48) de “uma perspectiva menos afeita ao poder, ao dominante, ao hegemônico, e mais comprometida com os sem poder: os subalternizados”. A

5 Especialização lato sensu em “Linguagens e Práticas Sociais” (480h), pelo Instituto Federal de Alagoas, *campus* Murici-AL.

6 As questões referentes ao campo da linguagem foram problematizadas, no curso de especialização, através das disciplinas: História da Língua Portuguesa e Processos Gramaticais; Teorias Linguísticas; Ensino, Leitura e Produção de Texto; Linguagem: Tecnologia e Ensino; Linguística de Texto; Letramentos e Formação de Professores; Aquisição de Linguagem; Linguística Aplicada e outras.

7 Localizada no bairro Benedito Bentes em Maceió-AL.

8 Categoria analisada por Leandro Colling (2014, 2015, 2016, 2018), como entendimento daquilo que é conflitante ao padrão imposto pela sociedade.

9 Iniciei a fala, primeiramente, agradecendo a oportunidade a mim concedida. Afinal de contas, as parcerias e as amizades se confirmam/consolidam em momento de construção de saberes e troca de experiências como aquele que estava acontecendo. Em seguida, fiz menção a alguns/mas autores/as que tratam a respeito da temática de gênero, sexo e sexualidade na escola, tais como: Berenice Bento (2011); Guacira Lopes Louro (2000; 2001; 2015); Jeffrey Weeks (2015); Richard Miskolci (2017); Tomas Tadeu da Silva (1996; 1999; 2000).

10 Estudos protagonizados, inicialmente, pela teórica estadunidense Judith Butler e depois disseminados aqui no Brasil com diversos/as autores/as, principalmente, com Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva referente aos estudos culturais com questões étnico-raciais e sexuais, assim como com os estudos pós-coloniais.

importância de trazer à tona os questionamentos a respeito de uma perspectiva que evidencia os “subalternizados” está justamente na quebra do “pensamento pós-colonial ou decolonial”¹¹.

Com a finalidade de ilustrar a discussão acerca da perspectiva dos Estudos *Queer*, expus o quadro¹² do sociológico brasileiro Richard Miskolci (2017), a fim de esclarecer assim como problematizar a questão à luz dos regimes que cercam as ideias sobre os estudos *queer* na escola, diferentemente de um ideário voltado para o entendimento apenas sobre a homossexualidade.

Os *Estudos Queer*, por conseguinte, correspondem a um conjunto de novas ideias sobre as políticas de gênero, desenvolvendo conhecimento pautado em discursos que antes eram marginalizados e, principalmente, deixados de lado nas esferas acadêmicas. Para Miskolci (2017), as construções de sentidos que estão para além da concepção de masculino e feminino, dentro da ideia da homossexualidade, por exemplo, instituem novos olhares e novas relações identitárias.

Assim, para Miskolci (2017), a questão é que

O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e aos desprezo coletivo. (MISKOLCI; 2017, p. 25).

De forma esquemática, com a ideia de expor algumas questões pertinentes ao grupo, de acordo com os levantamentos apresentados, as discussões voltaram-se para o universo do binarismo, tão questionado nos estudos de gênero e sexualidade; problematização de normal e anormal; luta política no espaço da escola; conceitos de diversidade *vs.* diferença; repressão e disciplina na ação docente. Seguindo essa perspectiva, Santos Filho (2017, p. 154) assegura que várias “práticas de linguagem de ressignificação têm sido propostas de modo a recontextualizar as noções de gênero e sexualidade”, ou seja, as dinâmicas em que a linguagem se desenvolve ganham novos sentidos e novas compreensões de acordo com os contextos localmente situados.

É bem verdade que as práticas de linguagem ajudam a ressignificar bem como recontextualizar as dinâmicas de sentidos múltiplos em que circulam as epistemologias que conversam sobre a perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade, conforme defende Santos

¹¹ Pensamento pós-colonial ou decolonial é esmiuçado por Vergueiro (2015) em sua dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade, pelo PMPGCS/UFBA, intitulada “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade”.

¹² As ideias do autor são apresentadas e exploradas na seção **Identidades e Estudos de Gênero**, de modo que a discussão consistirá em novos olhares e novas questões problematizadoras.

Filho (2017). Diante disso, as práticas da linguagem – pré-concebidas no conjunto da realização da língua – ajudam a compreender os universos que permeiam os discursos que são veiculados sobre os estudos de gênero e sexualidade.

Em seguida, depois dos diversos discursos¹³, lancei mão de duas perguntas, despretensiosamente, aos/às professores/as: **(1)** “*Vocês conhecem algum caso de professor/a trans?*” e **(2)** “*Se sim, como seria trabalhar com ele/a?*”

Para minha surpresa, diante dos eventos comunicativos que estavam acontecendo, não sabendo que a partir daquele momento, eu estava delimitando ou começando a promover o objeto de estudo para este trabalho, uma professora, que estava no cargo de coordenadora, prontamente levanta o braço e acena para falar: “*Eu não só conheço como trabalho com um professor trans*”. Consequentemente, os olhares voltaram-se, naquele auditório, para a professora/coordenadora que, logo em seguida, levantou-se para detalhar o dia a dia do professor na realidade da sua escola pública.

Ainda tentando me recuperar do bombardeio de informações, não que eu tenha me surpreendido com a temática exposta nem tão pouco ficado pensativo negativamente, mas a performance usada pela professora/coordenadora foi tamanha, ao mencionar o caso particular em sua escola, que chamou a atenção de todos e todas, abrindo margem para outras perguntas e explicações. Diga-se de passagem, a performance foi no sentido de expor as reais condições vividas pelo professor na escola, não expondo negativamente, mas sim de maneira a se orgulhar do profissionalismo do professor na rede pública de ensino.

De forma bastante educada e procurando saber lidar com os diversos discursos expostos naquela situação – afinal foi um momento de (des)construção para muitos e muitas ali que se encontravam –, finalizei a minha apresentação com uma reflexão no tocante ao posicionamento de Miskolci (2017, p. 54), que fala sobre a “perspectiva pelas diferenças”, ou seja, trata-se, de acordo com o autor, que reconhecer as diferenças é, sem dúvida, o primeiro passo para questionar as desigualdades, criando, assim, espaços na educação para transformação. (MISKOLCI, 2017).

Assim, entendi que, a partir daquele momento, mais um leque de conhecimentos e novas possibilidades estavam se abrindo no mundo das minhas inquietações, mais precisamente no modo que entendo de que “fazer política” (MOITA LOPES, 2006, p. 96) é, portanto, intervir no meio social, principalmente quando são questões que me atravessam e, sem dúvida, deixam-

13 Adianto já a noção de discurso que irei tratar neste trabalho e que será explanada melhor na Seção 1, segundo Souto Maior e Luz (2018), Moita Lopes (2006), Fabrício (2006) e Brait (2004) o discurso é considerado como uma forma de prática social, como modo de ação e modo de representação.

me mais inquieto do que confortável: (re)significando-me “num processo sempre em movimento, em meio a oscilações entre continuidades e rupturas” (FABRÍCIO, 2006, p. 46). Desse modo, as questões que me tocam, no que diz respeito à contemporaneidade, são tão atuais quanto necessárias de serem (re)pensadas e debatidas.

Ao término daquele momento da Formação de Professores da Rede Estadual de Alagoas, os diálogos se estenderam, particularmente entre mim e a professora/coordenadora, sobre a possibilidade de conhecer o espaço escolar a fim de dialogar, em seguida, com o professor em questão. Afinal de contas, eu não poderia deixar, naquele momento, de passar despercebido o meu interesse sobre a “dinâmica de gênero sobre um corpo em construção e não construído” (BUTLER, 2016, p. 24-25) que havia sido contado de forma a ser conhecido.

De posse da temática a ser estudada e analisada, após o conhecimento da existência de um professor transexual atuante numa escola pública de um bairro periférico de Maceió-AL, entendendo que os desafios seriam muitos e principalmente dadas as condições que uma pesquisa em nível acadêmico possui (levantamento de dados, entrevista, questionário, escrita, rede de contatos, orientação, ...), começo a refletir e repensar várias questões sobre gênero.

Dessa maneira, comecei a fazer os levantamentos acerca das pesquisas em relação aos estudos de gênero e mais precisamente sobre as produções acadêmicas frente a população TRANS. Sendo assim, naveguei, primeiramente, pelo repositório da UFAL (Quadro I) e, em seguida, conheci o Catálogo da Capes (Quadro II), levando em consideração os descritores: **área do conhecimento – tipo de documento – data de publicação e tipo de acesso**, obtendo os seguintes resultados apresentados:

QUADRO I: REPOSITÓRIO DA UFAL

| | TCC | DISSERTAÇÕES | TESES |
|----------------------|-----|--------------|-------|
| Gênero e sexualidade | 60 | 307 | 143 |
| Transgênero | 1 | 0 | 0 |

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

A partir dos dados pesquisados, do Repositório¹⁴ da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), averiguei que em se tratando da temática de **Gênero e Sexualidade** há um número

14 Ver o site: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5135> Acesso em 25/06/2020.

expressivo de pesquisas nos cursos de *stricto sensu* e *lato sensu*, porém, quando filtrei uma nova busca no site para a temática de **Transgênero**, verifiquei que não há, até o momento, uma pesquisa sequer em nível de mestrado e doutorado ou, pelo menos, uma pesquisa que detalhe os discursos oriundos da população TRANS. Encontrei, em suma, apenas um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em *stricto sensu*, da área de Letras, da UFAL no *campus* Delmiro Gouveia - AL, de setembro de 2018, bem como a pesquisa de mestrado, defendida em 14/03/2019, do integrante do GEDEALL, do professor Wanderson Queiroz Bomfim, intitulada: A construção das identidades homossexuais masculinas: um estudo de caso etnográfico no ensino médio na cidade de Maceió” pelo PPGL/UFAL .

QUADRO II: CATÁLOGO DA CAPES

| | DISSERTAÇÕES | TESES |
|----------------------|--------------|---------|
| Gênero e sexualidade | 827.291 | 286.968 |
| Transgênero | 76 | 22 |

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

De acordo com a pesquisa realizada no Catálogo Capes¹⁵, observei, em relação aos descritores acima, que o número de pesquisas sobre as/os **Transgêneros/as** ainda é bastante inexpressivo, uma vez que comparado com as pesquisas que envolvem a temática de **Gênero e Sexualidade**. Embora ambos os temas estejam inseridos no contexto das Diversidades, significativamente falando, sobre a população de minorias sexuais e de gênero, notei que sobre a população TRANS, em específico, ainda os estudos estão emergindo.

Finalizo esta primeira parte, partindo do meu lugar de fala, tão importante quanto necessário a ser explicado. Sou homem, gay, cisgênero, professor, nordestino, socialmente branco, casado e com várias outras constituições identitárias que permitem compor a minha história. Trago, então, para discussão esta pesquisa sobre os discursos das TRANSgeneridades que permeiam um professor de uma escola pública de Maceió, como mencionei no início, assunto esse que me atravessa e, desde o princípio, me faz (re)pensar meu lugar de alguns privilégios, dos quais algumas pessoas TRANS, ainda em pleno século XXI – na pós-modernidade, não os têm. Por isso, busco com esta pesquisa, de forma iniciante e marcante na

15 Ver o site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 25/06/2020.

minha vida, enveredar pelos assuntos sociais e políticos que visem a melhorias de uma população tão marginalizada e sofrida em uma sociedade cisheteronormativa, falocêntrica, binária, intolerante, preconceituosa e, para acabar, tão assassina.

Desse modo, partindo do lugar de fala que me encontro e das questões que me atravessam diante da temática que versam sobre as TRANSgeneridades assim como entendendo os “nomes como algo que nos dão, [...] e a construção que cada pessoa faz de si” (JESUS, 2018, p. 380), apresentarei em seguida as seções que estruturam este trabalho, de modo que possa situar e expor aos leitores e às leitoras acerca das discussões que circundam as questões da/pela linguagem. Assim como, pautado por vários estranhamentos que me transpassam e me ressignificam, reforçarei através dos estudos da linguagem, sob a perspectiva proposta por Santos Filho (2017), de que não me conformo com o que é posto, em um processo de desconstrução no sentido de problematizar; inconformando-me e criticando a normalização. (SANTOS FILHO, 2017, p. 159).

1.1 Entendendo o escopo da pesquisa: TRANSitando pelas seções

Na contemporaneidade, através da multiplicidade dos variados gêneros e múltiplas identidades, algumas “personalidades das sexualidades” (JESUS, 2018; TREVISAN, 2018; GREEN, 2018), que se manifestam fora da norma heterossexual hegemônica, têm se organizado em busca do acesso às políticas públicas, entre as quais o espaço à educação como TRANSformador. (LOURO, 2001, 2015; TADEU SILVA, 1999, 2000). Sendo assim, a luta dos movimentos sociais organizados por políticas públicas bem como ações afirmativas, como a utilização do nome social¹⁶ por travestis e TRANSsexuais na educação e nos programas específicos de atendimento à saúde, é tão urgente quanto necessária.

Desse modo, a partir do enfrentamento no mundo social contemporâneo, assumo a concepção de linguagem, indo ao encontro da compreensão de Fabrício (2006), como três premissas epistemológicas centrais: **(a)** entendida como uma prática social a qual é parte constitutiva e constituinte; **(b)** entendida como práticas discursivas que são elaboradas na vida social e, por fim, **(c)** entendida como processo de elaboração de sentidos. (FABRÍCIO; 2006, p. 59-60).

16 A UFAL aprovou a Resolução nº 84/2019 – Consuni/UFAL, de 21 de Novembro de 2019, o documento *ad referendum* “Princípios e Regulamentos a serem adotados na Prevenção e em Casos de Assédio e Formas de Discriminação e Preconceito, no âmbito da UFAL” em Outubro de 2019.

Assim, apresentado o contexto da sociedade atual, penso no ambiente da escola como um espaço das diferenças e das pluralidades com várias orientações sexuais, assim como identidades de gênero, vem se mostrando um lugar onde as identidades – “em processo de constituição e transformação ao longo do tempo”, de acordo com Hall (2006, p. 38) – estão se tornando evidentes, ou pelo menos, cada vez mais expressas e nítidas entre os/as professores/as e os/as estudantes em meio a uma pedagogia de produção e reprodução de discursos dissonantes e contraditórios, conforme demonstra Louro (2011, 2015).

No espaço escolar, as pessoas inseridas nele estão passando por inúmeras TRANSformações de ordem cultural, política e social, haja vista a inclusão do nome social e, principalmente, o respeito à identidade de gênero assumida pelas pessoas TRANS. Dessa maneira, o reconhecimento passa a ser uma das identidades assumidas, sendo um ganho significativo para àquelas/es pertencentes às identidades **TRANS**¹⁷ (*transgêneros, transexuais, travestis, crossdress, drag queen e drag king*).

Diante da contextualização apresentada acima, conforme a crescente representatividade na área das identidades de gênero, esta pesquisa está inserida no campo do estudo interpretativo, segundo Flick (2004) e Moita Lopes (1994), ancorada na LA, levando em consideração os sentidos identitários, de acordo com Bauman (2001), Hall (2006) e Moita Lopes (2002, 2006), a despeito da TRANSmasculinidade de um professor, que vive na prática a relação com a comunidade escolar no espaço educacional múltiplo: a escola pública.

Metodologicamente, é uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho etnográfico que se une a um estudo de caso (LÜDKE E ANDRÉ, 1981), de base interpretativista (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), em que os “sujeitos dão às ações que constroem no meio social ao qual está inserido” (CHIZZOTTI, 2001). Em vista disso, a abordagem técnica, para realização da coleta dos dados, se deu através de observação e diários de campo, em que houve a utilização de questionário e entrevista semiestruturada (LÜDKE E ANDRÉ, 1986; FLICK, 2004). O *corpus* constitui-se de 3 (três) entrevistas e 4 (quatro) questionários aplicados e coletados no contexto de sala de aula, compreendendo o período de 3 meses (dezembro de 2019; fevereiro e agosto de 2020), numa escola pública da cidade de Maceió-AL.

As questões norteadoras, que serviram como suporte à construção teórico-metodológica, foram as seguintes:

17 Vale ressaltar que as categorias mencionadas são identidades de gênero, defendidas por várias e vários autores/as, e uma delas, é a autora Jaqueline Gomes de Jesus (2010a, 2010b, 2012) que faz menção ao discutir a respeito de políticas públicas, violência, exclusão e marginalização dos corpos invisíveis numa sociedade preconceituosa e heteronormativa.

(1) Como se dá a relação de interação do professor com a comunidade escolar e principalmente em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II?

(2) Como o professor analisa a sua trajetória na escola, de acordo com as constituições identitárias, no tocante à sua identidade de gênero?

(3) Quais são as políticas públicas relacionadas à população TRANS e como essas se articulam nos discursos proferidos pelo professor?

A partir das questões supracitadas, o objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre as constituições identitárias de gênero que transpassam a vivência, ora profissional, ora pessoal, da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL. Já em relação aos objetivos específicos, elenco os seguintes: **a)** identificar os discursos, do professor, marcados pela trajetória identitária que circundam sua transmasculinidade em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental II; **b)** observar como se dão as constituições identitárias entre o professor e a comunidade escolar; e, por último, **c)** descrever a constituição identitária do professor nas implicações de sentido em relação às políticas públicas voltadas à população TRANS.

Passadas as informações gerais sobre esta pesquisa: percurso inicial nos estudos de gênero e sexualidade, informação acadêmica, aparato epistemológico, *locus* da pesquisa, aparato metodológico, questões norteadoras, objetivos: geral e específicos, saboreio as seções que fazem parte deste estudo.

Na seção intitulada – **Língua / Linguagem e Discurso: construção da alteridade** –, trago a conceituação desses dois fenômenos para a área da LA, a qual os entende como “prática social” (FABRÍCIO, 2006), pois no seu aspecto social há a relação da interação com o sujeito e seu modo de contribuição no espaço social. Ao longo da seção, a partir de um diálogo contínuo sobre as definições de língua e linguagem, as apresentações teóricas estarão pautadas nas contribuições precursoras de Bakhtin (1997) e Volóchinov (2017), assim como as discussões encontram-se pautadas por Brait (2004), Fiorin (2010), Lima e Souto Maior (2012) e Souto Maior (2018).

Na seção – Identidades e Estudos de gênero –, discuto, primeiramente, ancorado na concepção de “identidade formada e transformada continuamente”, a importância da contemporaneidade para as identidades (HALL, 2000, p. 13), bem como exponho os diversos entendimentos que (des)orientam os sentidos identitários do sujeito, visto que ela, a identidade, pode ser “múltipla e provisória” (MOITA LOPES; 2002, 2006a), assim como “camaleônica” Eckert-Hoff (2008).

Em seguida, discorro acerca da importância das pesquisas que abarcam as epistemologias dos estudos de gênero e de sexualidade¹⁸, com as contribuições de Butler (2003, 2010, 2015), Louro (2000, 2001, 2010), Santos Filho (2016; 2019), Pelúcio (2009), Preciado (2014), Jesus (2010; 2012) e outros/as teóricos/as, detalhando as nuances que ainda se encontram não expostas à sociedade.

E, por fim, em uma subseção, exponho um percurso histórico-social sobre as **TRANSgeneridades**, trazendo as construções teórico-conceituais acerca das diversas representações da população TRANS. E finalizo, por conseguinte, a seção sobre os subsídios teórico-metodológicos de uma das referências nos estudos da população TRANS, Bento (2006; 2008; 2010; 2012).

Na seção – Metodologia –, exponho todo o desenvolvimento da pesquisa qualitativa-interpretativista (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), desde os levantamentos teórico-metodológicos, embasados nas orientações de Lüdke e André (1986), bem como as informações sobre a Escola, inserida num bairro de periferia de Maceió-AL, que serviu como facilitadora para o conhecimento entre as abordagens propostas, aos entendimentos cabíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, o percurso metodológico, compreendido no período de 3 meses – dezembro de 2019 a fevereiro e março de 2020 – em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II, através dos instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista com os/as colaboradores/as, está centrado a partir das relações de (re)conhecimento em que a pesquisa se encontra com as contribuições de Chizzotti (2001).

Na seção – Análise: TRANSgredindo as constituições identitárias –, não menos importante, no entanto a parte crucial do trabalho, exponho o *corpus* para as reflexões teórico-metodológicas, buscando desenvolver argumentos plausíveis a fim de responder às questões que nortearam a pesquisa, referentes às contribuições da TRANSmasculinidade do professor quanto à sua constituição identitária e às suas questões particulares em relação à identidade de gênero. Para tanto, diante de uma discussão social e linguística, apoiada epistemologicamente na área da LA a partir de Santos Filho (2016; 2017; 2019), a análise está pautada em teóricos/as que reafirmam questões como: “TRANSformar, TRANSgredir, TRANSmutar, TRANSmitir ideias e inteligibilidades sobre a população TRANS” (JESUS, 2010, 2012; BENTO, 2006, 2010, 2012).

18 Em se tratando dos tempos hodiernos, acho necessário haver a disseminação/propagação dos estudos de gêneros, porque vai contra toda ideologia de massacre e cortes de verbas que fomentam os estudos nas universidades públicas e nos institutos federais. Quanto mais o governo se esforçar para nos calar, mais ainda cresceremos todos/as juntos/as para expor ideias contra o fascismo.

2 LÍNGUA / LINGUAGEM E DISCURSO: CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

Consideramos o acontecimento discursivo como um conjunto de práticas macro e microssociais que comportam: a) o espaço de representações de mundo que estão no cotidiano dos/as interlocutores/as; b) os discursos que dão base a essas representações de mundo; e c) os dispositivos retórico-linguísticos que surgem nos discursos e co-validam essas representações. (SOUTO MAIOR, 2018, p. 135).

Nesta seção, trarei a exposição das concepções de língua e linguagem que subsidiam o constructo teórico da presente pesquisa, entendendo sobretudo a dinamicidade que a língua possui, bem como concebendo a pluralidade de possibilidades existentes no discurso. À vista disso, as concepções teóricas estão imbuídas nas reflexões ancoradas em Bakhtin (1997), Volóchinov (2017), Lima e Souto Maior (2012), Souto Maior (2018), Souto Maior e Luz (2018, 2019), Miotello (2005) e Brait (2004), passando por outros/as teóricos/as que aprimoram a concepção de língua/gem a partir do campo social entendido como realização e manifestação da linguagem. Partindo do pressuposto de que o “discurso proferido é atravessado/interpelado por vários outros discursos em determinada época ou lugar” (BAKHTIN, 1997) e que “os sujeitos são posicionados ideologicamente” (BAKHTIN, 1997), discorrerei acerca da construção da alteridade, que não coexiste em apenas um único discurso, mas principalmente sendo realizado num “processo contínuo de entendimento e de várias vozes” (SOUTO MAIOR E LUZ, 2018).

2.1 Língua / linguagem: a perspectiva do discurso

Seguindo a ideia de Bakhtin (1997) de que nenhuma língua é neutra e vazia de valores, seja valor ético imparcial, seja valor que serve meramente como um instrumento da linguagem, não falamos no/para o vácuo, nem muito menos construímos enunciados fora das esferas múltiplas e complexas da prática humana. (BAKHTIN, 1997). Dessa forma, compreendo que as relações humanas e as relações sociais que se permeiam na sociedade são mediadas/constituídas na/pela linguagem, tendo em vista que é através da língua que o sujeito se estrutura e vive, conseqüentemente: agindo, (re)significando e TRANSformando o meio no qual está inserido.

Entendo, a partir da compreensão realizada por Bakhtin (1997), que as relações humanas estão para o contexto da língua (sendo ela, **enunciação, subjetividade, acontecimento e também contexto**). Logo, indo por essa perspectiva bakhtiniana, a língua está

centrada na relação entre o “eu” e o “outro”. Desse modo, partindo da concepção inicial de gênero e de pluralidade discursiva, posso dizer que as relações humanas consistem entre os/as vários/as “eus” com variados/as “outrens”, realizando um conjunto de relações que facilitam a comunicação discursiva nas/pelas infinitas relações.

No campo das relações humanas e mais precisamente no campo da prática social, envolvendo os/as vários/as “eus” com “outrens”, Volóchinov (2017) diz que

A comunicação verbal está diretamente relacionada às comunicações de outros tipos, por terem surgido no terreno comum da comunicação produtiva. Obviamente, não se pode separar a palavra dessa comunicação unificada em terna formação. Nessa sua relação concreta com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais e de caráter não discursivo... (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220)

É imprescindível entender que a concepção aqui adotada de língua e linguagem perpassará por todo o trabalho, tendo como ponto de partida a “perspectiva dialógica” (VOLÓCHINOV, 2017), a qual estará na base da discussão aqui desenvolvida, pois tanto a concepção assumida para o estudo, quanto a perspectiva dialógica apoiada nas discussões, servirão para entender o caráter de movimento e de acontecimento que se constituem na/pela linguagem em um processo ininterrupto de várias relações.

Assim, de acordo com as aproximações e as problematizações associadas às questões da língua/linguagem – pré-concebidas como um conjunto de ações que corroboram para a prática social –, é importante iniciar a partir do entendimento de língua referenciada por Volochínov (2017) que assevera: que

a língua movimenta-se adiante juntamente com o fluxo, pois é inseparável dele. Na verdade, ela não é transmitida; ela é continuada, mas como um processo de formação ininterrupto. Os indivíduos não recebem em absoluto uma língua pronta; eles entram nesse fluxo da comunicação discursiva, ou mais precisamente, é nesse fluxo que a sua consciência se realiza pela primeira vez (VOLÓCHINOV, 2017, p. 198).

Compreendo, em relação ao que o autor postula, que a língua pertence ao fluxo contínuo da comunicação discursiva, isto é, não se entende aqui a língua como um **mecanismo parado – estático – sem movimento – sem vida**, mas sim como um fluxo que se constitui a partir dos sujeitos que a usam como um processo que **anda – dinâmico – em movimento – móvel – e com vida**. Frente a esse movimento contínuo do fenômeno da língua/linguagem, o processo de formação ininterrupto consiste no movimento que a língua tem no fluxo da comunicação, de modo que este, o fluxo da comunicação, não se distancia daquela, a língua,

pelo fato de estarem intimamente interligados frente ao discurso. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 199).

A questão do movimento ou da dinamicidade defendidos por Volóchinov (2017) são entendidos, em meio às ideias associativas à comunicação discursiva, como um processo que não se acaba, ou seja, não se finda. Trata-se, pois, de uma relação em que, ainda que o sujeito esteja sozinho no ato da comunicação, o processo de comunicação discursiva acontece a partir da sua consciência. Em outras palavras, concebo e entendo que a comunicação discursiva está associada principalmente à realização do discurso, o qual o sujeito faz a compreensão na/pela comunicação.

Sendo assim, entendendo que o processo de comunicação discursiva acontece constantemente, Bakhtin (1997) defende que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas Linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1997, 123).

A constituição da língua, para o autor, se dá através do fenômeno social da interação verbal, pois só nela que há os fenômenos da enunciação. Levando em consideração que a interação é efetivada de acordo com o diálogo/dialogicidade/dialogismo, os quais são caracterizados, no seu sentido amplo, como toda comunicação verbal; ela, a interação, pois, pertence à natureza sociológica, sendo própria da cadeia verbal. (BAKHTIN; 1997, p. 124).

Nesse sentido de compreensão da cadeia verbal no processo de interação, Souto Maior e Luz (2019), seguindo a compreensão bakhtiniana de linguagem, reforçam que

O trabalho com linguagem e a consciência de como ela estabelece contornos e cores para as relações humanas torna-se também elemento fundamental de estudo e de atuação, visando à promoção de uma integração maior entre conhecimento e criticidade do sujeito e entre os interactantes do contexto de ensino e comunidade em geral. [...] Nesse sentido, compreendemos a língua constituída a partir de três aspectos da comunicação verbal, segundo Bakhtin, a saber: contexto real, fenômeno social e interação verbal. Ainda para este autor, vivenciamos a língua por meio de enunciados, concretos e únicos, e esses refletem condições específicas e esferas de utilização que, por sua vez, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso Bakhtin. (SOUTO MAIOR E LUZ, 2019, p. 400).

As autoras, a partir da ação de movimento que a linguagem se constitui em sociedade, detalham como as relações humanas se estruturam em meio à interação, partindo do princípio

de que o sujeito, como elas falam: *interactantes*, em contexto social interage e reforça a sua ação comunicativa. Dessa forma, Souto Maior e Luz (2019), ancoradas nos postulados de Bakhtin, descrevem três aspectos que estão imbricados à comunicação verbal, a saber: **contexto real, fenômeno social e interação verbal**, de modo que todos esses estão associados à realização do exercício da linguagem, reforçando as estruturas específicas dos enunciados. (SOUTO MAIOR E LUZ, 2019).

As crenças e as suposições associadas ao momento da interação, em se tratando no que falam Souto Maior e Luz (2019), vinculam-se, ao contexto do discurso, à participação dos sujeitos na comunicação discursiva, promovendo a contrarresposta, de acordo com Bakhtin (1997, p. 327-328). Ao mesmo tempo em que a linguagem dialógica possibilita a expressão do que cada sujeito tem a contribuir na interação, agrega também novos valores, nos quais retratam uma atividade dialogicamente interativa.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que Bakhtin (1997, p. 127) concebe a língua a partir das seguintes maneiras, a saber: **(a)** sujeita à relativa liberdade de uso, visto que, para ele, a língua é um sistema estável somente como objeto de estudo das ciências da linguagem; **(b)** faz parte de um processo contínuo realizado através da interação dos indivíduos; **(c)** está subordinada especificamente às leis sociológicas; e não às leis da psicologia individual, embora não possam ser apartadas da atividade do falante; **(d)** deve ser entendida como intrinsecamente ligada aos conteúdos e aos valores ideológicos quanto ao seu aspecto criativo, assim como a sua evolução pode ser vista não só como uma necessidade mecânica, mas também como uma necessidade consciente; e, por fim, **(e)** efetiva-se pela e através da enunciação, a qual é um ato social.

Ainda na perspectiva bakhtiniana, em relação à compreensão do discurso, afirmo como significativa nesta seção a noção de Ideologia para Volóchinov (2017), que diz que

A ideologia não pode ser deduzida a partir da consciência, como fazem o idealismo e o positivismo psicológico. A consciência se forma e realiza no material sógnico criado no processo de comunicação social de uma coletividade organizada. A consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade. Se privarmos a consciência do seu conteúdo sógnico ideológico, não sobrar absolutamente nada dela. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 97-98).

Ciente da concepção de ideologia que “qualquer enunciado é sempre ideológico”, de acordo com Faraco (2009, p. 47), compreendo a noção de consciência individual, pois, para Volóchinov (2017), passa pelas relações sociais mediante os signos ideológicos, servindo assim

para a realização da comunicação ideológica. Diante disso, as relações sociais são concebidas através da existência dos signos e da participação desses na comunicação, os quais são criados e reformulados num processo contínuo em que existe a comunicação no contexto social.

A ideologia, portanto, é um universo que engloba a arte, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, isto é, são manifestações que estão inseridas à palavra, sendo essa caracterizada como ideológica, por excelência. Logo, o signo informado por Bakhtin (1997) não existe sem ideologia, de modo que o universo da criação ideológica é fundamentalmente de natureza semiótica. (BAKHTIN, 1997, p. 34).

De acordo com Miotello (2005), a noção de ideologia está atrelada à *ideologia do cotidiano* e à *ideologia oficial*, em que a primeira, a ideologia do cotidiano, surge nas práticas sociais corriqueiras; já a segunda, a ideologia oficial, reverbera como memória social, sendo pautada na estabilidade da ordem vigente. É importante mencionar que tanto uma quanto outra estão em contato e se interligam nas práticas de linguagem através dos diversos discursos, levando em consideração que “onde não há texto não há objetivo de pesquisa e pensamento”. (BAKHTIN, 1997, p. 307).

Ainda na compreensão de ideologia para Miotello (2005), de acordo com Bakhtin, há a impossibilidade de conceber a neutralidade na linguagem, de sorte que ela se configura a partir de estratégias e dos campos discursivos, que são agrupados em discursos oriundos no campo da interação. Em vista disso, a neutralidade não se sustenta na perspectiva do campo da linguagem, pois todo discurso é carregado de sentidos e, naturalmente, pois com uma intenção em seu funcionamento dinâmico e dialógico.

Seguindo o viés da complexidade da língua consoante a compreensão da alteridade, Lima e Souto Maior (2012) discutem a respeito da noção de responsividade e discursos envolventes¹⁹, através das tensões provocadas nas relações dialógicas que proporcionam um desenvolvimento da alteridade do sujeito. À vista disso, tanto o autor, quanto a autora defendem que os movimentos de alteridade, que constituem o sujeito, são significativos na relação com o outro e “em última análise, em relação à coletividade”. (BAKHTIN, 1997, p. 113).

Lima e Souto Maior (2012), mergulhados na perspectiva da construção dialógica e interpelados pelo processo de alteridade, argumentam que “a construção discursiva se estabelece pelas relações concretas nas constituições sócio-culturais” (LIMA E SOUTO MAIOR, 2012, p. 396) e que, em outras palavras, essas relações concretas, que se realizam no

19 Souto Maior (2012) elabora o conceito de Discursos Envolventes para representar um conjunto de práticas macro e microsociais frente aos discursos que circulam por dentro do sujeito e o constitui como sujeito social.

discurso, são condicionadas à interação verbal. Além disso, defendem, pautado/a na perspectiva bakhtiniana, que “o discurso de outrem pressupõe uma orientação em relação a ele num determinado contexto”. (LIMA E SOUTO MAIOR, 2012, p, 400).

Nesse sentido, os discursos proferidos que emergem da língua e a tornam um fenômeno dinâmico e complexo estão interligados à rede de significados que possibilitam um conjunto de novos sentidos. Através disso, na construção dos discursos proferidos, a dinamicidade e a complexidade, às quais a língua está exposta, envolvem um universo de discursos carregados de novas compreensões e interesses discursivos, relacionando, por conseguinte, as capacidades que subjazem a comunicação discursiva. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 92).

Diante das capacidades da comunicação discursiva que todos/as se inserem, compreendo que “todo signo é ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93), de acordo com a realização da interação nos espaços e nos lugares entre os sujeitos. Dessa forma, a comunicação ideológica – a consciência – é ultrapassada por várias ideologias, várias concepções e várias ideias que tão somente combinam socialmente para a relação de existência da interação, como para as ações discursivas. Assim, já que todo signo é ideológico, ele, o signo, passa por avaliação ideológica.

Nesse caso, Volóchinov (2017) argumenta que

O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser iguados. Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sígnica.* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93, grifo do autor).

A avaliação ideológica, portanto, é concebida em meio às condições de manifestação em que ocorrem as comunicações ideológicas, pois o entendimento de que um determinado signo é “verdadeiro, falso, correto, justificado, bem, etc” passa no momento em que as relações sociais estão sendo estabelecidas, justificando, em suma, seu valor semiótico e também ideológico. Nas condições de manifestação, a relação de que o signo “reflete e refrata” consiste em um ponto de vista específico, de maneira que, a depender do desenvolvimento da comunicação ideológica, a consciência do sujeito para Volóchinov (2017) pode adquirir forma e conteúdo dependendo da interação que estabeleça.

Toda refração ideológica – conforme a consciência do ser – em processo de formação, seja qual for a natureza à qual pertença, é acompanhada de uma refração ideológica verbal,

sendo essa entendida obrigatoriamente como um fenômeno concomitante. Logo, é importante notar que refração ideológica verbal consiste no conjunto da ação discursiva, determinando os papéis assumidos pelos sujeitos no ato da interação, pois, sendo assim, “a palavra, em suma, está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação”. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95).

A partir da perspectiva apresentada acerca da língua e linguagem, discutindo as construções que estão atreladas ao discurso (no processo de alteridade e na ideologia), encaminho a discussão agora para subseção que tratará a respeito do discurso e seus múltiplos sentidos, relacionando-o com os fatores internos e externos à situação discursiva.

2.2 Discurso e sentido

Para Souto Maior e Luz (2019), o discurso, entendido como ação, é construído etnicamente. Assim, as autoras defendem que

O discurso ético discursivo não se torna uma ação automática, pautada em construção de um conhecimento técnico, mas numa ação (auto) reflexiva contínua, pautada na avaliação da historicidade, no âmbito mais local ou mais global, e na quase certeza do que pode ser dito, considerando a preservação das relações humanas, com dignidade e justiça para todos/as. (SOUTO MAIOR E LUZ, 2019, p. 404).

De acordo com o entendimento de Souto Maior e Luz (2019) acerca da ética discursiva, é importante entender que se trata de discurso concebido como “ação (auto) reflexiva”, ou seja, na construção em que o sujeito faz a respeito das relações humanas e sociais. Elas ainda tratam das condições históricas quanto à manifestação do discurso, condicionando a ação ético-discursiva nas reflexões cotidianas assumidas pelos sujeitos. (SOUTO MAIOR E LUZ, 2019, p. 405).

Souto Maior (2018) chama de dimensão da ética discursiva o discurso constituído de valores sociais: noções de certo e errado, de mentira e verdade, por exemplo; de maneira que os discursos são proferidos, a fim de representar ou legitimar uma ação de quem os profere. Sendo assim, o movimento que consiste a ética discursiva garante um conjunto de novas possibilidades e referências as quais estão imbricadas ao discurso, realizando um processo de envolvimento nas práticas sociais. (SOUTO MAIOR, 2018).

Ainda no campo da ordem do discurso, Brait (2004) argumenta que

o termo ‘discurso’ ganha uma significação bem mais ampla que engloba, por assim dizer, a linguagem em geral, cobrindo a fala do dia-a-dia, os textos publicitários e jornalísticos, essa fala marcada dos políticos em constante estado de euforia palavrória, a poesia, as artes em geral, os estudos científicos e tudo mais que o homem produz como forma de comunicação, expressão, organização, construção e representação do mundo e de si mesmo por meio de signos verbais, visuais, verbo-visuais. (BRAIT, 2004, p. 16-17).

É possível perceber que, a partir do entendimento da autora, há uma ideia circundante a respeito do universo que permeia o discurso: “comunicação, expressão, organização, construção e representação do mundo e de si mesmo” e que, associado à linguagem, de modo geral, o discurso é configurado por meio dos “signos verbais, visuais e verbo-visuais”. (BRAIT, 2004, p. 16-17). Logo, a configuração em que consiste o discurso possibilita que a construção da linguagem seja desenvolvida para várias e infinitas funções.

A autora, dessa maneira, explicita que os discursos são gerados no cotidiano, em que as situações discursivas acontecem de forma involuntária a todo momento, visto que o “cotidiano do homem é entrecortado por discursos, isto é, formas de dizer e conceber o mundo” (BRAIT, 2004, p. 17). Portanto, entendo que a constituição do sujeito se dá através dos entrelaçamentos dos discursos que o circundam, levando-o, conseqüentemente, ao entendimento de que a linguagem não está fora dele, mas, sobretudo, dentro.

Ainda em relação à perspectiva das situações em que se desenvolvem os estudos acerca do discurso, Souto Maior (2020), entendendo o discurso como prática social, afirma que

Estender cada vez mais o estudo sobre os discursos e aprofundar as reflexões sobre o que determinado dizer significa no processo interacional que se opera em um determinado espaço, que tem contexto geográfico, nacional e cultural, se torna imprescindível para que as relações sociais sejam compreendidas e para que se possa agir sobre elas. (SOUTO MAIOR, 2020, p. 19)

O discurso, portanto, para a autora consiste na perspectiva da interação ou como menciona – processo interacional –, de maneira que as demandas sociais a partir do contexto podem implicar em sentidos novos e novas possibilidades. Frente a essa perspectiva, entendo que Souto Maior não só prioriza a questão interacional que se realiza através do discurso, mas também, como importante, o contexto geográfico, nacional e cultural onde as relações de interação se concretizam, provocando assim em um conjunto de novas questões da prática social da linguagem. (SOUTO MAIOR, 2020, p. 19-20).

Levando em consideração a partir da prática social que os discursos se confrontam e se desestabilizam, de acordo com Souto Maior (2020), o diálogo é evidente entre a realização

dos discursos. Assim, a construção dos discursos, dadas as questões sociais (geográficas, nacionais e culturais), se materializa também no ato da interação de maneira que as demandas sociais interferem necessariamente ao descontrole dos discursos.

Para Souto Maior (2020), a questão social, então, que é importante para a construção dos discursos:

se relaciona com as ações dos sujeitos nas interações sociais e não é moduladora do que é o certo ou é o errado, apenas destrincha dispositivos que instituem sentidos, fazendo com que perguntas como: por que isso acontece? que implicações para as relações humanas isso enseja? Sejam colocadas em pauta. Ainda nessa linha de discussão, o que se diz, assume, pratica, e aquilo com o que as pessoas se relaciona, se envolve, se identifica... (SOUTO MAIOR, 2020, p. 22).

A partir das relações sociais que estão imbricadas à constituição do discurso, problematizar questões sobre língua e linguagem é um processo de construir entendimentos possíveis, a fim de saber que a dinâmica da/na língua está atrelada a um universo de empoderamento dos sujeitos, pautados por “demandas sociais, políticas, culturais, financeiras, religiosas, profissionais, hierárquicas e várias outras” (FIORIN; 2010, p. 40).

Diante do exposto, falar sobre as questões que permeiam o fenômeno da língua/linguagem implicam, acima de tudo, falar acerca de um movimento linguístico de aproximações e de problematizações, em que as situações discursivas acontecem constantemente e se diferenciam a partir do momento em que os sujeitos interagem socialmente. Desse modo, as discussões que se centram nos sentidos múltiplos estão associadas necessariamente à perspectiva da alteridade, cuja relação está interligada entre os/as “eus” com “outrens”. Assim, concebo que o processo da alteridade é importante e se faz presente no ato da ação discursiva.

2.3 Discurso e a perspectiva da alteridade

Buscando uma associação, ainda que de forma bastante próxima e correspondente com a noção de discurso, pretendo aproximar a perspectiva da alteridade às questões identitárias, partindo da ideia de que é através do outro que há uma constituição/construção de novas questões pessoais e coletivas. À vista disso, assevero que a perspectiva da alteridade se faz importante neste trabalho por conta das variadas questões – discursivas e identitárias – que possibilitam a retomada de referências ao discurso e à sua construção de sentidos.

Em se tratando da perspectiva da alteridade supracitada, recorro à compreensão de Miotello (2009) em relação à alteridade, de acordo com o pensamento de Bakhtin, que diz que:

onde há um esforço pela construção da identidade, Bakhtin exige a alteridade como ponto de partida; onde a luta exacerbada pelo eu, ele põe a relação fundante Eu/Outro; onde a pauta pelo mesmo/igual, ele parte do diferente; onde o universal, ele parte do singular; onde o já-dado, ele aponta o porvir; onde há luta pela estabilidade, ele joga com a instabilidade. (MIOTELLO, 2009, p. 164).

A construção da identidade para Miotello (2009), portanto, está interligada ou atrelada aos processos de alteridade, sendo esse como imprescindível na relação da interação discursiva. Levando em consideração que a alteridade é um processo de constituição entre Eu/Outro, há um princípio fundante que norteia as questões identitárias, as quais servirão como base para construção desta pesquisa: *relação de compreensão entre eu/outro; compreensão de si e compreensão da sua subjetividade*.

De acordo com as compreensões já ressaltadas, o entendimento que Miotello (2009) traz é que a alteridade está imbricada a várias dicotomias possíveis, como: igual/diferente, universal/singular, já-dado/porvir, estabilidade/instabilidade. Então, a edificação da constituição entre Eu/Outro é, conseqüentemente, produto das dicotomias apresentadas.

Diante das relações postas acima, apresentadas a partir da compreensão de Bakhtin (1992), todo discurso é dialógico. O filósofo russo fala, de modo geral, em dialogismo, não pensando num diálogo face a face, mas numa propriedade central dos enunciados²⁰, pois todo discurso é constituído a partir de outro discurso. Ou seja, trata-se, de acordo com o autor, de uma resposta, de uma tomada de posição em relação a outro discurso.

Ainda no contexto bakhtiniano quanto à compreensão do dialogismo, resgato o entendimento de que o discurso é ocupado, atravessado, habitado pelos discursos de outrem e, por isso, eles são constitutivamente heterogêneos. Do mesmo modo, todo enunciador, para construir seu discurso, leva em consideração o discurso de outrem, que dialoga, então, com o seu. Logo, um discurso deixa ver seu lado direito e seu lado avesso, pois nele encontram-se presentes pelo menos duas vozes, a saber: a que é afirmada e aquela em oposição à qual se constrói. (BAKHTIN, 1997, 353-358).

Perante as perspectivas apresentadas pelo autor, percebo que, consoante a compreensão de discurso como um mecanismo atravessado por vários discursos, poderia se

²⁰ Bakhtin diz que qualquer enunciado reflete a individualidade de quem o produz (tom volitivo-emocional), tanto na forma oral como na escrita. Cada um tem um estilo de fala e escrita (marcas autorais) e denomina esse fato de “reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado” (BAKHTIN, 1997, p. 265).

chamar de dialogismo constitutivo, ou seja, a palavra do outro é condição necessária à existência de qualquer discurso, levando sempre em consideração, em suma, que um discurso parte de outro. Frente a esse entendimento, concebo que as duas vozes não precisam, necessariamente, estar marcadas no fio condutor do discurso, visto que elas são apreendidas pelo nosso conhecimento dos diferentes discursos os quais circulam numa dada época ou numa determinada formação social.

Se, por um lado, a construção do fio condutor do discurso pode estar centrada em várias vozes, de acordo com as necessidades que exigem o momento da realização do discurso; por outro, a compreensão feita através dos discursos realizados se dá mediante os conceitos empregados, de maneira que as condições, provenientes de um determinado momento, auxiliam no reconhecimento da formação social.

Em se tratando da/o dialogicidade/dialogismo, os discursos são históricos. Nesse sentido, Fiorin (2010) explica que

Por ser dialógicos é que os discursos são históricos. Sua historicidade não é algo externo, que é dado por referências a acontecimentos da época em que foram produzidos ou por curiosidades a respeito de suas condições de produção. [...] A historicidade dos enunciados é captada no próprio movimento linguístico de sua constituição. É na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso. (FIORIN, 2010, p. 40).

Em outras palavras, a concepção dialógica postulada por Bakhtin (1997) é referendada por Fiorin (2010), uma vez que a percepção das relações com o discurso é compreendida a partir do momento em que a história é parte constituinte no ato do discurso. Para tanto, independentemente do acontecimento atrelado às condições de produção do discurso, sempre haverá a compreensão da História (como ciência) em meio ao universo dos discursos. Sendo assim, a História não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é quem é histórico, uma vez que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que se entrecruzam na realidade discursiva.

Isso posto, percebendo a/o dialogicidade/dialogismo no universo dos discursos, os quais estabelecem uma relação ao que foi dito anteriormente, seja num processo de concordar, seja num processo de discordar, como já mencionado, é importante o conhecimento da produção de novos sentidos, podendo esses se naturalizarem ou desnaturalizarem. Diante dessa perspectiva dialógica da linguagem, concebendo os/as envolvidos/as no processo dialógico como participantes ativos/as na interação, pois a linguagem, por sua vez, tem papel primordial

nas relações entre os sujeitos e se constitui, por conseguinte, como objeto de estudos à luz das práticas sociais.

Em relação ao exposto, Bakhtin (1997, p. 75) (*apud* FARACO, 2009, p. 53) entende que

não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico (ele se estica para um passado ilimitado e para o futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, isto é, aqueles que nascem no diálogo de séculos passados, não podem nunca ser estabilizados (finalizados, encerrados de uma vez por todas) – eles sempre se modificarão (serão renovados) no desenrolar subsequente no futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo, existem quantidades imensas, limitadas de sentidos contextuais esquecidos, mas em determinados momentos do desenrolar posterior do diálogo eles serão lembrados e receberam vigor numa forma renovada (num contexto novo). Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá seu festivo retorno. O problema da grande temporalidade.

Em outras palavras, Faraco (2009), a partir das considerações de Bakhtin (1997) frente a não inovação da palavra no ato do discurso, diz que independentemente do momento em que se realiza o discurso há inúmeras possibilidades ou como ele detalha – quantidades imensas – para o momento dialógico. Com isso, os sentidos do diálogo perpassam todo discurso, ainda que sejam proferidos em tempos passados, mesmo assim não se esgotam, de forma que estão em constante processo de resgate e retomada: “nada está morto de maneira absoluta”. (FARACO, 2009, p. 55).

À vista disso, as discussões que estão interligadas ao fenômeno da língua e linguagem, entendido como movimento, ação, acontecimento, enunciação e subjetividade proporcionam um conjunto de interações entre os sujeitos, uma vez que os discursos proferidos em um determinado espaço ou lugar são carregados de sentidos e reconhecidos na ação da atividade discursiva.

A partir das considerações apresentadas nesta seção sobre língua/linguagem, discurso, alteridade, ideologia, signo ideológico, interação, dialogismo, comunicação discursiva, natureza sociológica e outros fenômenos que norteiam a linguagem, informo que serão retomados mais adiante, a fim de serem problematizadas e organizadas as ideias à luz do discurso da TRANSmasculinidade do professor na seção da análise.

3 IDENTIDADES E ESTUDOS DE GÊNERO

De tudo que já li e estudei sobre trabalho de campo e pesquisa, nunca vi algo tão marcante para as subjetividades dos/as pesquisadores/as como aquela realizada entre travestis e transexuais. [...] Os/as pesquisadores/as se transformam em transexuais e travestis políticas/os. (BENTO, 2011, p. 85-86).

Imagem I: Bandeira do Orgulho TRANSgênero



Fonte: domínio público.

Nesta seção, trarei, inicialmente, ancorado na concepção de “identidade formada e transformada continuamente”, a importância das identidades na contemporaneidade (HALL, 2006, p. 13), mergulhando nos entendimentos que (des)orientam as constituições identitárias do sujeito, visto que a identidade pode ser “múltipla e provisória” (MOITA LOPES; 2002, 2006a), assim como “camaleônica” Eckert-Hoff (2008) que estão em constante ação e TRANSformação.

As identidades, por sua vez, (re)formuladas no contexto contemporâneo, estão em processo de construção ou (des)construção, não podendo ser pensadas como fixas, eternas, mas, como afirma Hall (2007, p. 111), são “pontos de apego temporário”. Além disso, a partir de um diálogo com as subjetividades e com as demandas dos sujeitos modernos, as identidades são configuradas no “ato performativo” (SILVA; 2007, p. 97), entendidas no processo de constituição e construção.

Em seguida, abordarei, consoante os levantamentos diversos acerca da temática, um panorama histórico-conceitual a respeito das TRANSgeneridades²¹ no Brasil, concebendo algumas ideias que ainda persistem como precárias ou arcaicas quanto às TRANSidentidades, de acordo com a última publicação de Coutinho Jorge e Travassos (2018). Diante disso, a fim de expor a importância de dois Decretos: um Municipal (nº 8.547/2018) e o outro Estadual (nº 58.187/2018), no tocante aos Direitos reconhecidos por Lei à população TRANS e travestis, detalharei sobre os documentos oficiais que circundam no Estado das Alagoas.

Diante do exposto, a seção também conta com alguns apontamentos sobre as pesquisas realizadas pela ANTRA²², expondo, conseqüentemente e não esgotando as informações, os números alarmantes referentes aos assassinatos à população TRANS e travestis nos últimos três anos: 2017, 2018 e 2019, assim como apresentadas na introdução, as informações referentes ao contexto do 1º semestre de 2020. Além do mais, a partir dos índices de assassinatos a essa população ainda tão marginalizada e patologizada, a exposição das campanhas realizadas pela organização oficial será evidenciada, fazendo jus a um critério de conscientização e, sobretudo, respeito ao ser humano.

E, por fim, relatarei as diversas contribuições, pelo menos a maioria, de um dos nomes mais respeitados no meio acadêmico e social, por se debruçar em seus estudos e em suas pesquisas na perspectiva dos – estudos *queer*, direitos humanos, decolonialidades, sexualidade, gênero, raça/etnia – a Profa. Dra. Berenice Alves de Melo Bento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN).

3.1 As identidades como processo de TRÂNSito

De acordo com Stuart Hall (2006), um importante autor²³ que pensou muito sobre a construção das identidades, principalmente no que diz respeito às identidades étnico-raciais, há três tipos de concepções de identidades: a **iluminista**, a **sociológica** e a **pós-moderna** (serão explanadas logo abaixo), as quais trazem a noção de identidade (logocêntrica), aquela que é

21 Informo que, neste capítulo, a grafia do prefiro TRANS será marcada por letras maiúsculas, a fim de assumir não só um posicionamento político de destaque, mas tão somente voltado para a militância de reconhecimento e, principalmente, de sobrevivência. O prefiro TRANS perpassa por todo texto como caráter de destaque, pois.

22 Ver o endereço eletrônico <https://antrabrasil.org/>

23 Trata-se de um autor com produção vasta a respeito das questões identitárias, cuja relevância nos estudos acadêmicos é bastante significativa, de modo que as discussões estão interligadas ao sujeito moderno e pós-moderno, à globalização, à diáspora, ao hibridismo, às culturas nacionais como comunidades imaginadas e ao global, local e à etnia.

carregada através da ideia totalizante e homogênea. O autor entende, portanto, que o processo de identificação, através do qual o sujeito é projetado em suas identidades, é reconhecido como “provisório, variável e problemático”. (HALL; 2006, p. 12).

Segundo Hall (2006), a identidade – **iluminista** – é centrada, unificada e dotada de razão, consistindo, assim, em um núcleo interior que nasce com o sujeito e nele se desenvolve, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da sua existência, como idêntico. A identidade – **sociológica** – preenche o espaço entre o interior e o exterior, costurando o sujeito à estrutura, pois o “sujeito previamente vivido como tendo uma identidade única e estável, está se tornando fragmentado”. E, por fim, na identidade – **pós-moderna** –, o sujeito não tem “uma identidade fixa, essencial ou permanente, uma celebração móvel: formada e TRANSformada²⁴ continuamente”. (HALL; 2006, p. 10-13).

Sendo assim, a identidade para o autor supracitado, mais precisamente a **pós-moderna**, visto que é essa que me interessa para este trabalho, levando em consideração que ela carrega múltiplas significações, não existindo em si mesma, mas sobretudo sendo (re)construída ou (re)constituída por meio da relação entre os sujeitos através das suas subjetividades. Ainda na perspectiva da identidade pós-moderna, ele entende que a identidade é amplamente do contexto sociocultural, sendo impossível de fixar-se ou congelar-se, num processo de apego. (HALL, 2006, p. 13).

Hall (2006; 2007), frente ao deslocamento ou descentração do sujeito em meio ao mundo social e cultural, acorda em relação à concepção de identidade que

Utilizo o termo identidade para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (...) Isto é, as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL; 2007, p. 111-112).

De acordo com Hall (2007), as identidades são pré-concebidas como um processo ou “pontos de apego temporário”: construção de práticas que podem modificar constantemente os

24 Adoto a grafia com letras maiúsculas, no prefixo dos vocábulos, para realizar a referência sócio-política às pessoas travestis e TRANS.

espaços concebidos como mutáveis e fluidos. Se a identidade for concebida como um processo e não como algo acabado, é possível entendê-la enquanto “prática discursiva”, ou seja, como produção que está em constante processo de ser “(re)posicionada em diversas circunstâncias particulares”, como reflete Moita Lopes (1998; 2002).

À produção da subjetividade, cabe a compreensão de novas e múltiplas identidades, às quais a partir da dicotomia: “concordância e discordância” (SILVA, 2007, p. 97)²⁵ se contradizem e se complementam. Desse modo, enquanto as múltiplas constituições identitárias do sujeito forem ressaltadas através do “mundo contemporâneo e fluido”, de acordo com Bauman (2011), as performances serão sempre evidenciadas, coexistindo em concomitância às identidades inacabadas e em processo de construção contínuo.

Hall (2006), explicando os diversos apelos existentes nas identidades que constituem o sujeito, assegura: que

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (HALL, 2006, p. 75).

Assim, as múltiplas identidades que constituem o sujeito pertencem às relações sociais e, principalmente, aos sentidos que ora emergem dos discursos, enquanto prática social, de acordo com Moita Lopes (2002; 2006) e Souto Maior (2020), ora os sentidos se modificam na medida em que as constituições identitárias vão se desenvolvendo nas práticas sociais e sendo, conseqüentemente, também modificadas em meio ao processo de interação e TRANSformação.

Tendo em vista a fluidez das identidades enfatizadas por Hall (2006), as identidades, segundo Bauman (2001, p. 97), “são parecidas com crostas que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se fundem e dissolvem novamente antes de terem tempo de esfriar e fixar-se”, estando, por conseguinte, em constante metamorfose. Logo, o lugar que a identidade se encontra é compreendido como uma construção, ou seja, como um processo nunca

25 Tomaz Tadeu da Silva é um dos tradutores das obras de Stuart Hall. Silva é professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com publicação de 30 artigos em periódicos especializados, 30 capítulos de livros e 25 livros. A produção do professor está dividida em diversas áreas, tais como: currículo, diferença, neoliberalismo, estudos culturais, identidade, pós-modernismo, Deleuze e Foucault.

completado, o que implica dizer que há sempre uma falta e nunca um ajuste completo: uma totalidade.

Bauman (2001) problematiza ainda que há dois tipos de comunidades em que se situam as definições de identidade: por um lado, a identidade refere-se à comunidade de vida, visto que os sujeitos vivem juntos em ligação absoluta; por outro lado, a identidade está relacionada à comunidade de destino, levando em consideração que os sujeitos estão interligados a partir dos princípios inerentes à sua comunidade. Em consequência disso, no que diz respeito às definições de identidade para o autor, a construção da identidade tanto está relacionada à vida do sujeito – na seção da análise, os discursos da constituição identitária da vida pessoal do professor ficam bastante evidentes –, quanto em relação ao meio em que o sujeito se encontra – situações do cotidiano da vida profissional do professor são detalhadas –, partindo, desse modo, do social para o particular. Em vista disso, as identidades, envolvidas e associadas a um contexto social, podem ser pensadas como Hall (2006) chama de identidades nacionais, ou seja, tão “homogêneas e unificadas que representam o ser” (HALL; 2006, p. 50).

Seguindo nessa perspectiva, Moita Lopes (2002, p. 34) reflete a identidade acerca da construção da identidade social “como estando sempre em processo, pois é dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares que nunca está completa, mas sempre em processo”. De modo que a identidade está relacionada, de certa maneira, aos valores sociais, os processos constitutivos identitários são constantemente reposicionados e diferenciados. (MOITA LOPES; 2002, p. 35).

Silva (2007), um dos tradutores das obras de Hall e um pesquisador importante sobre as questões identitárias, define que a identidade

não é uma essência, não é um dado ou fato – seja, da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder. (SILVA, 2007, p. 97).

Então, a identidade, de acordo com Silva (2007), é um processo de construção que não se realiza de forma totalmente autônoma, sozinha, podendo ser interpretada como variações de símbolos e de representações sendo relacionada com as diferenças entre os sujeitos. Sendo assim, o campo das identidades é marcado por um conjunto de relações sociais e culturais cabíveis ao comportamento do sujeito que sempre está inacabado.

A partir das relações sociais e culturais, há um lugar onde se encontra a “crise de identidade”, que consiste, pois, em um conjunto de “modificação e em **TRANS**formação” (COLLING, 2018a) (grifo nosso), determinando as relações de poder, assim como as representações existentes no sujeito. Logo, a TRANSformação está para a construção do sujeito a partir do social e do cultural, bem como a modificação está para o campo do entendimento das produções e constituições identitárias.

As produções identitárias – lugar das identidades no contexto moderno – estão imbricadas ao sujeito, condicionadas constantemente à mudança, não representadas a um modelo homogêneo e único, mas às performances heterogêneas e múltiplas, segundo Eckert-Hoff (2008). De acordo com a autora, a identidade consiste num “processo camaleônico”, isto é, o sujeito está associado ao processo de “falta, cindido, descentrado, em busca de si mesmo, num preenchimento impossível da falta”. (ECKERT-HOFF; 2008, p. 16).

Eckert-Hoff (2008) analisa a construção identitária de professores em processo de formação inicial e continuada, trazendo dinâmicas de sentido para a construção da “identidade camaleônica”. A partir dessa construção, a autora argumenta que

o sujeito que fala é também aquele de quem ele fala; pois, em todo dizer, emergem traços, fragmentos desse sujeito cindido. Sempre e inevitavelmente, ao falar da formação, de fato, de ações, é de si mesmo que o sujeito-professor fala; [...] é a palavra que fala do sujeito e não o sujeito que controla a palavra. [...] a sua identidade é descentrada, fluida e confusamente camaleônica. (ECKERT-HOFF, 2008, p. 134)

Em outras palavras, o sujeito, por se inserir a um processo de falta, cindindo e descentrado, encontra-se interligado a uma formação continuada que não se acaba, nem muito menos está parada, visto que a “identidade camaleônica” consiste na mudança, na multiplicidade, na heterogeneidade social. Por isso, na seção da análise, identifico que a constituição identitária da TRANSmasculinidade do professor está em processo camaleônico, partindo da compreensão de que é um sujeito descentrado, cindindo e que se encontra em constante mudança e TRANSformação (ECKERT-HOFF, 2008, p. 135).

De acordo com a noção de Eckert-Hoff (2008), a identidade é compreendida como processos de configurações e reconfigurações os quais balizam um trajeto ou uma performance identitária, em suas TRANSformações, retificações, metamorfoses, possibilidades e impossibilidades, provocando uma perturbação identitária, pelos mundos estrangeiros que habitam em nós mesmos. (ECKERT-HOFF; 2008, p. 69).

Assim, o sujeito pertencente ao campo das “identidades fragmentadas” (MOITA LOPES, 2002), preconizadas como processual, discursiva e performativa, está vinculado às variadas visões de mundo, como ideologias e valores, com as quais são contingentes. Isto é, a identidade não é mais concebida como um destino ou como uma carreira prescrita, mas como um projeto em que “o sujeito pode perseguir a fim de concretizar as suas possibilidades à luz da expressão dos seus desejos”. (MOITA LOPES, 2009).

Frente às identidades em processo de TRANSformação, Souto Maior e Luz (2018; 2019) refletem sobre as identidades docentes a partir de discursos dos sujeitos nas práticas discursivas, enaltecendo o processo socio-histórico em que os/as docentes, por exemplo, estão inseridos/as. As autoras, ao se referirem às identidades docentes em construção, afirmam que “os sentidos e as crenças são produzidos no contexto de interação”. (SOUTO MAIOR E LUZ, 2019, p. 402). Desse modo, compreendem que as identidades são reconfiguradas e constituídas a partir do contexto da interação, pois sem essa, não há processo que se entenda como mutualidade da identidade.

Ainda em relação à identidade docente, Souto Maior e Luz (2018) – em um contínuo entendimento das identidades que se constituem no espaço escolar e na formação docente – afirmam que a constituição da identidade do/a docente se dá através da pluralidade discursiva, haja vista que a coletividade (interação enquanto acontecimento) é uma das propostas ao processo de ensino e aprendizagem em que se insere o/a docente. Nesse caso, a constituição identitária da TRANSmasculinidade do professor, através dos variados discursos proferidos, se dá por meio da pluralidade discursiva bem como consiste como um conjunto que muda constantemente, uma vez que as situações discursivas e identitárias acontecem de modo a estabelecer diversos sentidos à sua volta.

Desse modo, em um movimento contínuo que não cessa – ir e vir – a identidade pertence ao nível da linguagem ou, como bem ressalta Colling (2018a, p. 11) “as identidades só podem adquirir sentido através da linguagem”. Em outras palavras, é através da e pela linguagem que as identidades se constituem e se TRANSformam, prevalecendo as mudanças possíveis inerentes ao sujeito. São, portanto, ações que complementam o sujeito num processo constante de mudança e de conhecimento a respeito da pluralidade que subjaz o discurso.

A partir das perspectivas apresentadas aqui quanto às identidades e às constituições identitárias que são inseridas ao sujeito, adoto a concepção de identidade que esteja associada à fragmentação da constituição de identidades do sujeito (MOITA LOPES, 2002), às reconfigurações e metamorfoses das identidades (ECKERT-HOFF, 2008), às crises de identidade (COLLING, 2018a), à identidade contraditória, inacabada, fragmentada e

inconsistente (SILVA, 2007) e principalmente “homogênea e unificada que representa o ser” (HALL, 2006, p. 50).

Diante do referencial posto acerca das constituições identitárias quanto às categorias discutidas e apresentadas, a partir do processo de TRÂNSito ou de movimentos constantes, que serão analisadas frente a TRANSmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL, encaminho, agora em diante, a discussão aos (des)caminhos dos estudos de gênero mediante um olhar TRANS/PLURIdisciplinar.

3.2 Os estudos de gêneros: um olhar TRANS/PLURIdisciplinar

Antes de adentrar especificamente na temática proposta, desenvolvo aqui algumas considerações a respeito dos estudos de gêneros, (as quais julgo importante para este momento de estudo, considerando o espaço da discussão e o tempo em tela), buscando suporte nas inflexões teóricas de Butler (2003, 2010, 2015), Louro (2000, 2001, 2010), Santos Filho (2016; 2019), Pelúcio (2009), Preciado (2014) e outros/as que dialogam com a temática em processo de ascensão constante. Diante disso, começo informando que, no século XX, ao longo da década 70 e consolidado na década de 80, os estudos sobre a “mulher” começaram a ganhar evidência nas academias, passando a ter uma nova nomeação no final da década de 80: estudos de gênero.

De acordo com Louro (2001), o principal desafio – à luz dos estudos de gênero – da nova fase foi romper com os estudos puramente descritivos sobre as relações entre os sexos, que não questionavam os conceitos postos. Os estudos de gênero, inicialmente, elaboraram construtos para explicar a subordinação da mulher calcada na tradição do pensamento moderno que, por sua vez, opera sua interpretação sobre as posições de gêneros na sociedade a partir de uma perspectiva binária e de caráter universal. (LOURO, 2001, p. 48-49).

Em outras palavras, o entendimento dos estudos de gênero, à época, era fundamentalmente abordar as relações existentes de subordinação e, conseqüentemente, controle dos corpos das mulheres, distanciando-se, assim, de questões outras também emergentes acerca da (des)construção de paradigmas hegemônicos presos à noção tradicional: cisheteronormativa. Logo, diante do que foi apresentado, a ruptura dos contextos de subordinação e controle foi se dando de forma gradativa e social, pois o distanciamento das formas tradicionais – o binarismo hegemônico – requer reformulação e ascensão nas discussões sobre as perspectivas de gênero e sexualidade.

Pelúcio (2009), mais à frente, explica que, **na década de 90**, os estudos sobre as relações de gênero se consolidaram através de uma reavaliação dos pressupostos teórico-metodológicos, os quais fundamentavam o campo de estudos sobre as “mulheres”. O arcabouço teórico, por vezes, era de (des)construir o ideário da mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas e culturais que se articulassem para a construção das identidades de gênero. Assim, partindo do social para a compreensão do sujeito, a categoria “gênero” pretende buscar nas classes sociais diversas, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e dessencializar a categoria “mulher”, que se multiplica, fragmenta-se em negras analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, ciganas, camponesas, imigrantes e etc. (PELÚCIO, 2009, p. 95).

Entendendo o processo de “desnaturalizar e dessencializar”, conforme propõe Pelúcio (2009), associado à categoria feminina, é importante notar que se fazia necessário, a partir desse processo de compreensão e entendimento, que as abordagens se estendessem para as diversas categorias de acordo com as possibilidades de gênero, entendendo-o e o problematizando (desnaturalizar e dessencializar) em relação aos variados corpos que se fragmentam na sociedade. Visto que as identidades de gênero não são fixas nem estáveis, as relações de entendimento sobre o ideário do binarismo também estavam sendo questionadas/reposicionadas e, principalmente, referenciadas em vários contextos.

Nesse sentido, resgato a problemática apontada por Butler (2003, p. 179) referente ao “gênero culturalmente construído, distinto de sexo, como naturalmente adquirido”. Para tanto, de acordo com a filósofa estadunidense, as teorias feministas inicialmente se basearam na proposta de “perspectivas desnaturalizadoras”, enquanto um conjunto de ações de desligamento, como mencionada anteriormente por Pelúcio (2009). Portanto, uma das principais temáticas defendidas por Butler (2003, 2010), quanto aos estudos de gênero, está centrada na premissa de que há uma compreensão importante entre sexo/gênero: como natural e construído.

Butler (2003, p. 26), em relação ao entendimento de que o sexo é natural e o gênero é construído cultural e performativamente, defende que “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Em outras palavras, a autora aponta para o fato de que a construção da identidade de gênero, a qual permeia a minha pesquisa ou como Oliveira (2018, p. 171)²⁶ vai dizer que é preciso “discutir existências que questionam a maneira recorrente em relação a cis

26 Megg Rayara Gomes de Oliveira, professora trans, mestra e doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Paraná, com interesse nas seguintes áreas: relações raciais, arte africana, arte afro-brasileira, gênero e diversidade sexual.

heteronormatividade hegemônica”, precisa ser sempre discutida em vários espaços, a fim de que exista um posicionamento contra as ideias hegemônicas, em um processo de “desconstrução dos gêneros”. (BUTLER, 2003, p. 181).

Nesse sentido, diante da noção de performatividade de gênero, apresentada acima, partindo da perspectiva crítica do sistema²⁷ da heterossexualidade compulsória de vergueiro²⁸ (2016), está ligada ao entendimento de que o gênero é performático, não o reduzindo, o gênero, à performance em si, como um mero ato teatral, mas como um número de possibilidades de TRANSitar entre performances diversas na sociedade sem que possa sofrer nenhum tipo de represália. Assim, de acordo com vergueiro (2016), em meio ao contexto social, não se pode deixar de lado a “relação interna das sujeitas”, referindo-se às pessoas TRANS, em assumirem seus gêneros – todos os processos de disforia, autoidentificação e enfrentamento diário de uma hegemonia opressora – diferentes dos impostos ao nascimento.

Butler (2003; 2010), então, problematiza a identificação, relativamente corrente nas Ciências Humanas e Sociais, de que sexo e gênero são construções da realidade – naturalidade e biológica – na construção social. Além disso, a autora defende que, no interior das práticas de significação frente a problematização de sexo e gênero, a subversão da identidade é possível, com novas possibilidades de gênero que contestem os códigos rígidos do binarismo hierárquico (BUTLER, 2003; 2010).

Logo, tanto gênero quanto sexo, inscritos materialmente no corpo em um conjunto de práticas, discursivamente produzidos, têm relação direta com as assimetrias de poder (os corpos que lideram a demanda social), de modo que, no espaço social, não existam possibilidades de escolha de gênero completamente livres, havendo lugar para intervenção nas estruturas de poder e na reificação do gênero como binário, a partir da subversão das expectativas de gênero. (BUTLER, 2003, p. 183).

Ainda em relação ao processo de “desconstrução” proposto pela autora, é importante notar que, associado ao entendimento de desconstruir ideias prontas e acabadas socialmente, ela pressupõe que o sujeito esteja aberto à luz da identidade, não sendo entendida – a identidade – como fixa, mas sim no campo da pluralidade. (BUTLER, 2003, p. 182). Para tanto, a autora desenvolve uma crítica, que diz:

A **desconstrução da identidade** não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos

²⁷ O vocábulo sistema grafado com “C” faz uma crítica ao sistema cisheteronormativo. Vergueiro (2015) constrói sua dissertação de mestrado, em Cultura e Sociedade, abordando questões sobre a população TRANS e travestis.
²⁸ Respeitamos a grafia em letras minúsculas que a autora adota.

quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar. (p. 213, grifo nosso).

Em se tratando da “desconstrução da identidade” diferentemente da “desconstrução da política”, entendidas em situações opostas: a primeira, por um lado, está no campo da pluralidade; a segunda, por outro, está no campo da singularidade, explicadas por Butler (2003, p. 213), recorro, em seguida, ao posicionamento de Louro (1995, p. 104), apontando o estudo em voga voltado para a área da Educação, que diz que o gênero é “uma categoria útil de análise histórica”, ou seja, é uma ferramenta teórica que parece ser potencialmente fértil aos estudos das Ciências Sociais em geral. Quer dizer que, nas palavras de Louro (2004), o gênero consiste numa categoria imersa nas instituições e nas contextualizações sociais, introduzindo a ideia de “formação, socialização ou educação dos sujeitos”. (LOURO, 1995, p. 103).

Santos Filho (2016), por outro lado, seguindo a reflexão quanto à pluralização que acarreta os estudos de gênero, partindo da discussão sobre “ideologia de gênero” com mais “discernimento” (SANTOS FILHO, 2016, p. 52), em que o autor constrói uma crítica bastante ferrenha, diz que a importância dos estudos de gênero está para a questão das identidades em processo de construção e ressignificação, assim como as possibilidades de novas representações em espaços sociais e culturais de interação. O autor defende que a “ideologia de gênero” é uma interpretação equivocada sobre os estudos de gênero e de sexualidade, e a gritaria do povo é uma repetição do equívoco. (SANTOS FILHO, 2016, p. 54).

Butler (2003) assegura que a desconstrução da identidade está imbricada aos processos políticos e sociais nos quais os sujeitos são submetidos, ou seja, a subjetividade de cada sujeito corrobora para a (des)construção ou para a TRANSformação das suas questões identitárias. Em outras palavras, as questões políticas e sociais envoltas às questões pessoais representam novos espaços e construções de sentidos – como um processo constante de modificação e diferenciação –, levando em consideração de que o sujeito está mudança e metamorfose constantes²⁹.

Louro (2008) ainda, dentro da categoria de gênero como social, aponta para outra questão pertinente ao binarismo e o lugar social dos sujeitos, dizendo que

29 Nesse ponto de vista, entendo que as mudanças e TRANSformações de ordem identitária e de gênero passam por diversos fatores os quais condicionam a pessoa TRANS a uma construção constante, adaptando-se às várias situações, como uma construção da “identidade camaleônica” de Eckert-Hoff (2008).

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de **esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual)**. O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente *a* fronteira. (LOURO, 2008, p. 21, grifo da autora).

A autora afirma que, no universo dos estudos dos gêneros e da sexualidade na pluralidade do social, a noção do binarismo (masculino *vs.* feminino; homem *vs.* mulher; heterossexual *vs.* homossexual; pênis *vs.* vagina e por ai vai...) está cada vez mais sendo ultrapassada, haja vista as inúmeras possibilidades de representação de gênero e condições inteligíveis de sexualidade existentes entre os sujeitos. Em vista disso, as fronteiras são constantemente ultrapassadas e atravessadas para novos e variados lugares sociais, assim como questionamentos em novos paradigmas. (LOURO, 2008, p. 22).

As consequências da não noção dos binarismos apresentados acima são muitas, visto que há inúmeras possibilidades de representação, assim como as constituições identitárias a serem (re)conhecidas à luz das sexualidades e dos gêneros. Apesar de a noção binária ainda ser muito marcante em termos de representação social e política, as variadas possibilidades e os diversos estudos vão de encontro a essa estrutura arcaica e tradicional, pois os binarismos atendem unicamente a uma visão excludente.

Diante da apresentação inicial sobre os estudos de gênero, supramencionados, finalizo esta parte da seção dizendo que, para além das condições diversas de gênero e sexualidade, é necessário sempre ultrapassar e atravessar as fronteiras da ignorância para chegar ao conhecimento. Ultrapassar e atravessar, por conseguinte, são ações que os estudos de gênero na contemporaneidade vêm realizando, numa tentativa constante de ultrapassar barreiras para atravessar as fronteiras do preconceito.

Retomando a citação de Bento (2011), no início desta seção, em meio às informações supracitadas, é importante situar-me como um pesquisador *cis* que, embora eu traga na bagagem várias leituras e pesquisas realizadas sobre gênero, sexualidade e identidade, são as identidades da população TRANS que me são atravessadas e que, principalmente, constituem-me como um pesquisador com vários posicionamentos ético-políticos. Desse modo, a autora, a qual será detalhada mais à frente a respeito das suas produções científicas no tocante à população em questão, defende seu ponto de vista que nós “pesquisadores/as nos TRANSformamos em TRANSsexuais e travestis políticos/as”. (BENTO, 2011, p. 85-86).

Diante das pesquisas realizadas sobre gênero e identidade, Miskolci (2017, p. 27) detalha através (**Quadro III**) a construção de sentidos a partir de diferentes enfoques das perspectivas voltadas para os Estudos *Queer*, procurando explicar, por conseguinte, as epistemologias assumidas pelas frentes ideológicas e sociais, bem como as perspectivas no contexto da Homossexualidade³⁰.

QUADRO III: ESTUDOS *QUEER*

| | Homossexual | <i>Queer</i> |
|--------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| Regime de verdade | Binário hétero-homo | Normal-anormal |
| Luta política | Defesa da homossexualidade | Crítica aos regimes de normalização |
| Perspectiva | Diversidade | Diferença |
| Concepção de poder | Repressora | Disciplinar / controle |

Fonte: Richard Miskolci (2017, p. 27).

Se, por um lado, esta pesquisa se encarrega de expor os discursos da TRANSmasculinidade de um professor e que, conforme Bento (2011), assumo a posição de uma travesti, TRANSformado-me e, sobretudo, TRANSgredido-me como um apoiador da causa TRANS; por outro lado, penso que as questões voltadas a esta população podem ser (des)construídas a partir de um ponto de vista do/a próprio/a pesquisador/a, ou seja, o enfrentamento ético-político em meio às demandas sociais hegemônicas é importante para o “caráter social e relevante da pesquisa”, quando esta se trata de uma abordagem de gênero, como salienta Miskolci (2017).

De acordo com as discussões postas nesta subseção, referente aos estudos de gêneros à luz de vários olhares – TRANS/PLURIdisciplinar –, encaminho agora para a construção de sentido acerca da compreensão da TRANSgeneridade, promovendo uma discussão quanto às questões das constituições identitárias da população TRANS.

30 A exposição do quadro, conforme as orientações de Miskolci (2017), servirá para título de ilustração sobre a discussão que vem sendo desenvolvida, pois a perspectiva *queer* não será usada para a construção teórico-metodológica desta pesquisa. Assim, são usadas as perspectivas identitárias que subjazem as questões dos discursos da TRANSmasculinidade de um professor.

3.3 TRANSGeneridade: uma questão de identidade?

De acordo com Jesus (2012, p. 7), a “TRANSexualidade é uma questão de identidade”. Assim, diferentemente do que propagam em algumas obras³¹, a verdade é que, ainda em relação ao posicionamento da autora, ninguém hoje sabe por que alguém é TRANSexual, apesar das várias teorias, seja pela causa biológica, seja pela causa social, simplesmente a determinação do/a TRANSexual é questão de identificação. Logo, desconstruindo a noção “patologizante” do Código Internacional de Doença, da Organização Mundial da Saúde (CID-10), de 1980, e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (DMS-APA), não é uma doença mental, nem tampouco perversão sexual, nem doença debilitante ou contagiosa.

É interessante ressaltar, a partir de um olhar social e crítico, que a questão da patologização (construção do entendimento da TRANSGeneridade como doença) é bastante debatida e discutida por Bento e Pelúcio (2012, p. 572), quando as autoras apresentam a tipificação dos transtornos encontrados no (CID-10) relacionados ao “TRANSexualismo”, tais como: **(1)** transtornos da identidade sexual; **(2)** travestismo bivalente; **(3)** transtorno de identidade sexual na infância e **(4)** transtorno não especificado na identidade sexual. (BENTO E PELÚCIO, 2012, p. 572-573). Além disso, associada – a tipificação – aos TRANStornos, como um conjunto de novas nomenclaturas completamente negativas, há também a categoria diagnóstica que foi sendo modificada, a saber: Disforia de gênero – TRANStornos de identidade de gênero e Perturbações mentais. (BENTO E PELÚCIO, 2012, p. 573).

Percebo que, ao se tratar da questão da TRANSGeneridade, os TRANStornos e as categorias diagnósticas supracitadas, de acordo com as autoras, estão completamente inseridos num contexto de exclusão e de patologização, porque associar a pessoa TRANS ao desconhecido ou ao patológico tende a ser mais prático de “enquadrar” ou mesmo “rotular” naquilo que se desconhece. Em outras palavras, o discurso associado ao desconhecido ou ao patológico é muito mais proferido/fácil, nas relações sociais, do que entender as questões pessoais que passam uma pessoa TRANS.

Bento e Pelúcio (2012) e Jesus (2010a, 2010b, 2012), por sua vez, corroboram com a questão do enquadramento no sentido de que o processo TRANSexualizador está associado principalmente à ignorância de pessoas que tanto desconhecem as demandas da população

31 Ver “Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência” (2018), dos psicanalistas Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, pela Editora Zahar. Os autores defendem a ideia de que as pessoas trans reforçam os estereótipos de gênero, culpabilizando-as.

TRANS e das travestis, quanto assumem um posicionamento de perversidade ao proferirem discursos ou construírem atitudes discriminatórias. Esses discursos, por vezes, são carregados de sentidos fossilizados, marginalizados, pejorativos, de modo que não representam e nem tampouco condizem com as identidades em TRANSformação dessas pessoas.

No tocante ao que defendem as autoras Bento e Pelúcio (2012), em relação à despatologização de gênero, nas identidades abjetas, há a discussão marcante, entre outras questões sobre a despatologização de gênero, acerca dos argumentos do diagnóstico de gênero, perfazendo, por conseguinte, num conjunto de iniciativas que visam à desconstrução de comportamentos arbitrários e, acima de tudo, excludentes. Além disso, as professoras – Bento e Pelúcio – trazem à tona a questão do suicídio³², que será à frente debatido, como um fator preocupante à população, pois à medida que há um diagnóstico patologizante, consequentemente “o/a portador” dessa pseudo-doença tende a cometer a própria vida. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 576).

O texto mencionado acima traz também as mudanças políticas e sociais em relação às TRANSgeneridades e travestilidades, passando pela concepção de gênero como categoria diagnóstica, a partir da ideia do “verdadeiro transexual”, cunhado pelo endocrinologista Harry Benjamin, na década de 1950. Além da discussão sobre a resistência da população TRANS enfrentada contra a patologização, como as autoras falam “o gênero politizado” (BENTO E PELÚCIO, 2012, p. 573), o texto traz 4 (quatro) concepções distintas referentes ao processo da patologização: discurso médico, discurso TRANS, noticiário e argumento de autoridade.

Ainda na concepção patologizante e diagnóstica à luz das identidades TRANS, Benjamin (1966) afirma que a diferença fundamental entre travestis e TRANSsexuais está centrada que no segundo caso existe um

desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica. Enquanto o travestismo representa o papel da mulher, o transexual deseja ser e funcionar como mulher, aspirando a adquirir tantas características quantas forem possíveis da mulher, seja de ordem física, seja de ordem mental, e seja, ainda, de ordem sexual. Tanto o travestismo quanto o transexualismo são sintomas da mesma condição de base; trata-se, nos casos, de distúrbio de orientação normal do sexo e do gênero. (BENJAMIN, 1966, p. 214).

32 De acordo com os dados da Antra, a taxa de suicídio entre pessoas TRANS e travestis é muito alta. Em média, a prática é marcante no gênero feminino, na faixa etária de 15 a 29 anos, após a recorrência das violências verbal, institucional e física. O suicídio vem da discriminação ocasionada pela falta de reconhecimento e acesso à saúde, à educação e da própria família.

Corroborando com as ideias de Bento e Pelúcio (2012) e Jesus (2012) a respeito da concepção de doença atrelada à população TRANS, Benjamin (1966), como um representante da área médica ainda iniciante nas pesquisas e nos estudos acerca dessa população, olhando o “travestismo” e o “tran sexualismo” como doença e, mais ainda, associando as identidades de gênero apenas ao feminino, excluindo, então, o masculino, trouxe a ideia de distúrbio de orientação normal do sexo e do gênero, configurando, portanto, na prerrogativa de que são pessoas que precisam de ajuda.

O contexto da exclusão e da patologia também é vivenciado a partir de uma realidade, a qual é considerada como macroesfera. Jesus (2010b, p. 85) é bastante firme ao posicionar-se em relação à problemática, defendendo que “todo argumento ou processo de exclusão pode ser entendido em várias esferas sociais”. Assim, a autora entende que a questão também está associada a outros níveis de (in)compreensão da sociedade de modo geral, haja vista a falta de conhecimento por parte das pessoas ao se referirem às pessoas TRANS como doentes mentais ou outras denominações pejorativas e/ou ofensivas. (JESUS, 2010b, p. 86).

Ainda dentro da noção de despatologização (BENTO E PELÚCIO, 2012), necessariamente num movimento de ir e vir quanto às temáticas oriundas da população TRANS, remete-me à ideia de um corpo que carrega consigo o estigma da doença, mesmo sem de fato possuir qualquer patologia, pelo menos relacionada à identidade de gênero. À população TRANS, há o entendimento por parte da sociedade que a noção de doença é muito presente, assim como relacionada a questões psicomentais, distanciando as relações de ser homem ou ser mulher.

À luz da ideia de ser homem ou ser mulher, Laqueur (2001), para além das expectativas e conformações sociais, diz que

Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não antológica. (LAQUEUR, 2001, p. 19).

Ser homem ou ser mulher, visando a uma compreensão social dos corpos a partir da crença filosófica, era associado como uma posição natural e cultural, prevalecendo um entendimento do binário de ser apenas homem ou mulher. Embora tal entendimento tenha sido difundido e bastante propagado no século XVII, ainda é tão presente hoje, século XXI, promovendo uma noção completamente arcaica e, acima de tudo, tão excludente acerca das diversas possibilidades de gênero.

Ainda em relação à compreensão social de ser homem ou ser mulher, segundo Laqueur (2001), os estudos de anatomia geral naquele século estavam voltados para a análise da anatomia comparada, ou seja, a partir de uma concepção apenas de um sexo em que “a mulher teria os genitais voltados para dentro do corpo; o homem os teria para fora”. Dessa forma, o que evidenciaria quem eram os homens e as mulheres, além da inversão dos órgãos genitais, no caso das mulheres, eram também as roupas, as atitudes, as expectativas e as conformações sociais. (LAQUEUR, 2001, p. 20-21).

Diante do exposto, em se tratando do entendimento a respeito de ser homem e ser mulher, o conceito de dois sexos distintos e opostos está condicionado a uma característica distinta, e a vinculação do comportamento ao sexo, do gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX. (WEEKS, 1999; LEITE JÚNIOR, 2012; BENTO, 2008).

A concepção supramencionada, no caso das identidades TRANS, por exemplo, é completamente ultrapassada. Paralelamente, é interessante pensar que, ao passo que há uma reflexão sobre a “existência e resistência desses corpos”, segundo Mariano³³ (2019, p. 103), há diversas possibilidades de TRANSição entre gêneros. O autor, em um dos seus textos, discorre sobre o seu processo de TRANSição e reconhecimento das suas constituições identitárias, desvelando as amarras das quais lhe prendiam quanto ao entendimento da identificação de gênero.

Apesar de haver a TRANSformação aparente de corpos TRANS, seja os masculinos ou os femininos tidos como “corpos em construção” (BUTLER, 2016, p. 25), com intervenções cirúrgicas e/ou químicas, na busca por padrões e códigos normativos do que se acredita ser um corpo, já pré-determinado, do que é “passável”³⁴ e permitido à moral da sociedade; antes sobretudo de qualquer possibilidade de questionamento de binaridade, ambiguidade ou, ainda, a ausência de gêneros pela autodeterminação dos sujeitos, a ideia de corpo já existia e este corpo já se manifestava, antes mesmo de suas vontades e ambições de gênero. (BUTLER, 2016, p. 29-30).

33 Ativista em questões ambientais, humanitárias, raciais e de gênero; formado em Gestão Ambiental pela Universidade Leonardo Da Vinci – Florianópolis/SC (2010); graduando em Direito e pós-graduando em Direito Ambiental e Urbanístico na Faculdade Cesusc, mantida pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Florianópolis/SC); formado em Transformação de Conflitos & Estudos de Paz pelo Instituto Paz & Mente – Florianópolis/SC/Cátedra UNESCO (Innsbruck/Áustria); membro da direção e da coordenação para assuntos étnico-raciais e pessoas TRANS no Instituto Acontece Arte e Política LGBTI+; educador social e palestrante em diversidade, gênero e conflitos raciais e socioambientais.

34 A ideia do “passável”, nos estudos de gênero, de acordo com o texto – Com esse eu caso: homens trans, beleza e reconhecimento, de Tiago Duque (2016) –, está associada à questão do que é “permitido” ou “aceitável” na sociedade binária.

Desse modo, em se tratando da autodeterminação dos sujeitos, frente às ambições de gênero, partindo da ambiguidade e do questionamento de binaridade, Mariano (2019) propõe algumas problematizações a serem (des)construídas e (re)pensadas, a saber: se há tal patologia, ela já nasce com este corpo? Ela é adquirida ou desenvolvida? E quem deve determinar esse gênero ou a ausência dele, senão este corpo manifestado em identidade? (MARIANO, 2019, p. 30).

Na contextualização de uma suposta construção de gênero, exponho aqui a frase memorável de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), em sua obra “O segundo sexo”, na qual afirmou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Nesse sentido, a construção social do que é ser mulher e, por consequência, do que é ser homem, desvaloriza aspectos de amplitude corporal, considerando de forma limitada a experiência do sujeito com a sociedade ou com seus pares; no entanto para além, anulam e desprezam o ser em sua totalidade, negligenciando a experiência de relação consigo mesmo e sua satisfação nessa perspectiva íntima e pessoal do ser que habita os corpos. (BEAUVOIR, 1980; BUTLER, 2003, 2010; LAQUEUR, 2001; MARIANO, 2019).

Diante do exposto, a pessoa TRANSexual vive permanentemente dividida e tensionada entre a TRANSgressão dessas normas e a busca pela conformidade com elas, só que, em geral, dentro de uma categoria de gênero que é oposta àquela em que a pessoa foi enquadrada ao nascer, como referenciado por vergueiro (2016). No entanto, o “estado de conflito” em que a pessoa TRANS é habitualmente descrita nunca foi dela ou com ela mesma, ou da sua subjetividade com a sua corporalidade, mas a consequência imediata da sua TRANSgressão das normas sociais de gênero, através de “pensamentos, palavras, atos e omissões” (LANZ, 2014, p. 23-24).

A TRANSgressão, associada à pessoa TRANS ou travestis, está relacionada também à vulnerabilidade. Sobre isso, Ávila (2019, 112) diz que:

Quando falamos das vulnerabilidades da saúde física e mental das travestis e pessoas trans, estamos de certa forma falando de dignidade e qualidade de vida. E isso tudo tem muito a ver com a capacidade de gerenciar a própria vida, ou seja, com trabalho.

A vulnerabilidade, de acordo com a autora, encontra-se condicionada à dignidade e à qualidade de vida das pessoas TRANS e das travestis, isto é, dadas as condições básicas que lhes faltam, tais como acesso à saúde, à educação, ao trabalho formal, a sua vida encontra-se muito mais susceptível às condições sub-humanas na sociedade. (ÁVILA, 2019, p. 112-113). Dessa forma, as identidades TRANS, que vivem um processo constante de TRANSgressão,

vivem a materialidade de algo que é diverso e plural na sociedade: “os indivíduos, dotados de corpos, vontades, anseios, frustrações, desconfortos e suas performances”. (ÁVILA, 2019; MARIANO, 2019; VERGUEIRO, 2016).

Santos Filho (2016), a respeito de uma situação que envolve uma mulher TRANS, desenvolve argumentos sobre a construção da identidade de gênero dessa mulher mediante a uma reportagem (março de 2015) a Lei Maria da Penha é aplicada à mulher TRANS. O autor reforça que a identidade de gênero está, cada vez mais, se distanciando dos saberes que bloqueiam a lógica da heteronormatividade. Em outras palavras, a identidade de gênero que compreende um conjunto de identidades e associações ganha espaço na sociedade ao passo que as normas hegemônicas estão sendo desconstruídas e questionadas.

Tanto Santos Filho (2016), quanto Jesus (2012) defendem que a construção da identidade de gênero pode ser entendida como uma configuração de representação de identidades, cujo sentido está imbricado no reconhecimento associado à pessoa TRANS. Desse modo, o autor e a autora corroboram com a ideia de que as identidades de gênero são construídas, quer seja no processo individual (reconhecimento e identificação), quer seja no processo associativo a construções sociais, detalhando as construções e possibilidades de gênero e de sexualidade.

Para melhor contextualizar a questão de uma das identidades TRANS, assim como o posicionamento de um sujeito que vivenciou a construção/TRANSição de gênero frente as suas próprias demandas em relação às experiências da relação corpo-performance, exponho, de modo a sintetizar a temática, um trecho do texto “Corpo TRANS: condições de saúde, bem-estar e possibilidades de existência” do autor ativista negro, Mariano (2019), homem TRANS em que consiste resumidamente na trajetória quanto ao seu corpo e processo de hormonização.

Mariano (2019) inicia o relato da seguinte forma:

Trago aqui, através de minha experiência como homem trans, o anseio que se origina no desconforto desta relação corpo-performance no processo de identidade (exigida). O uso dos hormônios, as identidades, e as possíveis intervenções cirúrgicas que buscamos, é pela satisfação íntima de se reconhecer e de comunicar quem se é, e não no “dever ser”. Não se trata de um ideal de gênero, muito embora esta fusão de valores ocorra quando a sociedade pressiona e tensiona minha experiência íntima, por meio da bússola controladora dos códigos normativos. Existe ainda uma crítica que a opinião pública faz a respeito da hormonioterapia e das cirurgias reparadoras na transição de gêneros, que é a de que reforçamos, com estas ações, o capitalismo e seu sistema de consumo, por alimentar a indústria química e a máfia das cirurgias plásticas. (MARIANO, 2019, p. 103).

Há um entendimento por parte do autor de que a relação corpo-performance é exigida pela sociedade, enaltecendo a questão do binarismo, bem como as intervenções cirúrgicas atreladas ao processo de hormonioterapia. Como bem frisa o autor: “não se trata de um ideal de gênero” (p. 104), mas principalmente de um encontro ou identificação que possam ajudar na construção da sua identidade. Indo a favor a respeito da construção da identidade, Hall (2006, p. 13) diz que o sujeito pós-moderno torna a sua identidade como uma “celebração móvel”, ou seja, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais. (HALL, 2006, p. 48).

Assim, entendo que tanto Hall (2006) quanto Mariano (2019), em perspectivas diferentes em relação à identidade, embora haja um diálogo entre os pensamentos distintos, trazem uma construção de sentido mais voltada para a TRANSformação e TRANSgressão, de modo que associa o sujeito pós-moderno como aquele que está em constante processo de mudança, que é o caso do trecho do autor TRANS, TRANSitando em constantes espaços de mudança e TRANSformação entre a relação corpo-performance com as “identidades inacabadas” (SILVA, 2007).

Assim como há corpos que nascem sem algumas funções e precisam de uma readequação funcional, algumas pessoas TRANSexuais sentem o desconforto e a necessidade de suprir o que julgam lhes faltar, ou adequar alguns órgãos para melhorar suas funções já existentes, quando não, retirar órgãos que julgam estar em desalinho com a identidade sentida. (BENTO, 2008; MARIANO, 2019; JESUS, 2010b, 2012; VERGEIRO, 2016). Ainda assim, isso está distante de se tratar de uma patologia, muito embora seja vasta a discussão sobre os limites para as cirurgias e já se encontrou o nível do bom senso, que é a readequação genital, a colocação de próteses e a **mamoplastia masculinizadora**³⁵. (JESUS, 2010a; 2012).

Através das intervenções corporais, de acordo com os/as autores/as supramencionados/as, a integralidade adequada ao meio de vida compreende uma relação para além das identidades, e não para uma questão performática apenas, tendo como ponto de partida a saúde e o bem-estar. “Atualmente, nas identidades TRANS há uma parcela significativa de pessoas que se autodeterminam como não binárias e/ou bissexuais e assexuais”³⁶, conforme

35 A mamoplastia masculinizadora e a mastectomia são procedimentos distintos, segundo Mariano (2019), pois esta diz respeito à retirada das mamas aos/as pacientes acometidos/as ao tratamento do câncer; aquela compreende a noção estética, sendo realizada geralmente pelos homens TRANS a fim de reforçar a sua identidade de gênero ou a fim de construir a sua constituição identitária.

36 Em relação às identidades de gênero e à orientação sexual, segundo a ANTRA, tomamos como base a seguinte representação: Lésbicas – Gays – Bissexuais – Transgêneros/as – Transexuais – 2spirits – Queer – Questionando – Intersexual – Assexual – Aliado/a – Pansexual - ...

Mariano (2019). Isso indica mais uma vez que o desejo por “moldar” corpos nem sempre reforçam os padrões da heteronormatividade, como também é difundido na academia. Para afastar a ideia de que os corpos possuem necessariamente doenças de alguma ordem.

É preciso ter ciência de que existem corpos masculinos com vagina, ânus, útero, mamas, ovários, que engravidam e abortam, ou ainda, desejam retirar as mamas e reconstruir seus genitais, assim como corpos femininos que desejam ter mamas, cuidar da próstata, construir vaginas, retirar ou não seus pênis, que possuem demandas de controle de natalidade, prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e HIV/AIDS, questões de fonoaudiologia, nutrição, ginecologia, urologia, e outras especialidades e necessidades³⁷.

No entanto, as condições de acesso à saúde têm impacto direto na existência de uma pessoa TRANS, como bem pontuam Bento (2012) e Jesus (2012), de sorte que a dificuldade de conseguirem trabalho e emprego são fatores imprescindíveis para um processo de vida marginal; porém, quando se tem acompanhamento médico associado à terapia psicológica, surgem força de vontade e ânimo para sair de casa e participar, conseqüentemente, de processos seletivos altamente competitivos: “havendo aceitação do corpo”. (MARIANO, 2019, p. 102).

Retomo a questão da TRANSgressão como uma ação de resistência constante aos corpos TRANS e aos corpos de travestis, porque a vida marginal só poderia ser deixada de lado se, de fato, houver condições das identidades TRANS poderem participar da sociedade como pessoas ativas e construtoras das suas constituições identitárias. De acordo com Mariano (2019), o corpo TRANS ainda não é reconhecido como um corpo de direitos e oportunidades.

Menciono, consoante Jesus (2016) e Colling (2016), que o modelo e as regras que foram colocados pelo Ministério da Saúde, através da Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, apresentada aos médicos e técnicos da rede pública de saúde, oferecem na verdade uma definição de como deve ser “diagnosticada” a TRANSfobia de Gênero, fundamentando-se em características do que é ser mulher e homem TRANS. Como se a identidade TRANS fosse reduzida a padrões lineares e pré-definidos a respeito de seus cabelos, barba ou a falta dela, vontade ou não de fazer cirurgias para colocar os seios, ou a mamoplastia masculinizadora para retirar os seios, a intervenção com os hormônios, para além, o desejo por usar roupas masculinas ou femininas. (JESUS, 2016; COLLING, 2016).

37 É importante ressaltar que no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, no *campus* A. C. Simões, houve no dia 16/01/2020 a inauguração do Espaço Trans. Ambulatório, com uma equipe multiprofissional e interprofissional, voltada para assistência digna e especializada às pessoas trans. <https://ufal.br/ufal/noticias/2020/1/hu-da-ufal-inaugura-espaco-trans-com-servicos-ambulatoriais>, acessado em 16/01/2020.

Entretanto, partindo da concepção de padrões lineares e pré-definidos, apontados por Jesus (2016) e Colling (2016), entendendo esses padrões como modelos “corretos” e “verdadeiros”, as pessoas TRANS estão inseridas em contextos completamente diferentes e distintos, de modo que o processo de TRANSição em nada se aplica a padrões lineares ou pré-definidos. A autora e o autor advogam, portanto, que se trata de um contexto amplo e plural, por exemplo, por um lado, algumas pessoas TRANS sequer desejam o processo cirúrgico a fim de romper com a busca de satisfazer o sistema cisnormativo e machista da nossa sociedade; por outro lado, há outras pessoas que se submetem ao processo cirúrgico, não para demandar a ordem do sistema ou do machismo, mas para satisfazer a sua identidade.

Para exemplificar o que Jesus (2016) e Colling (2016) defendem, no parágrafo anterior, trago mais uma contribuição/questionamento de Mariano (2019), quanto ao seu posicionamento referente ao processo de TRANSição, realizando um olhar específico na/para sociedade, dizendo que

Nós questionamos muito mais a sociedade depois que nos descobrimos, pois, além de levarmos estas reflexões à sociedade que nos cerca, passamos a entender que nossos corpos já são políticos desde sempre, por nossa luta e resistência. Com isso, também não é rara a mudança de orientação sexual após a transição, fazendo romper as expectativas heteronormativas que circundam a experiência de homens e mulheres. Por romper com certas barreiras de normatividades, foi que cheguei até aqui e sobrevivi. E “só” por isso valeu a pena escapar das minhas tentativas de suicídio, pois não era, de fato, um desejo de morte, mas de provocar mudanças na realidade dentro e fora de mim, conectando-me com outras pessoas com este mesmo sentir. (MARIANO, 2019, p. 107).

Assim, ainda dentro do entendimento de patologização, conforme apontam Bento e Pelúcio (2012), sofrimentos psíquico, físico e emocional que as pessoas TRANS relatam vivenciar desde criança, através das mais variadas violências, ficam gravados no corpo de diversas formas, de modo que implica marcas e cicatrizes muitas vezes manifestadas em forma de doenças, traumas ou desequilíbrios de toda sorte; mas, ainda assim, isso não significa que a própria TRANSexualidade ou outra espécie de identidade TRANS seja em si uma patologia, nem tão pouco é ela em si a única causa de todo desconforto vivido. (MARIANO, 2019).

Mediante as identidades TRANS, no espaço-tempo das demandas dessa população, entendo que “todas as pessoas TRANS são diferentes”. (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2019; MARIANO, 2019; JESUS, 2012). Por mais óbvia que seja essa frase, o seu sentido à população TRANS é marcado por inúmeras questões ou ordens, quer seja através da ignorância das pessoas em não entenderem/compreenderem as demandas sociais e políticas dessa população, quer seja pela relação associativa aos homossexuais. O uso do nome social ou a sua retificação,

por exemplo, não faz parte do desejo de todas as identidades TRANS. Mas, mesmo assim, a consolidação de leis que garantam o direito de todas as pessoas que desejarem ter acesso a esse direito, através de políticas públicas específicas para suas demandas e necessidades, já é garantida.

As pessoas TRANSexuais, em consonância com a definição de Bento (2008), são aqueles/as que buscam reconhecimento social e legal para o gênero com o qual se identificam. Vale também salientar que as identidades TRANS buscam não somente um reconhecimento acerca do seu corpo ou expressão de sentido no mundo, mas principalmente lutam pelo exercício à vida.

Nesse sentido, à luz da definição de Bento (2008), são conceituadas como TRANSGênero e TRANSexual, respectivamente, conforme definição de Jesus (2012), como

Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012, p. 14)

Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Deve-se evitar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre é aconselhável referir-se à pessoa como **mulher** transexual ou como **homem** transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica. (JESUS, 2012, p. 15, grifos da autora).

Os termos conceituados pela autora ajudam a melhorar ou clarear as ideias ainda arcaicas ou iniciais do senso comum, pois ao contrário do que se pensa o senso comum e o pensamento científico ortodoxo, estritamente biológico e reducionista, o fato de a criança nascer com um pênis ou com uma vagina não é configuração ou condição de ser homem ou mulher. (JESUS, 2012, p. 23). Além disso, para que não haja confusão, fica mais prático entender que TRANSGênero é usado para o grupo, ao passo que TRANSexual usado para uma pessoa.

Entendida a perspectiva das identidades TRANS, assim como as demandas sociais e políticas de sobrevivência dessa população, passo agora à subseção sobre a ANTRA para reforçar o caráter social e humano desta pesquisa. Trata-se, então, de uma subseção de cunho descritivo com o objetivo de expor a importância da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para a população que ainda a desconhece.

3.4 Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

IMAGEM II: SITE DA ANTRA



Fonte: Site da Antra.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)³⁸, juridicamente com esse título, está registrada em cartório desde o ano de 2000, porém no seu início, lá em 1997, através de reuniões e coletivos organizados por lideranças de Travestis do Rio de Janeiro, tinha o título de Rede Nacional de Travestis (RENATA), abordando as seguintes reivindicações: respeito ao nome social, regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência e educação.

Desse modo, com a finalidade de propagar as ideias iniciais por todo o país, a ANTRA atua nas 5 (cinco) regiões do Brasil, dividida em polos regionais para promover capacitações e debates acerca das condições de vida a sua população, a saber: **(1)** na região **NORTE**, o projeto é desenvolvido pela Associação de Travestis de Manaus-AM (ATRAAM), com assistência da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Diversidade de Boa Vista-RR; **(2)** na região **CENTRO-OESTE**, o projeto é desenvolvido pela Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS), com assistência da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Corumbá-MS; **(3)** na região **NORDESTE**, o projeto é desenvolvido pela Associação de Travestis (ASTRA) de Aracaju-SE, com assistência da Associação de Travestis de Salvador-BA; **(4)** na região

³⁸ Sob a presidência da Travesti Keila Simpson, que mora em Salvador e é ativista no movimento LGBTQIA+, mais especificamente procurando dar importância às demandas das Travestis e Transexuais, a qual tem organizado vários eventos importantes sobre a valorização das identidades TRANS e um deles foram: “Curso de Formação e Ativismo LGBTQIA+: história do movimento TRANS”, “A resistência TRANS em tempos de Pandemia”, “A etimologia de ser travesti”, “Por que a sociedade não ama pessoas TRANS?”, “Direitos e conquistas da população TRANS no Brasil”, “Contestando as narrativas falaciosas como política de estado” e etc.

SUDESTE, o projeto é desenvolvido pela Associação de Travestis do Espírito Santo (ATES) em Vitória-ES, com assistência do Grupo Identidade de Campinas-SP; e, por fim, **(5)** na região **SUL**, o projeto é desenvolvido pelo Grupo Esperança, de Curitiba-PR, com assistência da Associação em Defesa dos Direitos Humanos de Homossexuais (ADEH), em Florianópolis-SC.

Passadas as informações gerais, parto agora para um momento triste deste trabalho, mostrar a crueldade vil do ser humano em relação aos assassinatos notificados à população de Travestis e TRANSexuais, segundo dados³⁹ da ANTRA, através dos tipos de assassinatos: tiros, facadas, espancamento e associação cruzada (asfixia e/ou estrangulamento), seguidos de violência sexual e com tamanho requinte de crueldade. A população de travestis e TRANSexuais que é ceifada da sociedade tem em média entre 17 e 29 anos ANTRA (2019).

No primeiro semestre deste ano de 2020, de 1º de Janeiro a 25 de Junho, houve, tristemente, a soma de 89 assassinatos a pessoas TRANS: Travestis e Mulheres TRANS, contabilizando um aumento de 39%, sendo comparado com o mesmo período do ano passado. Em 2019, 2018 e 2017, o número de assassinatos no Brasil, respectivamente, foi de 124, 163 e 179. Dados alarmantes e sugestivos para um país de tamanha contradição, onde a busca por vídeos eróticos e pornográficos em que a população TRANS é a protagonista é completamente alta, sendo comparada com outros países, tais como: México e Estados Unidos, onde a violência a essa população também é alarmante, no entanto, no ranking o Brasil é o 1º país que mais mata as suas filhas travestis e TRANSexuais.

De acordo com os dados do Sistema de Monitoramento da Violência contra pessoas LGBTI na América Latina e Caribe (SinViolência LGBTI), o último levantamento (Janeiro de 2014 a Novembro de 2019) é impressionante, para não dizer revoltante, quanto aos casos que acometeram vidas de pessoas TRANS em países da América Latina, a saber: **Brasil** (844 casos), **México** (244), **Colômbia** (188), **Honduras** (46), **El Salvador** (32), **Peru** (23), **República Dominicana** (13), **Guatemala** (10), **Paraguai** (7), **Bolívia** (6).

Para tanto, a Antra/Dossiê (2019), em relação às questões básicas de sobrevivência às pessoas TRANS, alerta que

O estigma e a discriminação contra pessoas trans são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de

39 A fim de informar e pontuar, os dados obtidos foram encontrados nos “Dossiês: assassinatos e violência contra transvestis e transexuais no Brasil em 2017, 2018 e 2019”. Os dados referentes ao 1º semestre deste ano estão divididos em três boletins, demarcando três bimestres contados a partir de Janeiro. Ver o site: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

opressão que nos mantém afastados de nossos direitos básicos. Pessoas trans, em todas as partes do mundo, são vítimas de uma terrível violência de ódio, incluindo humilhações, agressões físicas e sexuais e assassinatos. Na maioria dos países, os dados sobre a violência contra pessoas trans não são produzidos sistematicamente pelos Estados e é impossível estimar o número exato de casos. (ANTRA/DOSSIÊ, 2019, p. 57).

As condições básicas para sobrevivência que a população de travestis e TRANSexuais deveriam ter não as menores, visto que ainda são pessoas tratadas à margem da sociedade, havendo um ideário de que não são pessoas e sim aberrações da natureza. Além disso, os níveis de violência sofridos são inúmeros, tais como: violências física, psicológica, emocional, verbal, sexual; sem falar das humilhações que algumas pessoas passam no próprio seio familiar, ocasionando-as a deixarem logo cedo a família para enfrentar a vida cruel.

Alerto e finalizo esta parte, corroborando com citação acima do Dossiê da Antra (2019), que os casos de travestis e mulheres TRANS assassinadas expostos nesta subseção são os casos notificados, ou seja, casos que foram divulgados e que, de alguma forma, foi de conhecimento da Associação, porém há outro lado em meio à brutalidade humana que são aqueles acontecimentos que não são notificados, nem tão pouco divulgados na mídia. Diante disso, estimo, portanto, que os números podem ser bem mais elevados.

De acordo com os dados apresentados nesta subseção no tocante à sobrevivência e à vida da população TRANS e travestis, saindo de uma visão global e adentrando a uma local, inicio a próxima subseção para descrever acerca dos documentos oficiais de ordem estadual e municipal, garantido direitos à população TRANS e travestis no Estado de Alagoas e na cidade de Maceió.

3.5 Os decretos: Municipal e Estadual

Aqueles e aquelas que **TRANS**gridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados "próprios" de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. (LOURO, 2004, p. 87, grifo nosso).

A TRANSGressão, (ÁVILA, 2014; hooks, 2013; MISKOLCI, 2017; MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK, 2006; PRECIADO, 2014), é um conjunto de ações e comportamentos que alguém de um determinado grupo pode desenvolver, partindo da ideia de ultrapassar fronteiras, como aponta Louro (2004, 2008). Sendo assim, a ação de ultrapassar fronteiras de

sujeitos/as diferentes e desviantes da norma é considerada como uma luta constante, possibilitando em perdas e ganhos.

Para melhor exemplificar o contexto acima exposto, exponho nos anexos desta pesquisa que o meu Estado das Alagoas foi um dos primeiros do país a adotar o uso do nome social às pessoas TRANS, bem como utilizar o banheiro é uma escolha, na esfera da administração pública, a partir do **Decreto Estadual de N° 58.187 de 21 de Março de 2018**, o qual reconhece, de fato e de direito, a identidade de gênero de mulheres e homens TRANSexuais e travestis nas repartições públicas.

A ação, à época, foi oriunda da **Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH)**, juntamente com o Governo do Estado de Alagoas, incentivando a sociedade alagoana a disseminar o respeito ao princípio constitucional previsto no (ART. 3, IV), que objetiva a promoção do bem-estar de todos e todas [todes] sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O segundo documento oficial, no mesmo ano, foi o **Decreto Municipal de N° 8.547 de 9 de Fevereiro de 2018** com o direito ao uso e tratamento pelo nome social de pessoas TRANS e travestis, de acordo com a Lei Municipal N° 6.413 de 29 de Abril de 2015, determinando a livre escolha de pessoas TRANS ou travestis de usar o nome social.

Vale salientar que os Decretos estão em vigência para todas as repartições públicas, garantindo à população de minorias de gênero e sexualidade uma conquista representada por direitos e lutas. Ainda que a conquista ao nome social e ao acesso ao banheiro que corresponda à identidade de gênero sejam marcos importantes à população, há muito a ser conquistado e garantido, de modo que ainda somos um dos países, de acordo com a ANTRA, que mais mata a população TRANS e travestis.

Ainda em relação às informações obtidas pela ANTRA, tramita o Projeto de Lei para estender a aplicação da Lei Maria da Penha em favor às mulheres TRANS, cabendo ao Poder Judiciário definir o alcance da normativa com base em uma leitura moralizante da Constituição Federal, de modo a emprestar maior efetividade ao princípio da dignidade humana. (ANTRA, 2002). Além disso, foi com base neste entendimento que um Juiz, do Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher de Arapiraca – AL, decidiu que a Lei Maria da Penha possa ser aplicada em casos de agressão contra às pessoas TRANS.

Desse modo, entendo que o Juiz⁴⁰ compreende a noção de identidade de gênero, a qual é pontuada por Butler e vários/as outros/as autores/as que não se nasce com uma identidade fixa ou pré-determinada a respeito do seu gênero, mais sim se constrói social e culturalmente: “processo de desconstrução de gênero”. (BUTLER, 2003).

Frente ao entendimento do processo de desconstrução de gênero, os decretos municipal e estadual estão longe de atender às demandas da população TRANS e travestis no contexto da cidade de Maceió, assim como no contexto do estado de Alagoas, porém é importante ressaltar, sendo uma conquista efetiva, que à medida que as lutas e as resistências encontram-se firmes e ativas, ainda mais haverá conquistas a serem alcançadas e espaços atingidos por essa população.

Parto agora para a última subseção desta seção, a qual discorrerá sobre as contribuições teórico-metodológicas de um dos nomes significativos nos estudos sobre a população TRANS: Profa. Dra. Berenice Bento.

3.6 TRANSgeneridades e Berenice Bento

Retomo, mais uma vez, a citação que inicia nesta seção, a qual Berenice Bento (2011, p. 85-86) faz alusão às contribuições diversas dos/das pesquisadores à temática das TRANSgeneridades, assumindo, assim, um posicionamento político e, acima de tudo, social frente às demandas políticas e culturais vivenciadas por esta população – a qual nomeio como uma perspectiva da insurgência (ser insurgente no contexto atual). Além disso, explico, só agora, o porquê da exposição da Bandeira da População TRANS que, segundo Jesus (2012, p. 4), as cores simbolizam: menina – menino e momento de TRANSição: rosa, azul e branco, respectivamente.

Em relação à compreensão da Bandeira, Jesus (2012) expõe que as duas faixas azuis, somadas com as outras duas faixas rosas que representam intencionalmente os dois gêneros, ao passo que a única faixa branca, que se encontra entre as outras duas, consiste no processo de TRANSição particular a que a pessoa se identifica, modificando-se em variados aspectos relacionados à construção da sua constituição identitária. Além do mais, a Bandeira do orgulho transgênero foi criada em 1999, pela escritora Monica Helms, uma mulher TRANS ativista norte-americana, que serviu à Marinha dos EUA entre 1970 a 1978.

40 De acordo com o Juiz, “o viés de liberdade sobre o qual nos debruçamos é o de não estar subjugado a outrem, pois o direito de liberdade que deve ser reconhecido à autora da ação é o poder de conduzir seu modo de vida sem constrangimentos”.

O motivo da explicação sobre a bandeira nesta subseção do trabalho, penso eu, seja devido ao volume de produção – estudos/ativismos transviados – da autora em questão. Associar, portanto, a politização que a bandeira traz através dos seus sentidos carregados de TRANSição e de identidade de gênero, com as produções e contribuições da autora, muito tenho notado e percebido que são posicionamentos que extrapolam as políticas, mas sim que demarcam um lugar de resistência e empatia.

Bento (2015), à luz da relevância dos estudos sobre os ativismos TRANSviados, defende que

Uma das contribuições dos estudos/ativismos transviados (tradução cultural que faço de estudos *queer*) é reiterar que o universalismo científico e o pensamento colonial têm um profundo parentesco. Mas essa preocupação ética e metodológica não pode nos fazer esquecer a força que alguns discursos sobre gênero, sexualidade, raça e nacionalidade têm de, ao cruzar oceanos e fronteiras, estabelecer-se como verdades irrelativizáveis. (BENTO, 2015, p. 30).

O universalismo científico e o pensamento colonial, nas palavras da autora, dão lugar para os discursos que defendem uma política de identidade de gênero, de sexualidade, de raça e que ultrapassam as fronteiras, contribuindo para um lugar de novas verdades ou verdades em processo de surgimento ou verdades irrelativizáveis. Em outras palavras, os estudos TRANSviados, num processo de compreensão ética e metodológica, avançam para se estabelecer nos espaços de “verdades contingentes”, como diz Moita Lopes (2009), ou seja, verdades passageiras – incertas ou duvidosas.

As TRANSGenericidades pesquisadas e debatidas por Berenice Bento, em diversas produções são detalhadas no **Quadro IV** abaixo, compreendendo o período de 2008 a 2015, não se esgotando por ai, as quais, algumas delas serão comentadas. Trago, além disso, a título de conhecimento, por último, a sua tese de doutoramento que iniciou mais especificamente os detalhamentos acerca da população em questão.

QUADRO IV: ALGUMAS PRODUÇÕES DE BENTO (2008 a 2015)

| | | |
|---------------------|---|--|
| COMUNICAÇÕES | Gênero e sexualidade como armas de guerra (2015) | Los límites de los Derechos Humanos (2011) |
| | O processo de revisão do DSM-5: gênero é uma categoria cultural ou de diagnóstico? (2015) | Sexualidad y experiencias trans: del hospital a la habitación (2012) |
| | Por uma Sociologia das abjeções (2015) | A luta mundial pela despatologização do gênero (2012) |
| | Brasil: do mito da democracia às violências sexual e de gênero (2014) | Família e novas conjugalidades (2010) |

| | | | |
|--------------------------------|--|--|---|
| ENTREVISTA | Nós fazemos gênero no dia a dia (2010) | | |
| | Binaridades não ajudam a entender as relações sociais manifestadas nas eleições (2014) | | |
| | É o <i>queer</i> tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria <i>Queer</i> ao Sul do Equador (2015) | | |
| | Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento (2013) | | |
| ARTIGOS DE OPINIÃO | Disputas de gênero (2015) | Direito à identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno (2012) | Quando a intolerância virar passado (2006) |
| | Quem é o retrógrado? (2014) | Carta-desaBAFO (2012) | As famílias que “habitam” a família (2006) |
| | Solução final da questão palestina (2014) | Heterossexualidade e poder (2014) | Um minuto de silêncio (2006) |
| | Os filhos de Gonzagão (2013) | A cerveja e o assassinato do feminino (2007) | Transgênero, direitos humanos e legislação (2005) |
| | Um cavalo de Tróia chamado PL 72/2007 (2013) | Quem são os “transtornados de gênero?” (2011) | Da homofobia à diversidade (2004) |
| ENSAIOS | Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil (2015) | | |
| | Determinismo biológico revisitado: raça e gênero (2015) | | |
| | <i>Queer</i> o quê? Ativismo e estudos transviados (2014) | | |
| APRESENTAÇÕES DE LIVROS | Dissidências sexuais e de gênero (2015) | | |
| | Dispositivos da resistência (2013) | | |
| | Dilemas da construção do humano (2013) | | |
| | A politização das identidades abjetas (2011) | | |
| | Entrelugares do desejo e da abjeção (2009) | | |
| RESENHAS | Escutar vozes e falar em línguas (2014) | | |
| | Corpo-projeto (2008) | | |

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

As comunicações aconteceram em eventos distintos nacional e internacionalmente, porém com as temáticas que dialogam a respeito dos estudos de gênero e de sexualidade, bem como culturas e identidades das pessoas de minoria sexual e de gênero, no entanto, o olhar de Bento é sempre voltado para a população de travestis e TRANS. Sendo assim, todas as

comunicações são importantes, porém uma das mais significativas foi a “Gênero e sexualidade como arma de guerra” (2015), em que na ocasião do I Seminário *Queer*: cultura e subversão das identidades, no Sesc de Vila Mariana-SP, numa mesa redonda “Sexualidade e Gênero”, em que a autora descreveu as suas anotações de viagem quando passou por Paris, Valência, Nova York e Palestina, comparando as realidades das pessoas TRANS, bem como descreve os discursos dos quais legitimam as identidades de gêneros que circundam essas pessoas. (BENTO, 2015, p. 30).

Já em relação ao gênero entrevista, exponho a “Binaridades não ajudam a entender as relações sociais manifestadas nas eleições” (2014), através da Revista Instituto Humanitas Unisinos, em que Bento discorre sobre os discursos violentos em relação ao segundo turno das eleições presidenciais, quando a Presidenta Dilma foi reeleita, bem como os impactos do processo eleitoral à luz da questão do binarismo hegemônico atingindo sobretudo o Nordeste. (BENTO, 2014, p. 117).

Quanto aos artigos de opinião, destaco três artigos, o primeiro “Transgênero, direitos humanos e legislação” (2005), pelo Correio Brasiliense, Bento aborda as ideias iniciais sobre identidade de gênero e as relações sociais, procurando debater as questões legais que abarcam a população de travestis e TRANS, como um processo de necessidade em construção os quais demandam “constrangimentos infundáveis”. (BENTO, 2005, p. 221). O segundo artigo “A cerveja e o assassinato do feminino” (2007) pela Folha de São Paulo, Bento (des)constrói as relações estereotipadas da figura feminina nos comerciais de cerveja, a partir da “disjunção radical entre a violência simbólica e física” (BENTO, 2007, p. 202), com piadas homofóbicas e racistas, as quais induzem ao riso. E, por último, o terceiro artigo de opinião que julgo também relevante, e não mais importante, é “Carta-desabaFO” (2012), oriundo do Seminário: Processo Transexualizador no SUS, de Junho no Rio de Janeiro, a autora compartilha impressões a respeito da Portaria Nº 457, de 19 de Agosto de 2008, quanto às diretrizes para o processo TRANSexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), visto que à época os profissionais da saúde não estavam familiarizados para lidar com as demandas das travestis e pessoas TRANS e, por fim, Bento compara alguns pontos da Lei Argentina, uma das mais avançadas no mundo em relação ao processo TRANSexualizador, com a Portaria Brasileira. (BENTO, 2012, p. 194).

Um dos ensaios que trago como exposição é “Determinismo biológico revisitado: raça e gênero” (2015), publicado na Revista Cult, edição de Fevereiro, em que Bento propõe uma discussão sobre as políticas de cotas para as pessoas negras nas universidades, assim como as políticas públicas para mulheres TRANS, a partir da compreensão de gênero/sexualidade e

sexualidade/raça, refutando os “marcadores biológicos que TRANSformam em marcadores sociais da desigualdade”. (BENTO, 2015, p. 238).

No gênero – apresentação de livros –, trago o texto “A politização das identidades abjetas” (2011), do livro “Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico”, de Jorge Leite Júnior, pela editora Annablume, em que Bento defende a ideia de que as identidades abjetas têm, diferentemente do que alguns setores da sociedade e do espaço acadêmico, “inteligibilidade e reconhecimento” (BENTO, 2011, p. 277), partindo do entendimento de que ainda são identidades pouco pesquisadas no espaço acadêmico, prevalecendo a interpretação hegemônica atual sobre masculinidade, feminilidade, sexualidade, intersexualidade arraigados no século XIX. (BENTO, 2011, p. 279).

E, por fim, em relação ao gênero resenha, escolho o texto “Corpo-projeto” (2008), do livro “A construção dos corpos: perspectivas feministas”, de Cristina Maria Teixeira Stevens e Tânia Navarro Swain, pela editora Mulheres, em que Bento detalha a ideia central dos 12 (doze) artigos, resultados dos trabalhos apresentados no *Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, que ocorreu em 2006, na Universidade Federal de Santa Catarina, escritos por sociólogas, historiadoras, psicólogas, educadoras e críticas literárias de Brasília, São Paulo e Rio grande do Sul, com um pensamento subversivo frente à noção de corpo, sexualidade, gênero, estudos *queer*, literatura feminina e várias outras temáticas. Logo, “o desejo de reconhecimento, de felicidade, faz-nos seres para os/as outros/as” (BENTO, 2008, p. 329).

Em meio às produções diversas da Profa Berenice Bento, destaco também uma muito importante que é a sua tese de doutoramento “Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” pela editora Garamond (2006), com 256 páginas. A obra é uma versão do trabalho de doutorado que a autora defendeu em Junho de 2003, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade de Brasília (UnB) e que, atualmente, já se encontra na terceira edição.

Somados 8 (oito) capítulos, sem contar com prefácio – introdução e notas, a obra de Bento (2006) divide-se em: “*A construção da pesquisa*”, “*A invenção do transexual*”, “*Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural*”, “*Corpo e história*”, “*O transexual oficial e as outras transexualidades*”, “*A estética dos gêneros*”, “*Corpo e subjetividade*”, “*Existe uma identidade transexual?*”.

Desse modo, a obra está ancorada em histórias de vida de travestis e pessoas TRANS que mudaram o corpo, seja cirurgicamente ou não, a fim de tornarem reais as suas expressões no mundo e na vida. Com isso, a experiência TRANSsexual é detalhada a partir de articulações

históricas e sociais de vida, àquelas que se distanciam do binarismo – heterossexual e homossexual – conferindo, portanto, inteligibilidades aos gêneros.

Diante da apresentação sobre as inúmeras produções de Bento, finalizo esta seção reiterando a relevância dos estudos de gênero e mais precisamente o reconhecimento sobre as identidades TRANS, levando em consideração que se trata de um estudo ainda incipiente, porém muito necessário e marcado por resistência. Encaminho agora para a construção metodológica que compõe esta pesquisa.

4 METODOLOGIA

A relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida. [...]. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões, ou seja, pluralização de estilos de vida e de padrões de interpretação na sociedade moderna e pós-moderna. A pesquisa é, cada vez, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes”. (FLICK, 2004, p. 17-18).

Início esta seção, pautada pelo entendimento de que a linguagem é concebida a partir do ponto de vista histórico, cultural e social, para efeito de compreensão e análise (BRAIT, 2014, p. 65), trazendo a construção teórico-metodológica da minha pesquisa. Assim, apresento, uma abordagem, no primeiro momento, sobre a pesquisa qualitativa e os estudos e perspectivas no campo da LA, consoante as considerações de Fabrício (2006), Moita Lopes (1994, 2006, 2009), Pennycook (2006), Rajagopalan (2003); em seguida, menciono os instrumentos da pesquisa, os quais serviram como suporte para realização da coleta dos dados e, por fim, por se tratar de uma “pesquisa educacional”, conforme defendem Lüdke e André (1986), trago o contexto da pesquisa, a fim de melhor contextualizá-la.

4.1 Abordagem Qualitativa e os Estudos no campo da Linguística Aplicada

A pesquisa qualitativa concentra seus estudos na linha investigativa denominada *interacionista* a partir das considerações de Oliveira (2008), diferentemente da pesquisa quantitativa a qual assume uma postura *positivista* na análise e manipulação dos dados. A primeira, a pesquisa qualitativa, no que diz respeito aos objetos de análise, defende um estudo acerca do homem, entendendo-o como um ser humano que interpreta o mundo em que vive; a segunda, por sua vez, a quantitativa, desenvolve os estudos por um método experimental ou levantamento de amostras, seguindo uma lógica de pesquisa do Positivismo, explicitada por Oliveira (2008).

Diante das duas linhas investigativas supracitadas, há um conflito posto entre os que assumem uma postura *interacionista* com os de postura *positivista*, consoante Oliveira (2008), visto que se trata dos métodos de caráter científico em que ambos adotam para se fazer pesquisa. Oliveira (2008), em meio às discussões sobre os tipos de pesquisas a partir de posturas distintas,

discorre em seu texto acerca de um apanhado teórico-conceitual no tocante às pesquisas qualitativas, bem como as contribuições dos estudos oriundos destas pesquisas no ambiente educacional, pautados nas considerações de Lüdke e André (1986), Moreira (2002) e Triviños (1987).

Em se tratando da abordagem qualitativa no campo das pesquisas, entendo que se trata de um ponto de vista importante, o qual considera a vida humana como uma atividade interativa e interpretativa, sendo realizada pelo contato entre as pessoas. As autoras Lüdke e André (1986) defendem que, no tocante ao desenvolvimento da pesquisa de abordagem qualitativa, o foco principal consiste justamente na descrição e interpretação do(s) sujeito(s) inserido(s) ao desenvolvimento do estudo, priorizando, assim, a participação sob determinados pontos de vista, pois

o observador chegue mais perto da "perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para "descobrir" aspectos novos de um problema. Isto se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida... (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 26, grifos das autoras)

A questão da vida humana relatada nas pesquisas qualitativas, sobretudo, quando se diz respeito à pesquisa educacional, está ligada a um universo de novas representações e possíveis (re)contextualizações. É sabido que o espaço escolar, ligado a esta realidade, é considerado um campo de pesquisa como diversos outros⁴¹, pois a atenção do/a pesquisador/a vai depender para o aspecto ligado à sua pesquisa, a saber: estudantes, professores/as, direção, coordenação, espaço escolar, funcionários/as, comunidade escolar, projetos, avaliação, família, evasão, seguimentos educacionais, dinâmica da escola, articuladores/as e vários/as outros/as.

De acordo com a perspectiva teórico-metodológica das autoras mencionadas acima, Flick (2004) defende seu ponto de vista em relação à importância da pesquisa qualitativa, visto que, segundo o autor: **(a)** o pesquisador é considerado como parte importante no processo de pesquisa, estando este interessado nas experiências e interações no contexto original da pesquisa; **(b)** parte-se da ideia de que teoria e métodos estão ligados um ao outro; **(c)** abstém-se de conceitos definidos, dando lugar aos conceitos desenvolvidos e refinados no processo de

41 O espaço escolar, para Flick (2004), é considerado também como um espaço com diversos outros campos de pesquisa. Em outras palavras, à escola cabem vários campos para se desenvolver pesquisa.

realização da pesquisa; **(d)** não procura somente transformar as situações sociais, mas também leva a sério o contexto da pesquisa, respeitando-o. (FLICK, 2004, p. 280-281).

Parafraseando Flick (2004, p. 282), compreendo, portanto, que a pesquisa qualitativa leva em consideração o “contexto em que se desenvolvem os dados, as práticas interpretativas que transformam o mundo, tornando-o visível”. Desse modo, a construção da representação científica, para além das pesquisas quantitativas em diversas áreas do conhecimento, está associada à pesquisa qualitativa com as atividades relacionadas pelo/ao sujeito, de modo que a interação e suas implicações são entendidas como fatores imprescindíveis às pesquisas do método interpretacionista. (FLICK, 2004, p. 229).

Através de uma abordagem mais aprofundada a respeito das técnicas da metodologia da pesquisa, Flick (2013) traz uma discussão acerca da análise qualitativa de conteúdo, em que descreve o passo a passo para se realizar uma análise à luz da pesquisa qualitativa: desde a definição do material, passando pelas questões que norteiam a pesquisa à interpretação dos dados, sendo esta última a parte de maior discussão e aprofundamento das questões metodológico-científicas para o conteúdo de análise. (FLICK, 2013, p. 86-87).

Em relação à elaboração esquemática dos dados, como aponta o autor, há de se realizar uma compilação das respostas obtidas pelos(as) participantes da pesquisa, de modo que se tenha/haja uma organização frente as variáveis que cada estudo determina. Portanto, percebo, quando se trata da realização da pesquisa qualitativa, faço relação aqui com as pesquisas e os estudos oriundos da LA, segundo Moita Lopes (2006, p. 90), os dados, embora possam apontar para outra interpretação à análise, podem determinar um novo viés metodológico-científico a partir do esclarecimento dado à interpretação, principalmente o apontamento teórico. (MOITA LOPES, 2006, p. 90-91).

Quanto aos tipos das pesquisas nos estudos qualitativos, temos a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Este, o estudo de caso, de acordo com Lüdke e André (1986), trata-se da complexidade de uma situação particular, a partir de uma variedade de fontes para a coleta de dados; aquela, a pesquisa etnográfica, ainda conforme as autoras, começou a ser mais volumosa na área educacional a partir da década de 1970, cuja preocupação foi promover uma relação entre o que se aprende e o que se passa fora da escola. As técnicas da abordagem etnográfica podem ser: observação, entrevista, história de vida, análise de documentos, vídeos, fotos e testes psicológicos. (OLIVEIRA, 2008).

Já as técnicas voltadas à pesquisa qualitativa, relacionadas ao campo da pesquisa, de acordo com as autoras citadas acima (1986), são as seguintes: **(a)** observação participante, **(b)** entrevista e **(c)** história de vida. Desse modo, situo que a minha pesquisa está centrada no campo

da pesquisa qualitativa, inserida no estudo de caso através das técnicas de observação e entrevista, como apontam Lüdke e André (1986).

Conforme os esclarecimentos de Oliveira (2008) à luz dos entendimentos teórico-conceituais sobre a pesquisa qualitativa, a observação participante, de início, combina ao mesmo tempo com a participação ativa do(s) sujeito(s) juntamente com o pesquisador.

Em se tratando desta pesquisa, que se encontra dentro das Ciências Humanas, na concepção de “estudo social” (FLICK, 2013, p. 70), parto da ideia de que a minha participação como pesquisador é também como observador. Em seguida, quanto à entrevista, trata-se de uma conversa entre duas ou mais pessoas com um mesmo propósito: conhecer as questões de pesquisa que circundam os objetivos. Além disso, a entrevista pode ser classificada como: estruturada, não estrutura ou completamente aberta e semiestruturada, sendo esta última a mais adequada para as pesquisas educacionais, segundo Oliveira (2008). E, por último, ainda em relação às técnicas da pesquisa qualitativa, há a história de vida que busca a visão de uma pessoa ou determinado grupo sobre as suas experiências e suas subjetividades; ela pode ser contada, a história de vida, através dos seguintes instrumentos: diários, cartas, relatos autobiográficos (gravados em vídeo ou som) ou em documentos, tais como: processos judiciais, atas de reunião, discursos, artigos de revistas e outros.

Assim, segundo Moreira (2002 *apud* OLIVEIRA 2008), entendo, partindo da relevância da pesquisa qualitativa às Ciências Humanas, como uma “questão de problematizar o que está posto” (FABRÍCIO, 2006, p. 62), que a pesquisa qualitativa inclui vários saberes, tais como: a interpretação como foco principal; a subjetividade é enfatizada; a flexibilidade na conduta do estudo; o interesse é no processo e não no resultado; o contexto encontra-se ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência e o reconhecimento de que há influência sobre a situação, visto que o pesquisador também sobre influência da situação da pesquisa. (FABRÍCIO, 2006, p. 62)

Vale ressaltar que Fabrício (2006, p. 48) traz a relevância da pesquisa qualitativa às Ciências Humanas, que, comparando com as realidades científico-metodológicas de uma área transgressora, dialoga significativamente com os pressupostos das bases epistemológicas da LA. Em outras palavras, enfatizo que não só dialoga, como também corresponde ao efetivo entendimento de investigação da produção do conhecimento da área: uma “reconfiguração da LA como prática interrogadora” (FABRÍCIO, 2006, p. 49).

Em meio à “agenda interrogadora/transformadora/intervencionista e uma agenda ética que se propõe a LA” (FABRÍCIO, 2006, p. 49), o novo horizonte de trabalho comprometido política e eticamente que subjaz as suas pesquisas e os seus estudos pautam-se na abordagem

do posicionamento dentro do paradigma qualitativo, por se tratar – em suas descobertas e (re)descobertas – de um “território movente” (FABRÍCIO, 2006, p. 46), o que caracteriza o fazer pesquisa na LA sob o viés da contemporaneidade. Tais descobertas e (re)descobertas no campo da LA somam-se a novas categorizações, que não estão interessadas na construção de novos paradigmas, mas construir distorções da realidade criadas pela investigação científica. (MOITA LOPES, 1994).

A partir da agenda supracitada por Fabrício (2006), reitero que esta pesquisa dialoga e compartilha dos interesses propostos pelo campo da LA, tais como: interrogar, TRANSformar, intervir e, ainda acrescento, problematizar questões de ordem política e social. Assim como a LA, como uma área do conhecimento TRANSdisciplinar, os diálogos traçados e questionados nesta pesquisa podem proporcionar novos olhares e novas outras pesquisas promissoras.

Logo, vejo que, no campo da LA, as pesquisas pertencem a uma natureza completamente movente e fluida, as quais não permitem ter nenhuma base sólida teoricamente, possibilitando assim considerar continuamente perspectivas diferentes através das disciplinas, ética e mudança na pesquisa (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2006). Seguindo a ideia de uma base movente e fluida, a lógica dos autores está associada a uma premissa de pesquisa contemporânea, partindo do princípio de que as pesquisas na contemporaneidade ou pós-modernidade perpassam não somente as construções das áreas do conhecimento, mas principalmente e sobretudo a ética.

A partir de um olhar problematizador em relação às dinâmicas sociais postas na contemporaneidade, acerca da pesquisa na LA, Moita Lopes (2009) defende que

Fazer pesquisa no contexto aplicado, principalmente, precisa ser re-teorizado como fazer política, já que as teorias nos dão os limites do que podemos ver e constroem as verdades com as quais operamos como pesquisadores e para além do mundo da pesquisa. (MOITA LOPES, 2009, p. 36).

O posicionamento do linguista aplicado supracitado corrobora com a noção de que, no contexto da LA contemporânea, a construção da pesquisa está ligada a um entendimento de ato político, ou seja, o contexto social onde está inserido o sujeito social precisa ser “re-teorizado”, tentando (re)descobrir novas verdades. Assim, para além do mundo da pesquisa, a questão política gira em torno da concepção social em que o/a pesquisador/a assumirá, pois compete o/a considerar o envolvimento às categorizações relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. (MOITA LOPES, 1994; 2009).

As categorizações associadas ao campo de pesquisa da LA podem ser interpretadas em novos contextos e novas situações, principalmente por se tratar de afirmações que geram novas pesquisas, isto é, são novos direcionamentos que induzem a novos questionamentos. Diante disso, Moita Lopes (2006) e Fabrício (2006) defendem que as questões voltadas para o campo da LA estão em constante (des)construção ou como a autora, Fabrício (2006), diz uma “LA em face das metamorfoses” e o autor, Moita Lopes (2006), designa que a LA é uma área “indisciplinar”.

Seguindo por um viés discursivo, Pennycook (2006, p. 83) defende, por um lado, que o papel da LA também é compreender os discursos na constituição do sujeito, sendo este um múltiplo, conflitante, com capacidade de reflexividade na produção do conhecimento. Rajagopalan (2006, p. 159) postula, por outro, que a LA está envolvida com questões práticas, visto que traz em suas problematizações experiências e situações concretas a serem questionadas, considerando o social como uma das questões pertinentes em voga. (RAJAGOLOPAN, 2006, p. 159).

Fabrício (2006), nesse sentido, no que concerne o envolvimento e acuidade atribuídos pelo pesquisador à sua pesquisa, destaca a importância de haver interrogações frente à relevância social da temática “tendo em vista os atores sociais que vivenciam as práticas envolvidas no fenômeno a ser focalizado” (FABRÍCIO, 2006, p. 59). Em outras palavras, quanto mais questionamentos houver acerca do fenômeno estudado, mais relevância e posicionamento sociais a pesquisa terá.

Assim, com vistas às mudanças à vida contemporânea, as pesquisas voltadas para o campo de estudo da LA estão “na direção de um projeto epistemológico com implicações sobre a vida social” (MOITA LOPES, 2006, p. 91). Ou seja, o desenvolvimento de pesquisas no campo está atrelado à vida social (variados assuntos e contextos), partindo da ideia de que há inúmeras implicações a serem (des)construídas quando diz respeito ao ser social: um campo de desnaturalização, saindo da indignação para a ação. (MOITA LOPES, 2006, p. 92).

Retornando ao pensamento de Pennycook (2006), referente ao entendimento da relação entre teoria vs. práxis, os estudos em LA “criam uma possibilidade de vislumbrar a práxis”, possibilitando uma dimensão crítica ao conjunto de questões e interesses voltados para os tópicos como: “identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou reprodução de alteridade” (PENNYCOOK, 2006, p. 68). Desse modo, a autora defende uma LA “transgressiva”, o que quer dizer que seja uma área que não somente dê conta dos limites

normativos⁴², mas que principalmente envolva uma hibridização e mistura entre as áreas do conhecimento num processo de ir e vir entre a teoria e a prática.

Reforço aqui, a partir do ponto de vista de “transgressão”, que hooks⁴³ (2013) trata, embora a autora discorra sobre o posicionamento contemporâneo dos estudos feministas, sobre uma revolução de valores de acordo com o multiculturalismo, este concebido como um conjunto de “reconhecimento pela diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias” (HOOKS, 2013, p. 45). Em outras palavras, através de um diálogo contínuo com a autora, é fundamental transgredir para se alcançar a prática da liberdade.

Na questão da relação teoria e prática, na área da LA, penso que já tenha sido resolvida, visto que não se entende como um processo de “mão única”, mas como um entendimento que se possa trabalhar os dois polos no mesmo sentido – ou seja – “mão dupla”. Em outras palavras, no efeito atribuído à “mão dupla”, trata-se de um processo de teorização em que a teoria e a prática sejam conjuntamente consideradas uma formulação de conhecimento: “uma LA que explode os limites entre teoria e prática”, segundo Moita Lopes (2006, p. 100-101).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Rajagopalan (2003) diz que a “postura crítica no campo da LA tem a ver com a percepção crescente de que é preciso repensar a própria relação teoria/prática”. Pensando na relação associada entre teoria e prática, o autor entende que a postura crítica da área está justamente na recusa do binômio, pois “jamais pode ser conduzida de forma paralela ou independente”. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 80).

Desse modo, partindo da concepção do autor supracitado, entendo que, associada à relação teoria/prática, repensar a definição de pesquisa é importante, de modo que o binômio seja entendido e trabalhado, conseqüentemente, de forma conjunta, agrupando, assim, ao conjunto de fatores que a teoria considere o social como fator primordial. Esse, por sua vez, o social, de acordo com Rajagopalan (2006, p. 157), entra como “acréscimo a considerações já feitas sobre o indivíduo concebido ‘associalmente’”.

Em outro texto, o autor problematiza a questão de que a LA está inserida num contexto de “Linguística crítica” com “objetivo intervencionista”, entendendo que as análises nas atividades científicas têm, acima de tudo, sua dimensão política. Conseqüentemente, diante

42 O posicionamento de Alastair Pennycook (2006) é bastante contundente quando se refere aos limites normativos da pesquisa em LA, ou seja, a autora defende que se ultrapassem a fronteira do pensamento e a política tradicionais, havendo a necessidade de ter instrumentos tanto políticos quanto epistemológicos para transgredir.

43 A escrita grafada com letras minúsculas da pesquisadora feminista negra estadunidense bell hooks, é, de acordo com a própria autora, como uma forma de ativismo, levando em consideração que a grafia fica em segundo plano, dando ênfase às temáticas levantadas e questionadas.

dessa visão, as atividades científicas – nas palavras do autor – influenciam a forma como as coisas se apresentam, isto é, intervêm na realidade que se encontra posta.

A realidade, de acordo com o posicionamento do autor, pode e deve ser compreendida a partir das construções sociais e políticas, reconhecendo que as pesquisas podem possibilitar um processo de desvencilhar totalmente das práticas passadas. Logo, as questões práticas do contexto social podem contribuir significativamente para uma ciência que está em processo próprio de disciplina.

Vale ressaltar aqui que Rajagopalan defende que a LA é uma ciência que tem o campo de conhecimento como uma área autônoma ou independente da sua própria história. Dessa maneira, a LA é uma área em que as propostas nas suas pesquisas é “romper” – na medida do possível – com a tradição, de modo que possa repensar o futuro do campo de forma livre e desimpedida.

4.2 Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos escolhidos para a realização do atual estudo estão inseridos na perspectiva de uma pesquisa qualitativa-interpretativista (FLICK, 2004; MOITA LOPES, 1994), que entende que o processo é mais relevante e salutar do que o resultado, assim como a interpretação dos dados colhidos gira em torno de um conjunto de novos entendimentos acerca do fenômeno a ser pesquisado, conforme informei na subseção anterior. Por essa razão, o processo, de acordo com os autores mencionados, é marcado por grande contexto a ser relativizado na pesquisa, compreendendo que, para além das “relações humanas, o processo consiste na compreensão dos fenômenos sociais”. (MOITA LOPES, 1994).

Assim, no que diz respeito à pesquisa qualitativa, como dito na seção anterior, tomo como referência o “estudo do ser humano enquanto atuante no meio em que vive” (FLICK; 2004, 2013), ao passo que a questão interpretativista, segundo Moita Lopes (1994), encontra-se relacionada em meio a várias opções para desenvolver investigações, de modo que o pesquisador, constituído na/pela linguagem nas relações de interação, tem acesso a vários significados para realizar a(s) interpretação(ões) na análise.

O período da pesquisa foi de 3 meses – Dezembro de 2019 e Fevereiro/Março de 2020 –, em uma escola pública, em um bairro da periferia, da cidade de Maceió-AL, a partir da observação das aulas, sendo essa uma das técnicas da abordagem etnográfica que se une ao estudo de caso (LÜDKE E ANDRÉ, 1981), intercalando nas terças e quartas-feiras, no período

Noturno, em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II. Os dias da semana referidos correspondem às aulas que o professor ministrava na turma, de modo que nos outros dias as aulas eram em outras turmas de segmentos variados: Ensino Médio e EJA.

Quantos aos instrumentos, inicialmente foi realizado um questionário (5 questões) e uma entrevista⁴⁴ (semiestruturada) – que não segue rigorosamente uma lista de perguntas –, conforme as orientações de Lüdke e André (1986) e Flick (2004), para os/as estudantes da turma, de maneira que pude entender os sentidos identitários entre o professor e a turma e, em seguida, foi realizada uma entrevista com alguns/algumas estudantes⁴⁵, a fim de haver, por fim, uma “melhor contextualização e entendimento da problemática em questão”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A pesquisa, portanto, é de cunho etnográfico, aquela que procura analisar com um olhar mais consciente a respeito dos procedimentos e métodos investigativos sobre os dados aplicados no estudo, assim como trazendo para o foco do estudo a minha ação do pesquisador. Entendo, de acordo com Flick (2004, p. 189), que à pesquisa etnográfica cabem as ações, perspectivas e significados dos atores sociais envolvidos, de acordo com o (Quadro V), no estudo.

QUADRO V: NOMES DOS/AS ESTUDANTES ⁴⁶

| NOMES DOS/AS ESTUDANTES | |
|-------------------------|---------|
| Amanda | 19 anos |
| Pedro | 23 anos |
| Lia | 35 anos |
| Guilherme | 20 anos |
| João | 36 anos |

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

44 Entendo o gênero entrevista a partir de Lüdke e André (1986) como um caráter de interação entre o entrevistador e o entrevistado, tratando-se de uma relação de influência entre ambos os envolvidos, cuja premissa é a atmosfera de perguntas e de respostas para um determinado fim. A entrevista, para as autoras, implica na “captação imediata e corrente da informação desejada”. (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 34).

45 Vale salientar que os critérios de seleção dos/as estudantes foram de acordo com o grau de proximidade e afetividade com o professor, pois em meio à observação das aulas ficou nítida a relação próxima entre os/as envolvidos/as no estudo. O professor, de fato, ultrapassa as barreiras criadas entre o preconceito.

46 O quadro traz, por questões éticas, nomes fictícios dos/as participantes.

4.3 Contexto de Pesquisa

O acesso ao campo em estudo é uma questão mais crucial na pesquisa qualitativa do que na quantitativa. O contato buscado pelos pesquisadores, aqui, ou é mais próximo ou mais intenso, o que, em resumo, pode ser demonstrado em termo dos problemas enfrentados por alguns dos métodos qualitativos atuais. (FLICK, 2004, p. 69).

O contexto de pesquisa, nas palavras de Flick (2004) em relação ao processo de estudo e de análise às pesquisas qualitativas, é entendido como uma das partes mais importantes para a construção da pesquisa, pelo menos, quando comparada com as pesquisas quantitativas. Entendo, de acordo com o autor, realizando um olhar para a Escola, que o local a ser realizado o estudo – ou o desenvolvimento deste – é crucial para a perspectiva da “praticabilidade cotidiana” (FLICK, 2004, p. 69), ou seja, o acesso ao campo, compreendido aqui como termo genérico, permite, em outras palavras, o conhecimento da prática cotidiana que serão confrontadas com diversas epistemologias.

A Escola⁴⁷, localizada no Bairro Tabuleiro dos Martins⁴⁸, atende, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (2018/2019), as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental II e Ensino Médio no período diurno e EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) no período noturno.

O surgimento da Escola, haja vista as informações contidas em seu PPP⁴⁹, se deu em 1975, não com a dimensão de hoje mas como um espaço que “pudesse suportar”, palavras do documento, a comunidade à época, tendo em vista que as duas únicas escolas do Conjunto não atendiam ao quantitativo daquele momento. O terreno da escola era localizado em um sítio, que através do tempo, a dimensão arquitetônica do prédio ia tomando forma. (PPP, 2018/2019, p. 11).

O nome da Escola é uma homenagem à Alagoana da cidade Chã Preta-AL. A professora homenageada, devido à sua dedicação ao processo de ensino e aprendizagem, alfabetizou seus doze filhos, através da formação primária que hoje corresponde ao ensino fundamental, desempenhando um trabalho de destaque e honra. Nasceu em 12 de Janeiro de 1919 e faleceu em 26 de Julho de 1998. (PPP, 2018/2019, p. 25-26).

47 Por questões éticas, não será mencionado o nome da Instituição Escolar.

48 No Conjunto Santa Lúcia, Loteamento Pôr do Sol, Quadra “D”, Rua Manoel Basílio, s/n, pertencente a 13ª Gerência Regional de Educação (GERE)

49 A identidade da Escola, seu Projeto Político Pedagógico (73 páginas), cedido pela Coordenadora Pedagógica, foi analisado alguns dias antes de começarem as observações às aulas do professor, entre Outubro e Novembro de 2019.

Em análise ao PPP (2018/2019), quanto à comunidade em que a Escola está inserida é carente, pois são famílias que geralmente vivem da economia informal, em que muitas vezes as mães são responsáveis pelo sustento da família. Um dado surpreendente no documento de identidade da Instituição é que há um número significativo de “pais e mães separados, cabendo a criação dos filhos sobre a guarda dos avós” (PPP, 2018/2019, p. 55). Além disso, por se tratar de uma região de periferia, notei, diante das minhas idas e vindas, que o acesso dos estudantes à Escola ainda é precário, principalmente em períodos de inverno, pois as ruas que circundam a Instituição não são pavimentadas/asfaltadas.

Ainda mergulhado nas 73 páginas do PPP, pude averiguar, observando os capítulos, tais como: identidade escolar; equipe dirigente; justificativa; objetivos, marco de referência; marco conceitual; marco operativo; referências e anexos, que há uma divulgação de todo plano pessoal da escola. Diante disso, o documento traz as bases reguladoras que subjazem o funcionamento da instituição, pautando-o na premissa do trabalho em equipe.

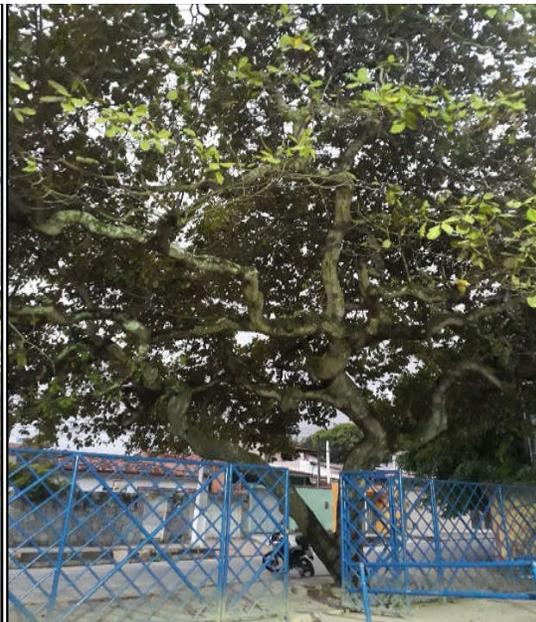
Frente o trabalho em equipe, o espaço da sala de aula, entendido como um ambiente cuja ação do professor é sempre coletiva, é arejado, porém das quatro lâmpadas, apenas duas centrais estavam funcionando. Além disso, na medida em que os/as estudantes, alguns com seus/suas filhos/as, iam adentrando à sala, o professor orientava para que buscassem cadeiras na sala vizinha, pois não havia a quantidade suficiente para todos/as.

A infraestrutura da Escola é significativamente grande – térreo e primeiro piso –, contemplando, de acordo com o PPP, a seguinte estrutura: 12 salas de aulas (6 no térreo e 6 no primeiro piso), 1 sala de leitura, 1 sala de multimídia, 1 laboratório de informática, 1 laboratório de aprendizagem, 1 sala de recursos multifuncionais, 1 sala dos professores, 1 sala da direção, 1 sala para coordenação, 1 sala para secretaria, 1 sala de recepção para secretaria, 1 pátio coberto, 1 pátio descoberto, 2 banheiros (funcionários e professores), 4 banheiros para os estudantes (2 no térreo e 2 no primeiro piso), 4 banheiros para portadores de necessidades especiais (térreo), 1 refeitório, 1 cozinha, 2 dispensas para merenda, 2 almoxarifados, 1 rampa de acesso, 1 escada para o primeiro piso, 2 áreas verdes, 1 área de acesso à Escola.

As **Imagens III e IV**, que seguem, mostram a entrada da Escola, sendo perceptível que se trata de uma instituição de grande porte, haja vista a dimensão que o portão principal, parte externa, para se chegar ao portão secundário, parte interna. Ainda em relação à entrada da Escola, há na parte externa uma quadra desativada que comporta algumas carteiras e cadeiras quebradas, assim como alguns birôs que se juntam às folhagens secas das árvores.

IMAGEM III: Entrada da Escola 1

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

IMAGEM IV: Entrada da Escola 2

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Agora, nas dependências da Escola, mais precisamente na Sala dos/as Professores/as, **Imagens 3 e 4**, noto que é um ambiente bastante colorido e harmonioso, com armários individuais para cada professor/a, uma mesa com cadeiras, um sofá, um bebedouro, um monitor que transmite as imagens das câmeras espalhadas pela Escola, tanto a parte externa quanto a interna, um quadro de avisos, uma TV e o cantinho do/a aniversariante.

IMAGEM V: Sala dos/as Professores/as

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

IMAGEM VI: Sala dos/as Professores/as

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Adentrando ainda mais às dependências da Escola, há um espaço bastante amplo para recreação e atividades didático-pedagógicas, como se vê nas **Imagens 5 e 6**. Em uma das minhas visitas, no período vespertino, estava por acontecer a aula de Educação Física: momento muito esperado com ansiedade pelos/as estudantes.

IMAGEM VII: Pátio da Escola



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

IMAGEM VIII: Pátio da Escola



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

O espaço da escola é sempre um conjunto múltiplo de novos saberes e variadas construções de sentido cuja interação se faz presente. Por essa razão, a multiplicidade de discursos, de interação e várias outras questões podem ser interpretadas, haja vista as realidades que a compõem de ordem social, política e financeira. A fim de entender e problematizar as constituições identitárias existentes nesse ambiente, é importante perceber que na escola se constroem as diversas e as variadas relações que constituem o sujeito, como um “processo dinâmico de confronto” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 42).

O espaço da escola sendo completamente pluralizado e dinâmico vive em constante transformação, de modo que as pessoas que o compõem também estão inseridas a um movimento ininterrupto que não para. Então, penso que, para um futuro bastante próximo, irei aprofundar ainda mais as questões que surgem na escola, assim como irei descrever relações outras capazes de questionar as possibilidades existentes ao espaço analisado.

A construção de sentidos em torno do ambiente da escola pode ser problematizada e sempre questionada, haja vista a dinâmica em que o espaço da escola pertence com os/as seus/as diversos/as personagens atuantes. A fim de entender o espaço da escola, mediante a infinidade de discursos que emergem desse espaço, é importante desenvolver um olhar de pesquisador/a, quanto à relação de escuta e observação para análise.

Em se tratando do meu olhar como pesquisador mediante a escola que serviu como aporte metodológico para a construção desta pesquisa, finalizo esta seção metodológica demonstrando que todos os referenciais foram descritivos, preservando obviamente os nomes dos/as participantes envolvidos/as, de modo a garantir a integridade social de todos/todas/todes. Isso posto, passo para a seção que tratará a análise dos discursos proferidos pelo professor, bem como as questões que o cercam – constituições e identitárias e sentidos identitários – quanto à sua atuação/interação no espaço escolar.

5 ANÁLISE: TRANSGREDINDO AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS

Os sujeitos transgêneros aparecem sem a possibilidade de narrarem a si mesmos, assim como são destituídos da autonomia sobre seus corpos e identidades, tendo que depender da validação do outro. Assim como a verdade do gênero do sujeito trans não se encontra implicada – em termos de responsabilidade do dizer – pela ação da fala de quem propriamente enuncia, seria preciso estabelecer critérios externos aos sujeitos para a validação da transexualidade verdadeira. (BAGAGLI, 2016, p. 95, grifos nossos).

Nesta seção, de posse do *corpus* dos/as participantes envolvidos/as nesta pesquisa, bem como de posse também das contribuições provenientes dos discursos sobre a TRANSmasculinidade do professor de uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II, analisarei os dados selecionados, à luz das inteligibilidades que circundam as constituições identitárias da população TRANS, sob a óptica de Colling (2018a), Bagagli (2016), Silva Lima e Souto Maior (2020), Souto Maior (2020), Moita Lopes (1998, 2002, 2006a), Hall (2006), Vergueiro (2015), Jesus (2010; 2012), Santos Filho (2017; 2019), Bento (2006; 2010; 2012) e outros/as autores/as. Além disso, a partir das categorias de análise, discutirei as questões pertinentes às constituições identitárias do professor em questão, procurando problematizar de acordo com as questões de pesquisas, mencionadas na seção da metodologia.

A metodologia da análise, pautada a partir das considerações de Flick (2004; 2013) e Lüdke e André (1986) quanto à abordagem qualitativa da pesquisa, se dará através da análise dos discursos proferidos pelo professor – análise integral e parcial – mediante as contribuições dos/as autores/as supramencionados. Além disso, de acordo com a necessidade da promoção de diálogo como o discurso do professor, serão inseridos alguns trechos dos diários de campo, de maneira que se possa entender o ambiente da sala de aula vivenciado tanto por mim, quanto pelo professor e os/as estudantes.

5.1 “*Você fisicamente nem é homem nem é mulher*”: as constituições identitárias da transmasculinidade do professor

Após a observação de vários momentos na sala de aula do 7º ano do Ensino Fundamental II do turno noturno e, em seguida, a aplicação de um questionário ao professor no

mês de fevereiro de 2019, ainda no período de aula na Escola, foi desenvolvida uma entrevista através do *Aplicativo Meet*, de forma *on-line*, em agosto deste ano de 2020, com duração de 36 minutos e 8 segundos.

Devido à situação atual de Pandemia, causada pelo Coronavírus⁵⁰, a entrevista não pôde ser realizada presencialmente, por conta do respeito às condições sanitárias vigentes: evitar a disseminação do vírus através do contato físico e resguardar a saúde do entrevistador e do entrevistado neste período. Vale ressaltar ainda que, dadas as condições hodiernas no contexto de Pandemia, as visitas à Escola, bem como a observação das aulas do professor foram interrompidas, no entanto não houve dano ao desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que parte dos dados havia sido coletados antes da Pandemia.

Respeitando o espaço e o tempo do professor em relação às perguntas da pesquisa⁵¹, cabe à entrevista primordialmente promover “a relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 33). Dessa forma, a entrevista foi pautada, inicialmente, nas perguntas que compuseram o questionário e, em seguida, a fim de haver um universo harmonioso e, acima de tudo, resguardar a identidade do professor, o ambiente em que aconteceu a gravação foi seguro e apenas restrito a nós dois: entrevistador e entrevistado.

Dentre as perguntas lançadas na entrevista (no quadro de sete (7) perguntas (conforme segue no anexo), inicio com a seguinte, que corresponderá aos **QUADROS VI, VII, VIII e IX**, quanto às respostas sobre temáticas diferentes:

PERGUNTA:

1. Em relação ao período de trânsito em que você passou, qual/quais situação/situações contribuiu/contribuíram para o/a “encontro/percepção” da sua identidade de gênero?

QUADRO VI- TRECHO DE RESPOSTA: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DA TRANSMASCULINIDADE DO PROFESSOR

50 Trata-se de um contexto atual causado pelo Coronavírus, em que dadas as circunstâncias de saúde, é importante ficar no isolamento em casa, a fim de evitar a disseminação do vírus letal à saúde humana.

51 Diante das questões norteadoras desta pesquisa, no desenvolvimento da entrevista, foram acrescentadas outras perguntas cabíveis ao momento, as quais serão postas em seguida.

Não foi fácil. Foi muito complicado.

No início é muito complicado, porque você não tem um formato. Você fisicamente nem é homem nem é mulher. As pessoas olham para você, elas não enxergam mulher e não enxergam homem, você está entendendo? Então assim, o período que eu mais sofri psicologicamente, no meu ambiente de trabalho, foi justamente no início da minha transição, porque eu não sabia como me comportar.

Eu preferi colocar o meu nome social, que hoje é o meu de registro, só depois que a minha aparência para mim ficou definida. Você está entendendo? Porque até então eu, na minha cabeça, “*meu Deus, como é que eu tenho aparência feminina, eu vou impor para os meus alunos, ou para qualquer outra pessoa, que me chame no masculino, se eu ainda tenho aparência feminina*”. Eu me sentia desconfortável com isso. Muito desconfortável. Eu preferia sinceramente que me tratasse no feminino por causa da minha aparência. Você está entendendo?

A partir do momento que as pessoas começaram a olhar para mim e já me chamar no masculino, as pessoas que não me conheciam, aí eu “*poxa, por que tá me tratando no masculino?*” Será que a minha aparência já está, como é que se diz? [como se estivesse perguntando para ele mesmo], ao ponto de passar para sociedade, no mundo até a gente chama de “passável”, né? Bom, aí a partir do momento de 8 meses de hormonização, foi quando as pessoas começaram a me chamar no masculino. Então, foi naquele momento que eu já cheguei no meu trabalho, em algumas salas de aula, eu expliquei que estava em processo de tomar hormônio, em transição, e que eu queria que eles me tratassem no masculino porque eu me sentia mais confortável daquela maneira. Entendeu? Mas no início não foi fácil.

(Professor)

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

De acordo com o trecho do **QUADRO VI**, correspondendo à transição da identidade de gênero do professor, mais especificamente ao período de hormonização, percebo que há uma questão que perpassa o seu discurso: preocupação de aceitação da sua identidade, mediante ao processo de aceitação/confirmação das demais pessoas que, de acordo com Silva Lima e Souto Maior (2020), “há uma preocupação coletiva a respeito de si” permeada pelo discurso nos processos de interação. No trecho em que ele mesmo se questiona, num movimento de discurso citado: “*meu Deus, como é que eu tenho aparência feminina, eu vou impor para os meus alunos, ou para qualquer outra pessoa, que me chame no masculino, se eu ainda tenho aparência feminina*”, há para além de um questionamento da sua parte, há uma inquietação frente à “ética discursiva” (SOUTO MAIOR, 2020), quanto às suas constituições identitárias como uma “crise de identidade” (COLLING, 2018a). Esse processo de alteridade constitui sua identidade em trânsito.

O questionamento que consiste no discurso do professor está relacionado ao enquadramento que corresponde a alguma norma de gênero. Embora a sua aparência esteja sendo modificada ao longo do tratamento hormonal, é perceptível que seu processo de autoquestionamento ultrapassa a noção de aceitação, tanto em relação ao seu corpo, quanto em relação às dinâmicas de sentido que compreendem a TRANSexualidade: o questionamento, portanto, é vivenciado a partir das aparências feminina vs. masculina. Também se percebe o

movimento do que ele pode de fato ser a partir de como a sociedade está vendo em seu corpo, observado, por exemplo, quando o professor diz “porque você não tem um formato.”

No tocante à sua constituição identitária, ainda que “o processo de constituição e transformação se dê ao longo do tempo” (HALL, 2006, p. 38), verifico que a identidade do professor está em processo contínuo e ainda se encontra inacabada e que, acima de tudo, a noção de alteridade, defendida por Bakhtin (2006), é muito presente no discurso do professor, haja vista que a todo momento ele sempre se coloca no lugar do outrem – processo de alteridade – para (re)pensar seu espaço e sua identidade que estão em (des)construção: “*poxa, por que tá me chamando no masculino?*”.

Diante dessa perspectiva em relação à alteridade, Souto Maior (2020) diz que os sentidos mudam e dialogam com as mudanças ideológicas, bem como as práticas sociais que estão sempre refletindo e sendo refratadas. Por essa razão, a identidade está em um lugar de ser desejada – o que não quer dizer que seja homogênea – pois, de acordo com a vontade de possuir traços e características masculinos, a constituição identitária encontra-se no processo e não no acabamento (HALL, 2006; SILVA LIMA E SOUTO MAIOR, 2020).

Realizando uma interpretação acerca do período de hormonização que o professor passou, entendo que se tratou de um dos momentos mais significativos, pois começou a ter a certeza de que o processo estava acontecendo como esperava: tanto o reconhecimento da sua identidade no masculino, quanto a construção da sua constituição identitária estava se fazendo presente. Além disso, o reconhecimento, por um lado, se deu por parte de outrens: no caso dos/as colegas de trabalho e de seus/suas estudantes e; por outro, como contribuiu para a construção confortável do que pretendia: configuração masculina.

Conforme a configuração masculina desejada pelo professor, o momento da “passabilidade” ou “passável”⁵² é aquele em que a pessoa TRANS, tranquilamente, se encontra no gênero desejado e que, portanto, é reconhecida através da identidade de gênero almejada. Vale ressaltar aqui que, de acordo com Vergueiro (2015), a passabilidade não necessariamente se restrinja apenas à pessoa TRANS, mas também às travestis e os/às homossexuais, pois são comportamentos dos quais implicam na idealização de gênero que se pretende transfigurar ou representar. No caso do professor em questão, a aparência após o processo de hormonização e

52 Vergueiro (2015) defende a ideia de corpos e identidade de gênero inconformes, estabelecendo uma crítica aos sistemas acadêmico, político, social e cultural, à medida que os corpos são controlados e viabilizados a partir de ideias e comportamentos pré-estabelecidos.

a realização da cirurgia de mastectomia⁵³ contribuíram para o ser “passável”, devido às suas características e seus comportamentos atribuídos ao gênero masculino.

A incerteza do processo de transição antecede a questão confortável, isto é, “*Você fisicamente nem é homem nem é mulher*”, trecho da fala do professor que intitula esta subseção. Bento (2006, p. 115) diz que “os corpos justificam as desigualdades supostamente naturais entre homens e mulheres”. Desse modo, o não pertencimento a nenhum dos gêneros, “sexo biológico em conflito” (JESUS, 2010, 2012) é uma garantia de que o processo de identidade é longo e que, sobretudo, passa pelo momento de (des)construção e TRANSformação contínuas. Afinal de contas, as “identidades fragmentadas”, segundo Moita Lopes (2002), dialogam no meio social e cultural, a fim de estabelecerem novas possibilidades e novas características, distanciando, assim, da ideia de identidade pronta e acabada.

Associado ao processo de TRANSformação do professor, ao se referir ao sofrimento psicológico, no espaço da escola, a posição marcada do “eu” representa um conjunto de individualidade, ou como Santos Filho (2019) diz “marcações de si”, quanto à construção da identidade de gênero: “*porque eu não sabia como me comportar*”. Por esse ponto, Ceccarelli (2014, p. 53) diz que “no ‘eu’, encontra-se aí implícito o sexo e o gênero ao qual o sujeito se sente pertencer”, pois como o processo de construção é contínuo e individualizado devido às suas características é, assim, uma luta de/por sobrevivência.

A respeito do reconhecimento do gênero, Ceccarelli (2014) diz que

Sem dúvida, a aquisição do sentimento de individualidade, isto é, o de ser, de existir separado de um outro – **a percepção da alteridade** – é o sentimento menos compartilhável e mais irredutível que o ser humano é capaz de viver. (CECCARELLI, 2014, p. 53, grifo nosso).

Em outras palavras, o autor defende que a construção da identidade de gênero passa pelo sentimento de individualidade, entendendo e ultrapassando as diversas fronteiras existentes na sociedade, ou seja, o sentimento de individualidade consiste na construção de novos mecanismos e novas dinâmicas que possibilitam o enfrentamento no/ao contexto de uma sociedade cisheteronormativa. Além do mais, de acordo com Ceccarelli (2014), Jesus (2010; 2012) e Vergueiro (2015), partindo das ideias de trânsito e TRANSformação, a individualidade, por um lado, é uma das fronteiras a ser enfrentada e; por outro, porém, a percepção da alteridade

53 Processo cirúrgico de retirada total das mamas.

nem sempre é uma realidade atual à vida da pessoas TRANS, pois o sofrimento⁵⁴ é uma questão muito presente.

Partindo para outro momento de resposta, porém ainda correspondendo a mesma pergunta, segue o próximo quadro relatando algumas particularidades da vida do professor, como o processo de hormonização e a retomada à escola, a saber:

QUADRO VII: PROCESSO DE HORMONIZAÇÃO E RETOMADA À ESCOLA

8 meses. Porque eu fiz o meu processo tudo direitinho no endocrinologista. Então, ela escolheu o hormônio mais lento para mim (Nebido), que ele trabalha bem lento no organismo. Quando você toma outros hormônios, em dois meses, você já está com a voz modificada, sua aparência, você já tem entrada (indicação com os dedos para a testa), você tem muitos pelos, com dois ou três meses de hormônio. Só que ela não quis trabalhar dessa maneira. “*Não vamos colocar um estoque de hormônio no seu organismo para que você não sinta nada*”. Só que aí demorou uns oito meses para aparecer alguma coisa, demorou muito, entendeu? Os pelos foram aparecendo muito lentamente, as entradas. Então, o processo foi muito lento.

Justamente esse período de oito meses a um ano foi para mim muito complicado. Eu não tinha vontade de trabalhar. Confesso a você, eu faltava muito nesse período. Eu tinha vergonha de passar pelo porteiro, eu tinha vergonha de entrar na sala de aula, entendeu? Eu tinha vergonha de conversar com as pessoas na sala dos professores. Eu não falava com ninguém.

Hoje, não, hoje assim, é como se aparência, tirei aquele fardo que estava nas minhas costas. Hoje eu chego, mesmo as pessoas sabendo que eu sou trans, não tenho nenhum problema, mas assim eu sou uma pessoa muito tranquila, chego na sala dos professores, converso com todo mundo e pronto. Eu sou mais eu. Antes, eu andava com a cabeça pra baixo, um peso no corpo. Hoje não, hoje quanto mais postura eu coloco, melhor (risos)... Eu me sinto melhor.

O interessante é quando você se aceita, você impõe respeito ao outro. Você joga, porque assim, as pessoas acham que pelo fato de você ser trans, ser gay, ser lésbica, é sinônimo de promiscuidade. E uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Eu tenho uma postura muito séria no meu trabalho. Faço meu trabalho corretamente. Eu não falto. Não dou respaldo para ninguém falar do meu trabalho. Entendeu? Porque as pessoas confundem as coisas (mexendo os dedos em movimento circular), por exemplo assim, se você faltar por algum motivo, aí já quer jogar com um tom pejorativo, né? Ai tipo assim, aquele gay, aquela lésbica, aquele viado. Infelizmente essa é a expressão. Aquela bolacheira. E esquece que você é um profissional, entendeu? Então, eu sou no meu trabalho uma pessoa muito séria, tudo que pede eu sou a primeira pessoa a entregar, que é para não dar esse respaldo. Já para não dar motivos para ninguém falar do meu profissional.

(Professor)

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

De acordo com o **QUADRO VII**, o relato do professor é bastante marcante, dentre toda a exposição dos acontecimentos, no que diz respeito ao período de homornização que durou oito meses, sendo acompanhado por um profissional médico, endocrinologista, o qual demonstrou muito cuidado a todo o processo de mudança da sua aparência. Cabe reforçar aqui

54 A tese em Educação de Luma Nogueira de Andrade (2012), intitulada **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**, trata além das condições de sobrevivência de uma travesti no espaço escolar, descreve inúmeras situações de conflito em que o sofrimento é uma constante na vida de uma pessoa que desvia à norma.

que, nesse período, as mudanças aconteceram lentamente e que a sua constituição identitária se deu gradativamente, de modo que alguns comportamentos de rejeição pudessem ser tomados: *“Eu não tinha vontade de trabalhar. Confesso a você, eu faltava muito nesse período. Eu tinha vergonha de passar pelo porteiro, eu tinha vergonha de entrar na sala de aula, entendeu? Eu tinha vergonha de conversar com as pessoas na sala dos professores. Eu não falava com ninguém.”*

O momento de vergonha, relatado no discurso do professor, é justamente o conjunto do processo de trânsito passado pela pessoa TRANS, aquele momento que condiz com as mudanças físicas e comportamentais, promovendo a construção/constituição de uma nova identidade. Bento (2008, p. 69) afirma que “a identidade se anuncia quando o sujeito se põe em discurso”; desse modo, Silva Lima e Souto Maior (2020) relatam que a subjetividade é construída na medida em que o processo de naturalização da identidade vai se construindo/constituindo.

“As expressões identitárias” de acordo com Bento (2006; 2008), Jesus (2010; 2012) e Bagagli (2016) vão assumindo, na pessoa TRANS, conformidades na sua estrutura física, agindo de maneira a garantir uma legitimidade em relação aos seus significados na sociedade. Além disso, as expressões identitárias são regidas pelos comportamentos da identidade de gênero, promovendo experiências das quais não se tinham antes, tais como olhar no espelho, toque ou reconhecimento da genitália, usar roupa de banho e dentre outros comportamentos que são agregados à identidade de gênero.

Desse modo, ligada à hormonização e aos fatores psicossociais, a constituição identitária do professor passa por um processo de entendimento da sua subjetividade, delimitando resistências da ética discursiva marcadas de reconhecimento de si (corpo e mente). Assim, “a questão central quando se discutem trânsitos identitários é desvincular a identidade de um ponto determinante [uma vez que] hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos” (BENTO, 2011, p. 552). Por outro lado, após o processo dos trânsitos identitários ou experiências identitárias (BENTO, 2008; 2011), a compreensão de si é bem mais leve do que anteriormente no período da hormonização: *“hoje assim, é como se aparência, tirei aquele fardo que estava nas minhas costas. Hoje eu chego, mesmo as pessoas sabendo que eu sou trans, não tenho nenhum problema”*. É notável que, embora o processo esteja acontecendo da sua constituição identitária, a construção de novas possibilidades ao gênero está bem mais aceitável e se consolidando nas “performances do gênero” (BUTLER, 2003; 2015).

A partir da consolidação do gênero do professor, a sua aceitação passou a ser uma evidência nas práticas do dia a dia: *“O interessante é quando você se aceita, você impõe respeito*

ao outro”, de sorte que o respeito também é uma conquista na concepção do professor que está atrelado ao gênero em construção e, conseqüentemente, à “identidade fragmentada” (MOITA LOPES, 2002). Apesar da falta do respeito ser uma constante na vida do LGBTQIA+, por parte de alguns/mas da sociedade, ainda assim a construção da identidade garante, de certa forma, a imposição e conquista de respeito sem haver a comparação com a promiscuidade. (COLLING, 2018a).

A vida do LGBTQIA+ é também uma construção constante de (in)certezas, uma vez que a associação com o que é promíscuo sempre vai existir devido aos discursos que julgam como pejorativos, tais como: “*aquele gay, aquela lésbica, aquele viado, aquela bulacheira*”. No entanto, pontuo que tais categorias são analisadas à luz de um “comportamento cisheteronormativo” e de um “cistema prisional dos corpos” (VERGUEIRO, 2015) que, dependendo de quem profira tais palavras, não há sentido ofensivo nem tampouco sentido pejorativo, mas sim de respeito. Logo, as palavras passam por ressignificações constantes, que combinam contexto, significado e uso. (SOUTO MAIOR; LUZ, 2019).

Sendo assim, o uso de “*aquele gay, aquela lésbica, aquele viado, aquela bulacheira*” ainda que seja através de uma expressão de ofensa, dependendo da pessoa a qual é destinada tais palavras, o significado não corresponde a uma ofensa, mas sim como um elogio ou com sentido apreciativo através do jogo de palavras.

Agora, partindo para outro momento da entrevista, porém ainda na mesma questão, abordará o período de pós-trânsito na escola, ou seja, a relação do professor com os/as estudantes na escola, assim como o não acompanhamento de *lives* sobre a população TRANS.

QUADRO VIII: PÓS-TRÂNSITO NA ESCOLA

Olha, com os alunos eu acho muito tranquilo, por incrível que pareça. Eu não sei se o meu perfil muito sério, bloqueia o aluno. Eu só sei que comecei o meu processo de hormonização no final de 2016 e mesmo no período de transição não escutei nenhuma piadinha e tal. Eu acho que o meu perfil mais sério meio que bloqueia. Assim, certas brincadeiras. Acho que uma ou duas vezes, ouvi assim, certas conversinhas e eu chego no aluno, só que não chego para ser ignorante. Nessas duas vezes, eu tentei impor mais respeito assim “*e ai, o que está acontecendo?*”. Então, isso acaba que descabriando o aluno, sabe? Ele está esperando uma pedrada, só que não dou. Eu chego na paz. Eu sou uma pessoa mais gentil do mundo. É estratégico, eu acho isso! Tem a questão da educação, sim claro que tem, mas o fato de tentar me controlar o máximo é estratégico, porque isso acaba bloqueando o aluno, porque quando ele quer ser grosso com você, isso já quebra.

Nesse período de pandemia não tenho acompanhado nenhuma *live* (risos)... Nem fiquei sabendo, porque eu não procuro muito. Na realidade, eu tento viver assim, como uma pessoa trans, mas vivo sem o peso (apontando os dedos para as costas), sabe? Eu não tenho esse peso. A minha esposa conversando ela até esquece, até a família esquece, que um dia eu nasci no corpo feminino. Então, isso não me prende. Eu acho que é por isso que também que eu não participo de associação.

(Professor)

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Em se tratando do trecho acima no **QUADRO VIII**, a explicação do professor em relação ao convívio e à interação com os/as estudantes é bastante acessível e tranquila, de maneira que, a partir do perfil que o professor assume em sala de aula⁵⁵, a construção de respeito entre docente e discentes é garantida. Em relação ao perfil do professor, considerado “*muito sério*”, as relações construídas na escola garantem um comportamento que reflete sobre a sua constituição identitária.

Nas relações construídas na escola, o professor detalha que mesmo no processo de harmonização, após o seu retorno à instituição, o comportamento entre os/as estudantes para com ele foi de compreensão “*período de transição não escutei nenhuma piadinha e tal.*”. Penso que, ainda que os/as estudantes provavelmente não entendessem o processo das constituições identitárias do professor, a conduta de respeito foi mantida devido ao seu caráter de seriedade que lhe constitui.

A ausência das “*piadinhas*” ou brincadeiras de ordem de gênero podem configurar uma abordagem que não se limita ao espaço da escola, mas sobretudo ao meio social: na praça, na rua, no supermercado, na feira, na reunião, na conversa informal; por outro lado, as situações de acontecimento das “*piadinhas*” são representativas na ausência do professor, pois a sua presença impõe respeito e seriedade a todos/as.

Por se tratar de uma turma de 7º ano do ensino fundamental II, embora seja do turno noturno, as relações são construídas à base do diálogo e do respeito, visto que a maioria dos/as estudantes é composta de pessoas com maior idade e que frequentam à escola com maior senso de responsabilidade. No entanto, houve alguns episódios em que o professor ouviu discursos depreciativos relacionados à sua identidade de gênero e cuja atuação foi de questionar o acontecimento discursivo “*Nessas duas vezes, eu tentei impor mais respeito assim “e aí, o que está acontecendo?”*”, impondo um caráter de seriedade sem que o controle fosse perdido, mas que a situação do contexto da aula não enveredasse para outro sentido.

É sabido informar que, diante do processo de harmonização do professor, as identidades de gênero foram sendo construídas e principalmente constituídas, ao passo que as características firmavam-se tanto em seu corpo quanto na contrarresposta das pessoas que o cercavam naquele espaço.

55 Faz-se importante mencionar que a relação do professor para com a turma é construída através de muito respeito e, acima de tudo, de muita descontração. Os Diários de campo retratam muito bem a relação que é construída nas aulas do professor e, mais precisamente, no Diário de campo 2 com o relato de uma estudante a respeito da conduta e do comportamento profissional e pessoal do professor.

Em relação à visualização das *lives*, é interessante perceber que o professor não se considera como uma pessoa que carrega o “peso” de ser TRANS e que a sua esposa e a sua família, às vezes, esquecem que algum dia havia nascido no corpo feminino. Noto aqui um entendimento não participativo a respeito das causas relacionadas à população TRANS, visto que o seu desinteresse quanto às questões da população que faz parte configura uma atitude individualizada apenas para a sua identidade: *“Então, isso não prende. Eu acho que é por isso que também que eu não participo de associação”*.

Partindo para outro momento da entrevista, porém ainda dentro da pergunta inicial, o professor vai relatar a respeito do interesse de realizar a cirurgia de transgenitalização, ou seja, a mudança de sexo, que no seu caso a mudança do órgão sexual feminino para o órgão sexual masculino.

QUADRO IX: CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO

(risos)... Eu gostaria, eu gostaria muito. Só que agora aqui no Brasil, eu acredito que não tem condições. Se tivesse, eu juro a você que eu faria. Porque eu gosto de me sentir o mais completo possível. Na realidade assim, eles começaram aqui no Brasil com dois núcleos que atendem a cirurgia, né? Só que, parece que pararam, um foi em Goiás e outro em Recife. Só que são filas enormes. Então, como são poucos médicos formados e preparados nessa área, eles não dão conta. É coisa assim, de você passar cinco, seis, dez anos esperando, isso numa fila, entendeu? Tem um caso de um professor de Educação Física que fez a cirurgia em Goiás tem, mais ou menos, uns quatro anos. Só que assim, de lá pra cá, eu não vi muito.

(Professor)

Fonte: **Banco de dados do pesquisador.**

A partir da exposição do discurso no **QUADRO IX**, em relação ao desejo de realização da cirurgia de TRANSGenitalização, o professor relata que gostaria de se sentir “completo”. Logo, para que pudesse acontecer essa ação de completude a realização da cirurgia está em seus planos, no entanto, aqui no Brasil não se tem uma realização efetivada que garanta o controle à saúde das pessoas TRANS.

Importante destacar a respeito da cirurgia de TRANSGenitalização que o processo para realização é bastante longo e árduo para a pessoa que deseja se submeter, visto que os pré-requisitos são variados assim como a autorização passa por uma equipe multidisciplinar. Em outras palavras, os corpos TRANS precisam de autorização/aval para serem reconhecidos pela sociedade, de maneira que as demandas identitárias dessa população vivem sob controles médico e jurídico para sobrevivência. Desse modo, a autorização ou o aval da equipe multidisciplinar é configurada como um tipo de violência que as pessoas TRANS passam, porque – para os médicos e o judiciário – elas não têm o direito de escolha sob seu próprio corpo nem muito menos o direito à capacidade de compreensão sobre as suas identidades.

Quanto à sua afirmação “*Porque eu gosto de me sentir o mais completo possível*”, a partir da interpretação dos sentidos da ética discursiva, implica em um conjunto de ações que, no momento, é incompleta e que, portanto, a cirurgia deixaria “completa”. No momento em que o professor “jura”, em “*eu juro a você que eu faria*” estabelece um leque de possibilidade da sua biografia pessoal, como um sentido possível de reconhecimento no corpo.

O trecho acerca do “juramento” traz um conjunto de marcas que credenciam o professor em seu processo de trânsito, levando em consideração que o marcador “eu” corresponde constantemente ao universo da “certeza”, firmando vários posicionamentos e várias certezas das quais ajudam a legitimar as suas constituições identitárias.

A respeito desse entendimento, quanto à realização da cirurgia, Bento (2008) diz

A importância da cirurgia, a decisão em submeter-se ao protocolo dos hospitais que a realiza, o melhor momento para fazê-la, são questões que passam por decisões que estão condicionadas à biografia de cada pessoa transexual. É importante lembrar que para muitas pessoas transexuais a cirurgia representa a possibilidade de reconhecer-se no corpo... (BENTO, 2008, p. 74)

Diante do esclarecimento de Bento, a realização da cirurgia para algumas pessoas TRANS representa o reconhecimento do corpo, como também a autoafirmação da sua identidade de gênero. Na medida em que a identidade de gênero de uma pessoa TRANS é reafirmada e “aprovada” através da realização – bisturi mágico – da cirurgia de transgenitalização, a aceitação pessoal encontra-se condicionada ao fator de maior controle do seu gênero, pois a decisão de passar pelos protocolos médicos é uma maratona de inúmeros desafios.

Destaco ainda que a visão do professor está voltada para a ideia biologizante acerca do gênero, ou seja, construção e adequação do órgão genital para “reafirmar” o gênero desejado. Em outras palavras, a construção e a adequação encontram-se na ordem do desejável, de modo que, para haver a sua “completude” – entendida como fundamental e importante à sua identidade de gênero –, a visão biologizante se faz presente no argumento do professor.

É importante mencionar que o sexo biológico, de acordo com Vergueiro (2015) e Bagagli (2016), independe para algumas pessoas TRANS⁵⁶, considerando que a construção de gênero está para além da construção biológica. Assim, os efeitos de sentido implicados no

⁵⁶ Destaco que, para Viviane Vergueiro e Jaqueline Gomes de Jesus, não é condição de afirmação do gênero a realização da cirurgia, pelo contrário, a afirmação do gênero é construída e constituída através de outros marcadores que estão interligados à pessoa TRANS, a saber: identificação, dimensão corporal, aceitação sexual, nome social...

discurso do professor corroboram com a ideia de que, para sua afirmação, é necessária a realização da cirurgia de TRANSgenitalização sendo, portanto, associada a outros dispositivos que combinam ou contribuem para a adequação da sua identidade. Bento (2008) diz que a decisão da pessoa TRANS em realizar a cirurgia consiste em um conjunto de consequências que desencadeia na questão: quem são os/as TRANSsexuais de verdade?

Agora, discorro sobre a próxima pergunta que pede a reflexão do professor em relação às situações existentes nas mídias.

5.2 “Essa coisa, essa aberração”: a produção das TRANSgeneridades masculinas

Falar especificamente das TRANSgeneridades masculinas ou sobre os homens TRANSsexuais é um exercício por se fazer necessário nos contextos de produção do conhecimento, haja vista a necessidade da compreensão das constituições identitárias desta população específica. Diante disso, Lima (2014) diz que a maioria das reflexões encontradas nas dissertações, teses e artigos tem se debruçado sobre as travestilidades e, principalmente, sobre as mulheres transexuais, que passaram a “ocupar diferentes espaços através do aumento considerável na procura aos serviços de saúde especializados, até nas redes sociais e midiáticas” (LIMA, 2014, p. 114).

A partir do exposto, quanto às TRANSgeneridades masculinas, entendo que há ainda mais a necessidade de evidenciar as identidades TRANS masculinas, de maneira que possa existir uma retomada das suas identidades frente a contemporaneidade. Nesse contexto, Lima (2014) argumenta que as TRANSgeneridades masculinas encontram-se numa escala inferior quando comparadas às TRANSgeneridades femininas, levando em consideração que as TRANSgeneridades femininas, como a autora chama, estão em maior evidência na mídia, ainda que seja de maneira pejorativa ou dados de violência.

Entendendo, portanto, a emergência das TRANSmasculinidades nos processos de reconhecimento e de evidência, assim como pensar “a existência de um único corpo dificulta o entendimento da existência da TRANSsexualidade” (BENTO, 2008, p. 32), Silva Lima e Souto Maior (2020), Jesus (2010; 2012) e Bento (2006; 2010) defendem que as identidades que compõem a TRANSgeneridade são múltiplas e variadas, assim como todas as identidades compostas na sociedade: heterossexuais e bissexuais, pois especificamente o universo das pessoas TRANS ultrapassa inúmeras condições de sobrevivência e resistência.

Diante da apresentação acerca das identidades, parto para a próxima questão referente às situações que são veiculadas na mídia as quais são (não) confortáveis para o professor, a saber:

PERGUNTA:

Quais situações na mídia lhe deixam mais confortável ou menos confortável em relação à sua condição de gênero? Explique, por favor.

QUADRO X: TRANSGENERIDADES MASCULINAS

O contexto para mim de aberração é quando julga você quando quer envergonhar publicamente, quando joga você como um animal, entendeu? Por exemplo, muitos jornalistas locais, vou dar até um exemplo daquele Siqueira, eu não suporto. Ele trata assim: essa coisa, essa aberração. Então assim, isso me deixa desconfortável. É quando você trata o ser humano como uma aberração. Como qualquer coisa menos como um ser humano, entendeu?

E o poder de igualdade para mim é quando justamente está relacionado quando a mídia, por exemplo, joga uma série, uma novela ou algum filme, entendeu? Colocando essa situação como algo comum. Por exemplo, no caso hoje, nós estamos presenciando essa questão do Thammy, com a Natura, né? Eu acho que essa situação do Thammy causou mais polêmica do que a Pandemia, assim foi mais falado que a própria Pandemia, entendeu? Mas assim quer desestruturar a pessoa, entendeu?

(Professor)

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Jesus (2010a, p. 5) diz que “o que se testemunha nos tempos atuais é o auge de uma concepção restrita da TRANSexualidade, a qual restringe essa condição a uma patologia e essas pessoa a seres abjetos”. A partir do que coloca a autora, percebo que no discurso do professor há uma preocupação colocada à questão referente às situações expressas na mídia. Portanto, são questões patologizantes e questões de aberrações que são propagadas nas redes sociais e nas mídias de maneira em geral, deslegitimando os corpos TRANS.

A questão da patologização para Bento e Pelúcio (2012), em relação às identidades TRANS, continua operando com grande força, porém não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. (BENTO E PELÚCIO, 2012, p. 572). A partir da compreensão das autoras à luz das identidades das pessoas TRANS, a patologização ainda é uma constante ou mesmo uma realidade que prevalece no pensamento do senso comum, pois consiste na ideia de um comportamento de transtorno e, conseqüentemente, de doença.

Retomando a referência a um jornalista local, na fala do professor, os níveis de violência que tal profissional profere diante da realização do seu programa são bastante assustadores, para não dizer absurdos à população TRANS. As violências, em suma, são

representadas discursivamente “*essa coisa, essa aberração*”, relegando as identidades TRANS como seres que não merecem a dignidade humana.

Infelizmente, se por um lado, a representação e o reforço discursivos do profissional é de tamanha violência à população TRANS; por outro, entendo que seus discursos são propagados e aceitos por pessoas que comungam da mesma ideia, dificultando, então, o respeito mútuo às diversidades de gênero e de sexualidade. Assim, o entendimento de “*essa coisa, essa aberração*” está associado principalmente à falta de compreensão das dinâmicas que o gênero tem e que a ignorância é resultado de um conjunto de violências.

De acordo com as violências expressas supramencionadas, Jesus (2010a) diz que as

Situações desumanizadoras consideradas menores, que poderiam ser dispensáveis, como o não atendimento ou o desrespeito ao gênero identificado, são em geral decorrentes de uma atitude alienada ante a documentações que se restringem ao nome civil e ao sexo, tornando-se condição *sine qua non* do cotidiano de pessoas transexuais, que são violentadas psicológica, moral e fisicamente. Esses homens e mulheres não querem apenas o direito a cirurgias, ou somente a corrigirem seus registros civis, querem respeito e cidadania. (JESUS, 2010a, p. 7-8).

Na segunda parte do seu discurso, o professor faz menção ao caso de um artista reconhecido na mídia, que é homens TRANS, cuja repercussão se deu através da associação da sua imagem a uma marca de cosméticos, havendo uma referência e alusão aos dias dos pais. O caso mencionado foi bastante propagado em todas as mídias e principalmente nas redes sociais (*Facebook, Instagram, YouTube...*), de modo que os discursos foram proferidos negativamente.

Só para lembrar: o caso do artista famoso foi de grande repercussão pelo fato de ser homem TRANS, constituído uma família (esposa e filho recém-nascido), em que a sua imagem representou à época a figura paterna, simbolizando, assim, a configuração do pai na atualidade. Diante disso, a repercussão violenta se deu através de vários ataques tanto nas redes sociais da família, principalmente nas redes do pai TRANS, quanto nas redes da empresa que o contratou para a propaganda. Alguns dos ataques oriundos dos fundamentalistas foram de boicotar as vendas da empresa, no entanto, não houve porque as vendas triplicaram, como resultado do acontecimento violento.

Quanto ao contexto exposto, na concepção do professor, o caso do artista foi mais divulgado e problematizado do que o auge da Pandemia (Covid-19): “*Eu acho que essa situação do Thammy causou mais polêmica do que a Pandemia*”. Tal situação, em se tratando do trecho, me leva a entender que ainda questões ligadas à população TRANS e questões associadas aos

corpos que divergem da norma são marginalizadas e precárias diante dos olhos de uma sociedade preconceituosa e intolerante.

O entendimento do professor, no final do trecho, é bastante decisivo quando se refere que tais questões de desumanização às pessoas TRANS estão relacionadas à desestruturação do ser humano. Afinal de contas, o objetivo dos discursos de ódio e posicionamentos de intolerância é desestruturar/manipular a quem se destina a ação, provocando, portanto, um conjunto de associações pejorativas e desumanas a alguém.

Portanto, a produção das TRANSgeneridades masculinas vem ganhando destaque com alguns nomes nas mídias, como o psicólogo, professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em gênero **João W. Nery** (em memória); coordenador do Instituto Brasileiro de TRANSmasculinidades (IBRAT) **Alexandre Peixe dos Santos** – Xande Peixe; jornalista e escritor **Luiz Fernando Prado Uchôa**, o publicitário e administrador **Léo Elek**, o filósofo e artista plástico **Lyam S.**, o professor de filosofia e doutor em educação **Cin Falchi**, o digital influencer **Luca Scarpelli** e vários outros. São nomes que, de alguma forma, estão contribuindo para alcançar os espaços que pertencem a todos/todas/todes e que principalmente precisam ser reconhecidos como seres humanos com direito ao respeito e, acima de tudo, são vozes que não precisam ser mais silenciadas. Nesse caso, por mais DIGNIDADE.

Jesus (2010a) finaliza seu texto, argumentando e explicando, a partir de uma palavra-chave:

Dignidade. Essa palavra é um direito continuamente negado a mulheres e homens transexuais pelo poder público, um dos vários representantes de uma sociedade excludente, na qual não se espera que as pessoas sejam o que são, mas sejam o que se espera delas. Apesar dos óbices, as pessoas às quais se refere esta discussão lutam dignamente, no seu cotidiano e na pluralidade de realidades que vivenciam, para serem tratadas com o mínimo de respeito por serem como são, apesar de toda a adversidade psicossocial ou física, que esse posicionamento corajoso possa acarretar. (JESUS, 2010a, p. 8, grifo nosso).

5.3 “Eu não participo de nenhum grupo. O máximo que eu tenho é um grupo que eu acompanho há muitos anos no WhatsApp”: políticas de exclusão vs. demandas de inclusão

Para Jesus (2010a, p. 4), “as demandas das pessoas TRANSsexuais pelo reconhecimento social e legal de suas identidades, não é, conforme vulgarmente se considera, ‘invenção’, ‘loucura’ ou ‘bobagem’”. A partir dessa perspectiva, é importante entender que as demandas dos homens TRANS e das mulheres TRANS, assim como das travestis, consistem

em espaços por legalidade de direito, desde a incumbência de acesso ao sistema de saúde, à escola e ao trabalho, sobretudo. Jesus, enquanto uma professora TRANSfeminista atuante nas causas dos direitos humanos voltados para a população TRANS, é bastante incisiva quando diz que não se trata de ‘invenção’, ‘loucura’ ou ‘bobagem’.

De acordo do argumento de Jesus (2010a) sobre as demandas das pessoas TRANS serem encaradas como ‘invenção’, ‘loucura’ ou ‘bobagem’, analiso as três categorias à luz do pensamento do senso comum como resposta ao comportamento dos estudos e corpos TRANS, a saber: **(a)** a “invenção” pode ser interpretada pelos/as transfóbicos/as ou por outras pessoas intolerantes como um argumento de que há outras demandas possíveis de serem observadas e analisadas, do que as questões que permeiam as identidades das pessoas TRANS na modernidade; **(b)** a “loucura”, a partir do entendimento da patologização oriundo “dos saberes médicos-psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) acerca dos corpos e desejos TRANS” (BENTO, 2006; 2012), é um ponto marginalizado e degradante sobre a população TRANS, pois infelizmente se tem a ideia de que são pessoas doentes mentalmente e, por fim, **(c)** a “bobagem” está associada a um imaginário da não importância, ou seja, uma bobagem compreender as identidades que divergem do padrão ou – uma tolice – entender as demandas que comportam pessoas que não nem “homens” e nem “mulheres”.

Partindo da reflexão acerca das categorias apresentadas por Jesus (2010a), compreendo que todas supramencionadas são fruto do comportamento conservador e totalitário acerca das identidades da população de minorias sexuais e de gênero, assim como é fruto de um comportamento que difere do ideário da família tradicional. A bem da verdade, a “invenção”, a “loucura” e a “bobagem” condizem com as atitudes intolerantes que correspondem à TRANSfobia, à LGBTfobia, à misoginia, ao racismo, ao fascismo e de tantas outras expressões que não respeitam a diversidade sexual e de gênero.

Compreendendo então as políticas de exclusão e as demandas de inclusão, exponho a pergunta com a resposta do professor referente à convivência humana, a fim de problematizar algumas questões inerentes à sua compreensão frente à inclusão das pessoas TRANS à sociedade.

PERGUNTA:

Se você pudesse fazer algo concreto para que houvesse uma convivência humana mais harmoniosa, o que faria? Justifique.

QUADRO XI: POLÍTICAS DE EXCLUSÃO vs. DEMANDAS DE INCLUSÃO

Essa questão da lei é infelizmente para que, aqui no Brasil a coisa só funciona quando mexe no bolso. Não é verdade? Assim, você vem educando, você vem conversando com as pessoas, mas aquilo não resolve. Não é? Então, quando a coisa parte para o lado jurídico, aí parece que por medo, infelizmente, nós aqui no Brasil, por medo e não por educação, então, por medo, você acaba que meio que respeitando (aceno com os dedos fazendo sinal das aspas), porque se não respeitar, você vai acabar sendo punido num processo financeiramente falando. Não é verdade?

Eu não participo de nenhum grupo. O máximo que eu tenho é um grupo que eu acompanho há muitos anos no *WhatsApp*, que é um grupo de homens TRANS e mulheres TRANS, e ali eu fico sabendo de todas as informações, fico sabendo onde estão atendendo assim, no Hospital da Mulher, no Hospital Universitário, quando começa a atender também.

É. Eu prefiro ficar mais neutro assim. Até porque eu sou uma pessoa um pouco tímida (riso de canto de boca). Então assim, como é que se diz assim, por eu ser tímido, eu não gosto muito de me expor. Não é um preconceito com a minha classe não, é pessoal mesmo.

(Professor)

Fonte: **Banco de dados do pesquisador.**

De acordo com o trecho do **QUADRO XI**, o entendimento do professor subjaz à compreensão de ser educador, visto que “*você vem educando, você vem conversando com as pessoas, mas aquilo não resolve*”. O processo de educar e conversar é, sem dúvida, bastante intenso na atividade de ser professor/a, levando em consideração que na prática o diálogo é constante, quer seja no ambiente virtual, quer seja no presencial.

Ainda em se tratando do processo de educar e conversar, porém, não se tem um resultado efetivo quando a relação humana é concebida a partir das identidades das pessoas TRANS. Nesse caso, segundo o professor, para se ter um comportamento de igualdade ou de respeito, fica viável a intromissão jurídica a fim de haver uma relação harmoniosa e menos intolerante. Dito isso, a intromissão jurídica é no sentido de “mexer no bolso”, isto é, caso a falta de respeito aconteça, o pagamento de fiança poderá conscientizar o/a agressor/a a não ser reincidente.

O entendimento do professor, portanto, quanto à referência ao lado jurídico representa um comportamento de refúgio ou de sobrecarga, visto que, diante das atrocidades que vivenciamos em relação às violências sofridas pela população TRANS, recorrer à justiça é um comportamento possível e hoje garantido por Lei, porém lento. Entendo ainda que a associação que o professor desenvolve é garantida através da nova Lei de Criminalização da LGBTIfobia, a qual assegura que os crimes de homofobia e TRANSfobia, em que declarações homofóbicas poderão ser enquadradas no crime de racismo.

Resgatando o título da seção, referente às políticas de exclusão *vs.* demandas de inclusão, outro momento de posicionamento do professor é quando diz que “*não participo de nenhum grupo. O máximo que eu tenho é um grupo que eu acompanho há muitos anos no WhatsApp, que é um grupo de homens TRANS e mulheres TRANS*”. Tal comportamento se dá

por conta da sua timidez e do seu aspecto isolado frente às políticas desenvolvidas pela e para a população TRANS, tendo em vista que mediante as suas experiências emocionais e afetivas não se sente confortável em participar de nenhum momento político social para a sua causa.

De acordo com o comportamento do professor de neutralidade e isolamento quanto às políticas e lutas da população TRANS, entendo que a não participação se dá também pelo fato de ser professor, pois a sua presença no espaço escolar é constituída de forma bastante simplória. Não estou defendendo aqui um comportamento diferente do que o professor acredita ou demonstra, no entanto penso que a sua neutralidade “*Eu prefiro ficar mais neutro assim. Até porque eu sou uma pessoa um pouco tímida*” ou o seu não interesse pelas causas movidas à população TRANS pode gerar um efeito negativo mediante as lutas sociais e políticas da população das minorias sexuais e de gênero.

Logo, o não interesse do professor pelas lutas ou pelos movimentos da população TRANS, especificamente, não quer dizer que ele não se interesse pelas causas urgentes ou emergentes desta população, todavia, reflito que a sua existência já se configura como um movimento de resistência e luta constantes. Afinal de contas, a sua presença no espaço escolar e no meio social é um comportamento que incide na sua constituição identitária e que, por conseguinte, também é uma forma de resistência e existência nos e entre os espaços.

Para Bento (2008), no tocante às identidades coletivas – participação das pessoas TRANS – frente ao posicionamento de uma política pelas diferenças, a questão é que

Não se trata de explodir as identidades coletivas, mas perceber que a complexidade e fluidez que caracterizam as identidades não podem ser sufocadas em nome de um sujeito que estabilize (ou invisibilize) as diferenças. (BENTO, 2008, p. 94)

De acordo com a autora, a construção das identidades coletivas está interligada à complexidade e fluidez das novas identidades que emergem na luta pela diferença, de modo que as identidades coletivas possibilitam mais vozes a serem ouvidas com o objetivo de construir mais “*inteligibilidade aos corpos*” (BENTO, 2006; 2008). Desse modo, as identidades coletivas ou como ela fundamenta “*dispositivo da transexualidade*” funcionam como verdades socialmente estabelecidas para os gêneros, tendo como ponto de partida as diversas experiências e vivências possíveis da/a transexual.

Os saberes que constituem o “*dispositivo da transexualidade*” são centrados em diversas capacidades que potencialmente correspondem a fissuras nas normas de gênero, isto é, de acordo com Bento (2006; 2008), as identidades TRANS e travestis são desviantes e

marcantes socialmente à norma de gênero, pois são identidades que diferentemente das outras identidades que compõem a minoria sexual e de gênero, condicionam a variadas fissuras no contexto social heteronormativo. (BENTO, 2006; 2008).

Agora, diante da perspectiva do “dispositivo da transexualidade” discutida por Bento, passo para o dispositivo da transexualidade expressa pelo professor, mais precisamente ao se tratar a respeito da identidade física.

5.4 “Aparentemente falando (passando as mãos na barba), onde é que existem traços femininos?”: a resistência das tecnologias de gênero

“A emergência do dispositivo da transexualidade está ancorada no desenvolvimento da endocrinologia e da cirurgia plástica como práticas discursivas e tecnológicas” (LIMA, 2014, p. 116). A partir do entendimento de Lima (2014), reflito que as tecnologias associadas à população TRANS vão além do acompanhamento com especialistas da medicina em relação à hormonização, assim como a realização de cirurgias por essa população, diz respeito às práticas construídas em torno da relação gênero e tecnologia, constituindo “elementos analíticos e entendendo os gêneros como performativos e as tecnologias como produções discursivas”. (LIMA, 2014, p. 116-117).

Assim, apesar de entender que os gêneros não constituem “representações e autorrepresentações”, mas processos discursivos e práticos (performatividade dos gêneros), os quais na relação com a matriz da inteligibilidade cultural (a heteronormatividade), produzem as materialidades dos corpos e, conseqüentemente, sua inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003). Diante dos processos discursivos que estão engendrados às práticas das tecnologias da TRANSgeneridade, os gêneros se performam de diversas maneiras e com variedades significativas às suas representações.

No tocante ao entendimento de performatividade de gênero, Butler (2015) explica que

A performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, em vez disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para construir materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo... (BUTLER, 2015, p. 154).

Para Butler (2015), a construção da materialidade dos corpos refere-se à performatividade dos gêneros, ou seja, a construção dos corpos condiz – em outras palavras –

com os discursos que são produzidos e que, portanto, têm efeito citacional⁵⁷ nos sujeitos. Além disso, a filósofa ressalta que a performatividade não pode ser interpretada como ato isolado, entendida na situação em que é realizada.

Para ilustrar melhor o contexto das tecnologias do gênero, exponho a próxima pergunta destinada ao professor:

PERGUNTA:

Você já ouviu ou tomou conhecimento sobre preconceitos em outras escolas que possam exemplificar problemas de convivência humana em relação ao gênero? Se sim, relate.

QUADRO XII: RESISTÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DE GÊNERO

Eu posso detalhar tendo como base a minha própria familiar, porque a minha esposa tem dois filhos trans. E um ainda está estudando. Então, essa questão que o (Nome do filho da esposa) sempre fala, ele tem 19 anos, é a questão do nome social. Então, essa é a questão de alguns professores não respeitarem o nome social e dá preferência, mesmo sabendo que é um homem trans, dá preferência a chamar pelo nome de registro. Entendeu?

Mesmo a pessoa chegando lá, assim na coordenação e mesmo com o professor, assim finge que não sabe de nada, finge que esqueceu e acaba constrangendo. Entendeu?

No meu caso, pelo menos na minha frente, eles sempre me respeitaram e muito, nessa questão com a direção, coordenação, professores e, conseqüentemente, os alunos também. Só que na minha frente. Eu sei que eu, com certeza, por trás existem muitos comentários, mas assim, na minha frente não.

Só a questão de uma coordenadora que até hoje ela faz questão de me tratar no feminino, mesmo eu reclamando todos os dias. É muito complicado, porque eu chamo a atenção dela, muito educadamente, entendeu? Eu me controlo, não vou mentir pra você, entendeu? Para não sair do meu estado natural que é um estado calmo, certo? Mas assim, eu falo todos os dias.

Agora não, a gente está na Pandemia, então parou, né?, mas até a última semana de aula, ela fazia questão de me tratar no feminino. Era sempre no “ela” e como o nome é (Nome no masculino). E chamava a (Nome no feminino), entendeu? E assim, como tem muitos alunos novatos, que não sabem que eu sou um homem trans, fica confuso. Eles ficam assim “oxe, a (Nome no feminino)?” “quem é (Nome no feminino)?”

E eu sempre chamando a atenção dela, mas assim, eu não sei se é má fé, eu não sei se é para tirar onda, eu não sei se porque é uma pessoa esquecida, eu não sei.

Eu acho que vai por ai, existe uma resistência. Eu não sei se é aquela típica família tradicional brasileira, entendeu? (risos)... Mesmo aparentemente aceitando, tem aquele receio, aquele bloqueio, existe uma parede ali na frente que não permite, porque assim, aparentemente falando (passando as mãos na barba), onde é que existem traços femininos? Para colocar o “ela” lá. Você está entendendo? Então, é complicado.

E outra, ela me conheceu assim. Eu já tinha feito a cirurgia, já estava no processo de hormonização. Então, não justifica.

(Professor)

Fonte: **Banco de dados do pesquisador.**

57 Butler, apoiada no conceito de Jacques Derrida, mobiliza a categoria como “acontecimento”, “contexto” e “assinatura”.

De acordo com o **QUADRO XII**, inicialmente o professor detalhe uma passagem particular e íntima da sua vida, “*Eu posso detalhar tendo como base a minha própria familiar, porque a minha esposa tem dois filhos trans*”. Então, já se percebe que na convivência do professor há mais pessoas próximas a ele que também vivem a identidade de gênero, promovendo um conhecimento acerca das dinâmicas e dos sentidos gerados sobre as identidades TRANS no seio familiar.

Fica evidente, a partir da exposição íntima que o professor faz, que um dos entraves na identidade de um dos filhos é a questão do nome social. Ainda uma constante no espaço escolar, bem como nos demais espaços sociais, por mais que haja diálogo e explicação quanto às diversidades sexuais e de gênero, visto que a resistência ao reconhecimento das identidades de gênero é muito presente na sociedade contemporânea. Eis aí, uma parte da causa da TRANSfobia.

O constrangimento ainda é um fato muito presente quando se trata de identidades TRANS, como bem afirma o professor. Talvez o constrangimento se dê pela associação às orientações sexuais homossexuais ou pela falta de conhecimento sobre as identidades de gênero. Desse modo, Colling (2018b) diz que “pensar as travestilidades e TRANSsexualidades como identidades de gênero e não como orientações sexuais homossexuais”. (COLLING, 2018b, p. 525).

Na segunda parte do texto do professor, há o detalhamento das relações de convivência no seu espaço de trabalho: a escola. Aparentemente, as relações são respeitadas e cordiais quando retratadas ao professor ou como deveriam ser em qualquer espaço social “*na minha frente, eles sempre me respeitaram e muito, nessa questão com a direção, coordenação, professores/as e, conseqüentemente, os alunos também*”, no entanto, a convivência com a sua coordenadora é um pouco conflitante ou constrangedora, tendo em vista que a profissional sempre o chama ou faz menção pelo seu nome de registro (feminino), embora a presença do professor seja marcadamente por uma presença masculina.

A partir do contexto expresso pelo professor, entendo que se trata de uma relação conflitante ou de desgaste para ele, porque a observância constante de seu aspecto físico (identidade masculina) a alguém que não respeita/entende a identidade de gênero do/a outro/a é, sem dúvida, uma relação completamente difícil: “*Só a questão de uma coordenadora que até hoje ela faz questão de me tratar no feminino, mesmo eu reclamando todos os dias. É muito complicado, porque eu chamo a atenção dela, muito educadamente, entendeu? Eu me controlo, não vou mentir pra você, entendeu?*”

A partir da compreensão de ser educador que trabalha com/através do/o diálogo constante, trago para a discussão a perspectiva do “sujeito situado”, de Bakhtin, de modo que a sua ação não se restringe única e exclusivamente como educador, mas como sujeito que interage, delimita, informa, transforma, promove, reage, debate e reivindica o espaço que está inserido. Essa perspectiva concebe o sujeito como um produto do meio e, acima de tudo, projeta-o para outros espaços que possam ser (res)significados. A proposta do diálogo, em meio à questão do sujeito situado, tem como característica a dinâmica pré-estabelecida da interação, levando em consideração todos/as envolvidos/as na ação discursiva.

O professor entende o universo da sala de aula como um ambiente em que o diálogo é o ponto chave para as discussões e que, conforme a conduta do/a profissional, pode haver/desenvolver um ambiente favorável de conflitos e de ideias. Os conflitos e as ideias encontrados no ambiente da sala de aula podem ser oriundos de várias temáticas, no entanto, algumas problemáticas são tomadas como regimes de verdade, por exemplo, a “heteronormatividade compulsória” de Vergueiro (2015), partindo da ideia de que a hegemonia sexual e de gênero ainda imperam no espaço da sala de aula.

Retomando o trecho: “*Só a questão de uma coordenadora que até hoje ela faz questão de me tratar no feminino, mesmo eu reclamando todos os dias. É muito complicado, porque eu chamo a atenção dela, muito educadamente, entendeu? Eu me controlo, não vou mentir pra você, entendeu?*”, o tratamento da coordenadora com palavras no feminino destinadas ao professor é violento, pois a falta de respeito torna-se uma constante na relação de convívio no espaço escolar. O não reconhecimento da identidade de gênero é fruto de uma construção tradicional do binarismo, do pensamento hegemônico heteronormativo, da construção tradicional de comportamento esperado aos sujeitos. Afinal de contas, nós pessoas LGBTQIA+ saímos da norma, da tradição, da ideia gênero, tendo em vista que não pertencemos ao entendimento imposto ao nosso nascimento em relação à representação do gênero esperado.

Voltando ao trecho, a construção da figura do professor frente aos níveis de violência sofridos na escola, mais precisamente por parte da coordenadora, é um comportamento não de aceitação e assimilação, mas de inteligência e controle emocionais, de maneira que, caso se descontrole no ambiente escolar, sofrerá represálias e xingamentos⁵⁸ da ordem de falta de

58 Na entrevista, um dos depoimentos marcantes do professor foi quando mencionou que a sua ação, enquanto educador na escola, é sempre com muita responsabilidade e educação. Sempre é um dos primeiros ou quiçá o primeiro a entregar planejamentos, enviar provas, cumprir o seu horário e, sobretudo, lidar com muita cordialidade a todas/todos/todes que compõem a instituição escolar. Desse modo, o professor entende que é um excelente profissional e que não permite a intromissão de quaisquer pessoas no seu trabalho em sala de aula.

respeito. Resumidamente, a figura do professor – professor atuante na escola – é questionada e constantemente colocada à prova – representação de vestígios de preconceito – devido à sua identidade de gênero.

Bento (2012) argumenta, a partir do entendimento das identidades de gênero, que a construção das identidades TRANS pertence ao nível do reconhecimento, seja homem TRANS seja mulher TRANS. A autora diz que

Considero homens trans as pessoas que nascem mulheres e que demandam o reconhecimento social ao gênero masculino e como mulheres trans as pessoas que nascem homens e que reivindicam o reconhecimento social ao gênero feminino. (BENTO, 2012, p. 2656).

Desse modo, entendo que a situação construída pela coordenadora sendo direcionada ao professor não se tem o entendimento sobre as identidade de gênero nem muito menos a concepção sobre as transmasculinidades, especificamente. Através da compreensão de Bento conforme o reconhecimento social dos gêneros, reflito que a categoria – gênero – está em constante disputa, como a autora mesma coloca, por parte daqueles/as que não reconhecem as demandas do sujeito.

Na terceira parte do texto do professor, há uma continuação em relação ao discurso da coordenadora, em que o professor acredita que seja proveniente da “família tradicional brasileira” (composta por cisheteronormativos: pai, mãe e filhos/as), porém com o argumento de que o processo cirúrgico, no caso da mastectomia (retirada total das mamas). Ainda assim, a resistência persiste como uma resposta à ignorância e ao desrespeito ao professor, pois a utilização do pronome “ela” é um jogo de violência que em outras palavras inibe ou oprime a identidade de gênero do professor.

No tocante ao jogo da violência, outro agravante é que a coordenadora o conheceu após o processo cirúrgico e a hormonização, ressaltando mais uma vez que fisicamente a aparência do professor consistia/e em traços masculinos. Portanto, a conduta e o comportamento da profissional poderiam ser de menos intolerância e com mais respeito ao professor, visto que não se justificam os discursos intolerantes/violentos quanto à masculinidade alheia.

Afinal de contas, “não existe um processo específico de construção das identidades de gênero nos/as transexuais” (BENTO, 2006). Entendendo o posicionamento de Bento, as identidades TRANS não são fixas nem tampouco pertencem unicamente a uma pessoa, isto é, no tocante às constituições identitárias, há a ideia de mobilidade, movimento, identidade

“camaleônica”, transformação e mudança constante de novos comportamentos. (ECKERT-HOFF, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES EM TRANSFORMAÇÃO

Seguimos abaixo, e às esquerdas. Em corpos, identidades de gênero, sexualidades, raças-etnias, culturas, ancestralidades diversas: em inflexões decoloniais contra sistemas de normatização, violência, regulação e exploração. (VERGUEIRO, 2015, p. 231)

Os estudos sobre os gêneros, inicialmente, elaboraram construtos teórico-metodológicos a fim de explicar a subordinação da mulher, calcados na tradição do pensamento moderno que, por sua vez, opera sua interpretação sobre as posições dos gêneros na sociedade a partir de uma perspectiva oposicional/binária e de caráter universal (BENTO, 2006). Desse modo, a compreensão acerca dos estudos de gênero e sexualidade estava voltada para o olhar único de subordinação e de subserviência da mulher perante a figura do homem, compreendido como o responsável que dita as ordens na construção da relação humana.

Diante disso, os estudos de gênero no século XVIII ficaram “presos” a uma ideia/postura teórico-conceitual a respeito do posicionamento da figura feminina, isto é, foram estudos que tinham como objetivo abordar a submissão da mulher frente às presenças masculinas no contexto familiar e social. Assim, a partir das considerações de Scott (1995), em relação aos estudos de gênero no século XVIII, a categoria “gênero” era utilizada como sinônimo de “mulheres”, de maneira que a associação era vinculada como uma proposta de subordinação e respeito.

Logo, “não existe um sujeito, homem e mulher, heterossexual e homossexual, cisgênero e transgênero, originário e pré-discursivo, pois cada discurso instala o sujeito em certa posição, certo lugar” (SILVA LIMA E SOUTO MAIOR, 2020, p. 576), em que as situações discursivas se instauram para configurar novas constituições identitárias. Em outras palavras, o sujeito é resultado de um processo discursivo, o qual consiste em mudança e TRANSformação constantes, pois é a partir delas – da mudança e da TRANSformação – que o sujeito é interpelado e configurado na/pela linguagem.

Hoje, os estudos de gêneros atendem/relatam várias questões identitárias, pessoais, coletivas, de movimentos sociais, experiências e vivências, distanciando da ideia inicial – subordinação da mulher – em relação à figura do homem, mas retrata e expõe as possíveis construções sociais, culturais e políticas dos gêneros na sociedade. Naturalmente, posso mencionar que os estudos de gêneros, de acordo com Silva Lima e Souto Maior (2020), levam em consideração que

As discussões sobre gênero e sexualidade estão presentes no cenário acadêmico e no cenário social sob as mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas. Entretanto, suas possibilidades de discussão não estão exauridas, o que nos permite pensar como ambos termos [gênero e sexualidade] se tornam objetos problemáticos para se pensar tais categorias como importantes nos variados espaços. (SILVA LIMA E SOUTO MAIOR, 2020, p. 562).

O autor e a autora defendem que as questões em torno das categorias de gênero e sexualidade não estão fadadas às discussões, mas sim são importantes para construção de novos pensamentos e possibilidades em uma sociedade ainda tão arraigada ao binarismo hegemônico. Desse modo, defendem ainda que a perspectiva teórico-metodológica que compreende os estudos de gênero é diversa e acima de tudo múltipla, haja vista a capacidade de representação acerca das personalidades existentes, a saber: homem e mulher, bichas afeminadas, viados, homossexuais, gays, lésbicas, caminhoneiras, sapatonas, entendidas/os, transexuais, travestis, transgêneros, *cross dress*, *drag queen*, *drag king* e várias outras.

Assim, diante das personalidades existentes na sociedade que, muitas vezes são invisibilizadas pelo olhar “cistema cisteronormativo” (VERGUEIRO, 2015), as identidades estão sendo reveladas e expostas de maneira a possibilitar um conjunto de novas compreensões acerca de pessoas marginalizadas. Os autores e as autoras, quer sejam cisgêneros/as – que é o meu caso –, quer sejam transgêneros/as, que trabalham com as questões de gênero e sexualidade procuram acima de tudo evidenciar vidas e corpos que precisam ser colocados ao centro. Não se trata aqui de evidenciar a vida dessas personalidades, porém é importante corroborar o protagonismo que elas assumem diante da vida, como seres políticos, sociais e atuantes no contexto em que vivem.

Entendendo o contexto social e político em que as identidades dissidentes e principalmente imersas na “produção de possibilidade de sexualidades” (SANTOS FILHO, 2019, p. 173), parto do princípio de que as identidades dissidentes estão em constante produção e (re)produção, levando em consideração as possibilidades que circundam os sujeitos em relação à representação sexual e de gênero. O autor ainda reflete sobre a relação linguagem e sexualidade, entendendo essa relação como um processo de “forjamento”, ou seja, são fenômenos que são incorporados nos “objetos de estudos” a fim de serem questionados e assim atribuídos a novas contextualizações e ressignificações.

Em meio à atuação no contexto em que vivem as personalidades, no caso específico desta pesquisa (inserida no campo discursivo – em educação – numa escola pública), a análise do discurso proferido pelo professor evidenciou que, diante das observações das suas aulas (diários de campo) juntamente com a entrevista realizada, a sua constituição identitária está em

processo de configuração e identificação quanto ao seu gênero. Logo, os processos identitários e as experiências sociais, políticas e culturais que compõem a trajetória da TRANSmasculinidade do professor estão centrados em diversas possibilidades cuja identidade de gênero lhe permite.

A TRANSmasculinidade do professor é desenvolvida através de um processo de inúmeras conquistas, seja por meio da cirurgia de mastectomia masculinizadora, seja pelo reconhecimento da sua identidade tida como masculina. A partir disso, compreendo que a identidade masculina pode apresentar várias expressões masculinas, andróginas, não-binárias ou até mesmo feminina. Diante disso, relaciono o conhecimento acerca das constituições identitárias como um conjunto de variantes, pois nada se configura como fixas, estáticas, permanentes, mas sim como móveis, maleáveis e imprecisas. (COLLING, 2018a).

Dentro das possibilidades identitárias que consistem a TRANSmasculinidade do professor, uma em especial é a cirurgia de transgenitalização, ou seja, mudança do órgão genital, que no seu caso é a mudança da vagina para o pênis. Como informado na seção anterior, o entendimento do professor está preso a uma concepção biologizante, levando em consideração que a mudança de sexo é interpretada como um desconforto com o corpo, sendo mais precisamente um conflito marcado na dissidência.

Para Nery (2018), reivindicar a TRANSmasculinidade em um corpo destinado ao feminino é uma afronta à masculinidade falocêntrica hegemônica, visto que a compreensão de corpos que desviam da norma tendem a encarar uma realidade violenta. Assim, como as mulheres transgêneras e cisgêneras, os TRANSmasculinos são vítimas diretas do machismo, pois a associação à masculinidade falocêntrica hegemônica ainda é uma constante nas sociedades dos grandes centros. (NERY, 2018, p. 402).

Ainda de acordo com o posicionamento do autor supramencionado, é concebível o entendimento do professor quanto ao desejo da realização da cirurgia de transgenitalização, isto é, o desejo por parte do professor de pertencimento ao gênero almejado, embora esteja inserido há muito tempo desde o momento que houve a sua identificação. As questões identitárias que permeiam, portanto, as suas subjetividades estão imersas em questões que se complementam com o processo do desejo, levando em consideração que o sonho da cirurgia é uma realidade ainda a ser possível.

Portanto, diante da construção e do envolvimento com a temática das TRANSGeneridades, a experiência de realização desta pesquisa despertou em mim, para além de uma consciência coletiva acerca das questões das travestis e das pessoas TRANS, reforçou o “pesquisador que se TRANSformou em uma travesti política” (BENTO, 2011), e que vive

ideologicamente “às esquerdas contra os sistemas de normatização, violência, regulação e exploração” (VERGUEIRO, 2015), que estava adormecida e que, a partir desta realidade vivenciada e questionada, pretende enveredar pelo próximos estudos, rumo ao doutorado sobre os discursos que circundam a população TRANS e travestis de Alagoas.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Lirous K'yo Fonseca. Associação em defesa dos direitos humanos com enfoque em gênero e sexualidade (ADEH): práticas de resistências frente às vulnerabilidades da população trans. In: SOUZA, Ematuir Teles de; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel Kerry dos. (orgs.) **Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. p. 111-116, 2019.
- BAUMAN, Zigmun. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **O que transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, p. 549-559, 2011.
- _____. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(10), p. 2655-2664, 2012.
- _____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- _____.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 569-581, 2012.
- BRAIT, Beth. **Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo**. Trabalho, Educação e Saúde, 2004, v. 2, n. 1, p. 15-32.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 3 ed. Revista e ampliada, p. 151-172, 2015.
- BUTLER, Judith. Corpos que importam. In: COLLING, Leandro. (org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 19-42, 2016.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Inquilino no próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (orgs.) **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 53-63.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, – (Biblioteca da educação. Série I. Escola; v. 16), 2001.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer***. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. (org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018a.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintomas dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Maria (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda, p. 515-531, 2018b.

ECKERT-HOFF, Beatriz. M. **Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 45-65, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FIORIN, José Luis. Categorias de Análise em “Bakhtin”. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenissa (orgs). **Círculo de Bakhtin: diálogos (in)possíveis**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 33-48, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, p. 103-133, 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

_____. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, K. B. (orgs.) **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares**, p. 80-89, 2010a.

_____. **Transexualidade**: breve introdução. Correio Braziliense, Caderno opinião, p. 13, 2010b.

_____. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. COLLING, Leandro (org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 217-232, 2016.

_____. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, p. 379-392, 2018.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade**: o corpo entre o sujeito e a ciência. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Antonio Carlos Santos; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. **Responsividade e Discursos Envolventes**: observando o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Revista de Literatura e Linguística: Eutomia, v.1, n. 09, 2012, p. 394-413.

LOURO, Guacira Lopes. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: ALFREDO, V. N. (org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, p. 83-107, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Portugal: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 3 ed. Revista e ampliada, 2015.

LIMA, Fátima. O dispositivo “testo”: biopolítica e práticas de si nas experiências de hormonização nos homens transexuais. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pereira (orgs.) **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, p. 111-123, 2014.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOITELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 167-176.

MIOTELLO, Valdemir. A crise contemporânea como crise do ato de pensar contemporâneo. In: MIOTELLO, Valdemir. (org.) **A arte de consertar locomotivas velhas e o mundo**: discursos e palavras sobre crise. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2009, p. 161-165.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução.** Delta, vol. 10, nº 2, p. 329-338, 1994.

_____. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I. (org.) **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** Campinas-SP: Mercado de Letras, p. 303-330, 1998.

_____. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. (org.) **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família.** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. **Contemporaneidade e construção do conhecimento na área de estudos linguísticos.** Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, v. 7, p. 159-171, 2006.

_____. (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. **Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política.** Niterói, n. 27, p. 33-50, 2º sem, 2009.

NERY, João W. Transmasculinidades: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Alameda, p. 393-404, 2018.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características.** Travessias. 4 ed., 2008.

OLIVEIRA, Megg Rayara G. **Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!** Periódicus, n. 9, v. 1, p. 161-191, 2018.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

PRECIADO, Paul B. **Quem defende a criança queer?** Revista Geni. 9 páginas, 2014.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 67-84, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.** 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 149-168, 2006.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **O corpo em cenas iniciais de (re)construção da sexualidade entre homens: uma perspectiva queer** de leitura. Revista X, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 158-183, 2019.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Linguística *Queer*: na luta discursiva, como/sobre prática de ressignificação. In: SILVA, Danillo da Conceição Pereira; MELO, Iran Ferreira de; CASTRO, Lorena Gomes Freitas de. (orgs.) **Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso**. Criação Editora: Aracaju. 1 ed. V. 1, p. 153-184, 2017.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **“Ideologia de gênero”**: interpretação equivocada, repetição de equívoco. Revista Bagoas, n. 15, p. 33-58, 2016.

SIGNORINI, Inês. (org.) **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, p. 103-133, 2007.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Transexualidade: ele é ela ou ela é ele? In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (*et al*). **Estudos discursivos das práticas de linguagem**. Tutoia – MA: Editora Diálogos, p. 562-578, 2020.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; LUZ, Lilian Soares de Figueiredo. **Reflexões sobre as construções identitárias de docentes da educação a distância a partir da análise linguístico-discursiva de interações no gênero consígnia**. DLVC, João Pessoa, PB, v. 14, n. 2, p. 274-304, Jul/Dez, 2018.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; LUZ, Lilian Soares de Figueiredo. **Identidades docentes e a ética discursiva nas interações sugeridas nas consígnias de abertura no contexto da educação a distância**. Calidoscópico, 17(2), p. 395-413, Maio/Agosto, 2019.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Os saberes docentes e a constituição de ethos no PIBID/Letras: a construção de uma ética discursiva. In: FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia. (orgs.) **Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica**. Campinas, SP: Pontes Editores, p.133-185, 2018.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Ética discursiva em tempos sombrios: linguagem e sentidos. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (*et al*). **Estudos discursivos das práticas de linguagem**. Tutoia – MA: Editora Diálogos, p. 18-37, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (2015) Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia – Salvador.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 3 ed. Revista e ampliada, p. 35-81, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA – Professor

1. Você já ouviu ou tomou conhecimento sobre preconceitos em outras escolas que possam exemplificar problemas de convivência humana em relação ao gênero?
2. Quais situações na mídia lhe deixam mais confortável ou menos confortável em relação à sua condição de gênero? Explique, por favor.
3. Se você pudesse fazer algo concreto para que houvesse uma convivência humana mais harmoniosa, o que faria? Justifique.
4. A partir da sua realidade na escola – interação com os alunos, professores, direção, funcionários/as e pais – houve algum momento em que você se sentiu desconfortável ou confortável? Explique.
5. Em relação ao período de trânsito, em que você passou, qual/quais situação/ões contribuiu/contribuíram para o/a “encontro/percepção” da sua identidade de gênero?
6. Como você acha que o poder de justiça pode facilitar as vidas pessoas TRANS?
7. Tem ideia de participar de alguma associação voltada às pessoas TRANS?

ANEXOS

ANEXO A - DECRETO ESTADUAL – Nº 58.187 DE 21 DE MARÇO DE 2018

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 58.187, de 21 de março de 2018, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS Nº 2.979, de 15 de Dezembro de 2011 que dispõe sobre a transferência de recursos para a qualificação da gestão no SUS, especialmente para a implementação e o fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS - ParticipaSUS, com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e o fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação N.º 1, de 28 de Setembro de 2017, do Ministério da Saúde que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, reconhecendo o direito da pessoa na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação N.º 2, de 28 de Setembro de 2017, do Ministério da Saúde que traz a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, na forma do Anexo XXI, estabelecendo as diretrizes e os objetivos para a consolidação de ações aos entes federados;

CONSIDERANDO a Resolução CIT N.º 26, de 28 de Setembro de 2017 que dispõe sobre o II Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Sistema Único de Saúde, que tem como uma de suas estratégias de trabalho o estímulo à atuação da população LGBT nos espaços de participação, controle social e da gestão participativa da saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 202/2017-SERIS que regulamenta os direitos da população LGBT recolhida nas unidades prisionais do Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SERIS/SEMUDH/CECD-LGBT, de 07 de agosto de 2017, que regulamenta os direitos da população LGBT recolhida nas unidades prisionais do Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO a Portaria SESAU nº. 01, de 03 de janeiro de 2017, que determina as unidades de saúde sob a Gestão da Secretaria de Estado da Saúde

CONSIDERANDO a Resolução nº 5 CECD/LGBT, de 21 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública Estadual e Municipal do Estado de Alagoas e Empresas Privadas.

CONSIDERANDO o Plano Estadual de Saúde 2016-2019 que tem por objetivo fortalecer as instâncias de participação social e pactuação no SUS por meio de comitês técnicos de saúde para populações específicas, entre outras estratégias;

CONSIDERANDO o caráter transversal e, ao mesmo tempo, estrutural das questões relacionadas à saúde da população LGBT e a necessidade de envolver e atender diferentes setores sociais para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema e de delinear estratégias intra e intersetoriais de intervenção;

CONSIDERANDO a necessidade de efetivar a implementação da política de atenção integral à saúde da população LGBT de forma articulada às ações e demais políticas da Secretaria de Estado da Saúde, assim como com o controle social, sociedade civil organizada, fóruns e redes LGBT e as demais instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), no que tange ao acesso e qualidade da atenção à saúde da população LGBT, bem como o combate à homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, resolve:

Art. 1º. Redefinir o Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Alagoas.

Art. 2º. O Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT do Estado de Alagoas estará sob a responsabilidade da Gerência de Atenção Primária, da Superintendência de Atenção à Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º. O Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT do Estado de Alagoas terá as seguintes atribuições:

I - Propor, elaborar, acompanhar, monitorar e apoiar a implantação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População LGBT, articulando ações e trabalho das áreas voltadas a este segmento populacional em consonância com o Plano Estadual de Saúde e legislação específica vigente;

II - Sistematizar propostas de Políticas e Planos que visem à promoção da equidade

Plano Estadual de Saúde e legislação específica vigente;

II - Sistematizar propostas de Políticas e Planos que visem à promoção da equidade quanto à orientação sexual e identidade de gênero na atenção à saúde;

III - Apresentar subsídios técnicos voltados para a atenção à saúde da população LGBT no processo de elaboração, aprovação, implementação e acompanhamento da execução do Plano Estadual de Saúde;

IV - Elaborar proposta para pactuação de intervenção conjunta nas diversas instâncias e órgãos do SUS e demais políticas públicas;

V - Participar de iniciativas intersetoriais e interinstitucionais, relacionadas com a saúde da população LGBT;

VI - Colaborar no acompanhamento e avaliação das ações programáticas e das políticas emanadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Alagoas no que se refere à promoção da equidade em saúde e o combate à homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia nos serviços de saúde;

VII - Participar dos fóruns de discussão e deliberação das diversas políticas e programas do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas;

VIII - Elaborar, estimular, apoiar, participar e promover eventos, estudos, pesquisas, debates e ações que envolvam discussões referentes à saúde da população LGBT;

IX - Ser instrumento de socialização das experiências de articulação e monitoramento da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População LGBT;

Art. 4º. O Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT compõe-se por 37 (trinta e sete) membros representados, respectivamente, por 24 (vinte e quatro) membros das gestões Estadual e Municipal e 13 (treze) membros da Sociedade Civil, definidos em comum acordo com o controle social.

Membros da Gestão Estadual:

1. Da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU:

a) Gerência de Atenção Primária

Titular: Nelita Rodrigues de Azevedo

Suplente: Rodrigo de Melo Luz

b) Programa de Infecções Sexualmente Transmissíveis/AIDS e Hepatites Virais:

ANEXO B - DECRETO MUNICIPAL – Nº 8.547 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

| Prefeitura Municipal de Maceió | |
|--|--|
| Maceió, Sexta-feira, 09 de Fevereiro de 2018 | |
| Nº 541 | |
| ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO | <p>Art. 3º - Os agentes públicos deverão garantir o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, com tratamento nominal e oral exclusivamente pelo nome social, daquele que o solicitarem, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência e independente do nome constante nos documentos.</p> <p>§ 1º - A inclusão do nome social deverá ser requerida formalmente, passando a ser utilizado para o tratamento pelos servidores públicos e demais pessoas ligadas aos serviços públicos.</p> <p>§ 2º - As pessoas travestis ou transexuais indicarão, se assim o desejarem, no momento do preenchimento de cadastros, formulários, prontuários de saúde e documentos com gêneros, ou ao se apresentarem para o atendimento, o prenome pelo qual queiram ser identificadas.</p> <p>§ 3º - Nos sistemas de registros eletrônicos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, mantidos para acompanhamento dos serviços públicos prestados como prontuários eletrônicos de saúde, educação, assistência social, dentre outros, será implementado o campo para a inscrição do nome social indicado, dando a este, igual o maior destaque quando comparados com o prenome anotado no registro civil.</p> <p>Art. 4º - É assegurada aos agentes públicos travestis e transexuais a utilização de seu nome social mediante requerimento à Administração Municipal, sem nenhuma designação pejorativa, nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - cadastro de dados e informações de uso social; II - comunicações internas de uso social; III - endereço de correio eletrônico (e-mail); IV - identificação funcional de uso interno do órgão (crachá); V - lista de ramais e listas de cargos; VI - nome de usuário em sistemas de informática. <p>§ 1º - Nos sistemas de recursos humanos, será implementado um campo para inscrição do nome social indicado pelo servidor, continuando o nome civil a ser utilizado para efeito legal de identificação, não desobrigando a apresentação do respectivo Registro Geral.</p> |
| <p>DECRETO Nº. 8.547 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.</p> <p>DISPÕE SOBRE O DIREITO AO USO E TRATAMENTO PELO NOME SOCIAL DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS REGISTROS MUNICIPAIS E ESTABELECE PARÂMETROS PARA SEU TRATAMENTO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e considerando o disposto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, no Decreto Presidencial nº. 8.727 de 28 de Abril de 2016, na Lei Municipal nº. 6.413 de 29 de Abril de 2015, na Resolução COMED/Maceió nº. 01/2017 e:</p> <p>CONSIDERANDO - Que os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos e que a sua proteção requer ações efetivas da Administração Pública no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania e a integral inclusão social da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;</p> <p>CONSIDERANDO - Que é direito de toda pessoa a livre expressão da sua identidade de gênero, de forma que o nome não possa ser indutor de constrangimentos ou preconceitos,</p> | |

DECRETA:

Art. 1º - Nos procedimentos e atos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no tratamento às pessoas travestis ou transexuais, deverá ser assegurado o direito à escolha de seu nome social, com igual ou maior destaque, concomitantemente ao registro civil e o tratamento nominal nos termos deste Decreto.

§ 1º - Para fins deste Decreto, nome social é aquele reconhecido por travestis e transexuais, bem como são identificados pela comunidade em seu meio social.

§ 2º - Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 2º - Nos casos em que o interesse público exigir, inclusive para salvaguardar direito de terceiros, o prenome anotado no registro civil deve ser utilizado, sobretudo para os atos que ensejam a emissão de documentos oficiais, inclusive registros escolares, cadastros, formulários, prontuários, listas de presença e de frequência, cartões de ponto, além de outros documentos correlatos do atendimento dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, acompanhado do nome social escolhido, dado a este igual ou maior destaque.

§ 2º - Nos casos das pessoas analfabetas que desejem requerer o nome social, o servidor público certificará o fato, na presença de duas testemunhas, anotando o nome social indicado.

§ 3º - Os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil serão emitidos nos termos da legislação própria.

Art. 5º - Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE promover articulação e mecanismos para a ampla divulgação deste Decreto para esclarecimento sobre os direitos e deveres nele assegurados no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, assegurando, inclusive, a articulação entre os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal Direta e indireta para a capacitação de seus servidores.

Art. 6º - Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão, no prazo máximo de 90(noventa) dias, contados da data de publicação deste Decreto, promover as necessárias adaptações nas normas e procedimentos internos à aplicação do disposto neste Decreto.

Art. 7º - O descumprimento do disposto neste Decreto ensejará processo administrativo disciplinar a ser apurado pelo respectivo órgão, em face do agente público que o descumpriu, sem prejuízo de demais sanções administrativas previstas na legislação municipal vigente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 08 de Fevereiro de 2018.

RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO PELO CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS SENTIDOS COMPARTILHADOS DE UM PROFESSOR TRANSGÊNERO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ-AL: UM ESTUDO INTERPRETATIVO

Pesquisador: HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 23739019.7.0000.5013

Instituição Proponente: Faculdade de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.816.780

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Esta pesquisa encontra-se situada na área da Linguística Aplicada (doravante LA), que, de acordo com Moita Lopes (2006) e Fabrício (2006), entende o sujeito em processo de construção, situado ideologicamente, de constituição heterogênea e, sobretudo, fluido. Assim, a partir das concepções defendidas pelos autores da LA supracitados, a pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre os sentidos compartilhados de um professor transgênero de uma escola pública de Maceió-AL, em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II, compreendendo as dinâmicas de sentidos em relação à sua sexualidade. No que tange aos objetivos específicos, apresentam-se os seguintes: (a) identificar os discursos provenientes da análise da sua trajetória na escola; (b) observar como se dá a interação entre o professor transgênero e a comunidade escolar; (c) descrever os possíveis sentidos identitários que constituem a imagem desse professor na escola. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa-interpretativista (FLICK, 2009; MOITA LOPES, 1994), e o período de observação será de 3 meses, com aplicação de um questionário para os alunos da turma e, por último, de uma entrevista com o professor e alguns alunos, a fim de haver uma melhor contextualização e entendimento da problemática (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Quanto às questões da pesquisa, as quais darão suporte à análise, serão as seguintes: (1) Como se dá a interação do professor entre a comunidade escolar (alunos e professores)?; (2) Como o professor

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticafatal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.816.780

analisa sua trajetória na escola, frente às dinâmicas de sentido no tocante à sexualidade? e, por fim, (3) A partir da constituição identitária, como a imagem do professor é concebida no espaço escolar? Através da análise dos dados, serão trazidas à baila as considerações de Bento (2006, 2008, 2010, 2012); Moita Lopes (2002, 2004, 2006); Weeks (2015); Butler (2010); Hall (2014); Bauman (2005). Nesse sentido, a partir das discussões levantadas pelos autores frente às implicações de questões de gênero e de identidade, observamos que a(s) identidade(s) do professor transgênero está(ão) sendo constituídas por um universo de menos intolerância, apesar de ainda identificarmos uma série de "discursos envolventes" Souto Maior (2009, 2017), que ainda perpetuam o preconceito e a violência ao corpo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Refletir sobre os sentidos compartilhados de um professor transgênero de uma escola pública de Maceió-AL, em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II, compreendendo as dinâmicas de sentidos em relação à sua sexualidade.

Objetivos Secundários:

- a) identificar os discursos provenientes da análise da sua trajetória na escola;
- (b) observar como se dá a interação entre o professor transgênero e a comunidade escolar;
- (c) descrever os possíveis sentidos identitários que constituem a imagem desse professor na escola.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que, por ventura, podem acontecer na pesquisa são: o constrangimento do colaborador diante de um pesquisador, quebra de sigilo da pesquisa, o informante não saber o que responder. Assim, a participação dos envolvidos à pesquisa poderá trazer risco à saúde física ou mental. Sendo assim, caso haja algum indício de risco à saúde tanto do professor quanto dos/as

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
 UF: AL Município: MACEIO
 Telefone: (82)3214-1041 E-mail: comitedeticafal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.516.780

alunos/as, o pesquisador arcará com o tratamento médico, psicológico ou farmacêutico. Se for o caso, nos momentos em que alguns/as alunos/as sentirem-se constrangidos/as com a presença do pesquisador, no momento de colaboração à pesquisa, eles/as poderão decidir se participarão ou não da entrevista, inclusive considerando questões que podem desencadear emoções ou lembranças as quais precisariam ser acompanhadas por um profissional habilitado. O SPA da UFAL, portanto, pode ser um recurso disponível para isso.

Benefícios:

Os benefícios esperados serão, inicialmente, conhecimento imprescindível sobre a transexualidade e seus diversos espaços, assim como entender o processo de trânsito de um professor transgênero que é protagonista da sua atividade com várias identidades. Em seguida, em se tratando dos tempos hodiernos, é salutar a abrangência do conhecimento acerca dos estudos de gênero e sexualidade, a fim de que se possam minimizar as ideias intolerantes, associadas ao preconceito ainda tão marcante na sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo apresentado para avaliação de pendências anteriores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos examinados para este parecer:

Projeto:

Informações Básicas;

TCLE;

Declaração de cumprimento de normas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisador resolveu todas as pendências com adequação. O protocolo se encontra de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.816.780

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S.^a deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|--|---|------------------------|----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1385443.pdf | 17/01/2020 14:59:20 | | Aceito |
| Outros | PARECER_SEGUINTE.pdf | 17/01/2020 14:58:19 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de | TCLE_RESPONSÁVEIS.pdf | 17/01/2020 14:57:11 | HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA | Aceito |

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900

UF: AL Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**



Continuação do Parecer: 3.816.780

| | | | | |
|---|---|------------------------|-------------------------------------|--------|
| Ausência | TCLE_RESPONSAVEIS.pdf | 17/01/2020 14:57:11 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | QUESTIONARIO_PARA_O_PROFESSOR.pdf | 17/01/2020 14:56:54 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | TALE_MENORES_DE_IDADE.pdf | 17/01/2020 14:55:14 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_professor.pdf | 17/01/2020 14:54:39 | HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_MESTRADO_LINGUISTICA.pdf | 17/01/2020 14:54:07 | HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA | Aceito |
| Outros | PARECER_1.pdf | 26/11/2019 20:26:33 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Parecer Anterior | PARECER.pdf | 10/11/2019 01:06:21 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_DE_CUMPRIMENTO_DAS_NORMAS_DA_RESOLUCAO_510 | 10/11/2019 00:56:09 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_quatro.pdf | 10/11/2019 00:41:26 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_tres.pdf | 10/11/2019 00:41:05 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_dois.pdf | 10/11/2019 00:40:37 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_um.pdf | 10/11/2019 00:39:09 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 16/10/2019 20:24:47 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO_DA_ESCOLA.pdf | 03/10/2019 20:41:02 | HUMBERTO SOARES DA SILVA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 30 de Janeiro de 2020

Assinado por:
Luclana Santana
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comiteedeeticaufal@gmail.com

ANEXO D - RESOLUÇÃO Nº 84/2019 – CONSUNI/UFAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECSUFAL

RESOLUÇÃO Nº 84/2019-CONSUNI/UFAL, de 21 de novembro de 2019.

DISCIPLINA, "Ad referendum", PRINCÍPIOS E REGULAMENTOS A SEREM ADOTADOS NA PREVENÇÃO E EM CASOS DE ASSÉDIO E FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO, NO ÂMBITO DA UFAL.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº. 027104/2018-40;

CONSIDERANDO o que reza a Constituição Federal de 1988 nos artigos 3º, inciso IV, e artigo 5º, inciso V;

CONSIDERANDO que a honra, a imagem, a dignidade e a liberdade fazem parte dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o inciso XIV da seção II e inciso XV, da Seção III, do Anexo contido no Decreto 1.171, de 22.06.1994, e o Decreto 6.029 de 1 de fevereiro de 2007 do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO que o Regime Jurídico Único – RJU prevê, no Título IV, as condutas proibitivas e deveres do servidor, sendo alguns pertinentes ao tema;

CONSIDERANDO o que estabelece o inciso IX do artigo 19 do Estatuto da UFAL e o inciso VIII do artigo 24 do Regimento Geral da UFAL;

RESOLVE "Ad referendum" do CONSUNI:

Art. 1º. Disciplinar sobre princípios e regulamentos a serem adotados na prevenção e em casos de assédio moral, sexual, e formas de discriminação e preconceito, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas.

§ 1º Nos termos desta Resolução, entende-se como âmbito da Ufal qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à Administração, Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º São considerados destinatários dessa política:

- I. Servidores docentes e técnicos;
- II. Pessoal contratado por tempo determinado na forma da Lei nº 8.745/93;
- III. Estudantes, estagiários e bolsistas;
- IV. Colaboradores voluntários;
- V. Trabalhadores terceirizados, conforme o caso.

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 2º. A política de que trata esta Resolução rege-se pelos seguintes princípios e ações:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

- I. Respeito à dignidade da pessoa humana;
- II. Favorecimento de um clima organizacional saudável e respeitoso, de não discriminação e de tolerância à diversidade;
- III. Capacitação de seus servidores, estudantes e estagiários por meio da realização de seminários, palestras e outras atividades voltadas à discussão e à sensibilização de boas práticas no ambiente do trabalho, além da conscientização sobre os malefícios de práticas abusivas, cuja participação dos gestores deve ser obrigatória;
- IV. Estímulo às boas práticas administrativas e de lideranças, considerando-se as características profissionais e pessoais de cada um;
- V. Elaboração de informativos, bem como realização de eventos e campanhas de comunicação e conscientização a respeito do tema, com ênfase nas consequências do assédio moral, sexual e formas de discriminação e preconceito;
- VI. Construção de uma cultura organizacional pautada pelo respeito mútuo, equidade de tratamento e preservação da dignidade das pessoas;
- VII. Busca de soluções pacificadoras para os problemas de relacionamento verificados no meio ambiente de trabalho, com vistas a evitar o surgimento e o agravamento de situações de assédio moral, sexual, e formas de discriminação e preconceito.

SEÇÃO II DOS CONCEITOS

Art. 3º. O assédio moral consiste na exposição do indivíduo a situações humilhantes e constrangedoras, geralmente repetitivas e prolongadas, vinculadas às relações de trabalho e/ou acadêmicas, que ofendem a sua dignidade e/ou integridade física, psíquica e moral.

Art. 4º. São situações que caracterizam o assédio moral, entre outras:

- I. Deterioração proposital das condições de trabalho;
- II. Isolamento e recusa de comunicação;
- III. Atentado contra a dignidade;
- IV. Violência verbal e/ou física.

Art. 5º. O assédio moral pode ser praticado das seguintes formas:

- I. Assédio vertical: o assédio é praticado pelo superior hierárquico ao subordinado;
- II. Assédio horizontal: o assédio é praticado entre os pares, seja nas relações de trabalho ou nas relações de atividades acadêmicas;
- III. Assédio ascendente: neste caso, o gestor da unidade administrativa/acadêmica ou da atividade é o assediado.

Art. 6º. Considera-se assédio sexual um delito tipificado (no artigo 216-A do Código Penal), que se configura quando o indivíduo constrange alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, sem a sua livre e espontânea concordância, e/ou toda conduta com conotação sexual não desejada pela vítima.

Art. 7º. São situações que caracterizam assédio sexual, entre outras:

- I. Assédio sexual por chantagem;
- II. Assédio sexual por intimidação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

Art. 8º. Considera-se preconceito toda conduta que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais, a partir do entendimento de que certas características e/ou opções individuais seriam fundamento legítimo para a inferiorização de pessoas e grupos sociais.

Parágrafo único: O assédio moral e sexual pode fragilizar e expor o indivíduo a doenças psíquicas e/ou físicas, ocasionando situações que podem gerar sequelas irreparáveis.

Art. 9º. São consideradas atitudes discriminatórias quaisquer manifestações baseadas em preconceitos de origem, raça, cor, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade, condição física e intelectual, entre outros.

CAPÍTULO II DAS AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA

SEÇÃO I

DA COMISSÃO GERAL E SUBCOMISSÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL, E FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

Art. 10. A implantação da política de que trata esta Resolução ficará a cargo da Comissão Geral de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito e de suas Subcomissões, que atuarão no desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral, sexual e formas de discriminação e preconceito.

Art. 11. A Comissão Geral de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito atuará em conjunto com a Reitoria, Órgãos Administrativos e de Apoio, além das Unidades Acadêmicas, de modo a buscar a melhor condução das questões em análise, tendo como objetivos, entre outros:

- I. Reunir estudos, informações e documentos, visando a subsidiar as atividades desenvolvidas pelas Subcomissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito, nos campi da Ufal e unidades educacionais vinculadas;
- II. Identificar e indicar a necessidade de treinamentos nas áreas de relações interpessoais, liderança, práticas de gestão de pessoas, mediação de conflitos e outros;
- III. Propor mudanças em métodos e processos na organização do trabalho;
- IV. Sugerir melhorias nas condições de trabalho;
- V. Fomentar ações direcionadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral, sexual e formas de discriminação e preconceito;
- VI. Orientar as Subcomissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito, em sua formação e no desenvolvimento de suas ações.

Art. 12. As Subcomissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito atuarão na execução da política institucional de que trata esta Resolução, de forma descentralizada e sob orientação da Comissão Geral, especialmente por meio de:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECSUFAL

- I. Promoção de eventos e capacitações;
- II. Orientação e encaminhamentos;
- III. Proposição e construção de espaços de discussões;
- IV. Encaminhamento à Ouvidoria.

Art. 13. A Comissão Geral desempenhará as atribuições de Subcomissão no A. C. Simões, até que se constitua subcomissão específica para esse Campus.

Art. 14. A Comissão Geral e suas Subcomissões observarão o sigilo das informações recebidas, conforme previsto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Art. 15. A composição da Comissão terá a seguinte representação:

- I. Um representante titular e um suplente da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho;
- II. Um representante titular e um suplente da Pró-Reitoria Estudantil;
- III. Um representante titular e um suplente da Pró-Reitoria de Graduação;
- IV. Um representante titular e um suplente da Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho;
- V. Um representante titular e um suplente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VI. Um representante titular e um suplente do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor;
- VII. Um representante titular e um suplente do segmento técnico-administrativo;
- VIII. Um representante titular e um suplente do segmento docente;
- IX. Um representante titular e um suplente do segmento discente.

§1 Os membros dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente serão indicados respectivamente por suas entidades representativas (SINTUFAL, ADUFAL e DCE).

§2 A presidência da Comissão ficará sob responsabilidade do representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.

Art. 16. A composição das Subcomissões terá a seguinte representação:

- I. Um representante titular e um suplente indicado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho;
- II. Um representante titular e um suplente indicado pela Pró-Reitoria Estudantil;
- III. Um representante titular e um suplente do segmento técnico-administrativo;
- IV. Um representante titular e um suplente do segmento docente;
- V. Um representante titular e um suplente do segmento discente.

§ 1º Os membros dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente serão indicados respectivamente por suas entidades representativas (SINTUFAL, ADUFAL e DCE).

§ 2º A presidência da Subcomissão ficará sob responsabilidade do representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

Art. 17. Compete à Comissão Geral de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito elaborar seu Regimento Interno, observado as diretrizes e limites desta Resolução.

SEÇÃO II DA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO

Art.18. Para o fim de aperfeiçoamento da política objeto desta Resolução, será incentivada a criação de Espaços de Discussão e Escuta capazes de fortalecer os vínculos sociais e profissionais entre as pessoas, onde serão debatidas livremente as questões referentes às relações interpessoais, buscando meios de viabilizar uma gestão participativa.

Parágrafo único. São considerados espaços de discussão, sem prejuízo de outros que possam ser instituídos:

- I. Fóruns;
- II. Seminários;
- III. Rodas de conversa;
- IV. Oficinas.

CAPÍTULO III DO ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

SEÇÃO I DA FORMALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DAS NOTÍCIAS DE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

Art. 19. Qualquer pessoa que se sinta vítima ou testemunhe atos que possam configurar modalidade de assédio, discriminação e/ou preconceito no âmbito da Ufal, compreendendo as relações de trabalho e/ou acadêmicas, poderá encaminhar a notícia desses atos pessoalmente ou por meio eletrônico, em sistema disponibilizado pelo Poder Executivo Federal, à Ouvidoria-Geral da Ufal.

Parágrafo único. Nos casos de notícias presenciais, as notícias poderão ser encaminhadas por intermédio de procurador legalmente constituído ou pelas entidades, associações e sindicatos representantes de sua categoria.

SEÇÃO II DO FLUXO E PROCEDIMENTO A SEREM ADOTADOS EM RELAÇÃO ÀS NOTÍCIAS DE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL, E FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

Art. 20. O Fluxo compreende as fases de acolhimento, formalização, tratamento e apuração da notícia, assim definidas:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

- I. O acolhimento compreende a escuta e orientação quanto aos encaminhamentos necessários;
- II. A formalização da notícia compreende o registro da ocorrência junto à Ouvidoria-Geral da Ufal;
- III. O tratamento da notícia compreende a verificação dos elementos mínimos para a apuração;
- IV. A apuração compreende a averiguação da suposta ilegalidade ou irregularidade.

Parágrafo único. As etapas de acolhimento, formalização e tratamento da notícia ocorrem no âmbito da Ouvidoria-Geral da Ufal e a análise quanto a indício de infração disciplinar e sua consequente apuração interna competem à Corregedoria Seccional da Ufal.

Art. 21. Ao denunciante e ao denunciado, no exercício de suas atividades, é exigido o respeito ao interesse público, evitando o abuso de direito e o desvio de finalidade de seus atos, sob pena de incorrer nas hipóteses de infração administrativa, nos termos da Lei 8.112/90 e do Estatuto e Regimento Geral da Ufal.

Parágrafo único. Os casos de comprovada má-fé serão punidos na forma da lei.

Art. 22. Caso haja necessidade de preservação da integridade da vítima, durante o período da sindicância ou processo administrativo disciplinar, a autoridade competente poderá solicitar a remoção da vítima ou do/a acusado/a de sua unidade/órgão de origem, em caráter provisório ou, se for o caso, permanente.

Art. 23. A Reitoria, os Órgãos Administrativos e de Apoio, além das Unidades Acadêmicas, por meio de seus respectivos gestores, devem colaborar com as políticas institucionais para prevenir o assédio moral, sexual e formas de discriminação e preconceito, conforme definido na presente Resolução.

Art. 24. Os casos omissos a esta Resolução serão resolvidos pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e formas de Discriminação e Preconceito, cabendo recurso ao CONSUNI/UFAL.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas, em 21 de novembro de 2019.


Prof. Maria Valéria Costa Correia
 Reitora